

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SÃO PAULO
PUC – SP

MÁRCIA MARIA MARTINELLI ELIAS

**AS FORMAS DE TRATAMENTO NAS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS
NO PORTUGUÊS EM USO NO BRASIL NO SÉCULO XIX**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
PUC – SP

MÁRCIA MARIA MARTINELLI ELIAS

**AS FORMAS DE TRATAMENTO NAS REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS
NO PORTUGUÊS EM USO NO BRASIL NO SÉCULO XIX**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas: Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento.

SÃO PAULO
2007

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar força e por permitir a conclusão deste trabalho.

Ao Orientador, Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, pela amizade resultante do processo deste trabalho; pelas sugestões pertinentes de leituras; pelas várias leituras desta tese; pelo estímulo; pelo exemplo de profissionalismo e generosidade.

À Professora Doutora Marly de Souza Almeida e à Professora Doutora Neusa Maria O. Barbosa Bastos, pelas sugestões no Exame de Qualificação.

Ao Professor Doutor Dino Preti, por ensinar-me a acreditar em mim.

Aos Professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela transmissão de conhecimentos.

Ao Miguel, Graziella e Patrícia, pela segurança, carinho e amor.

À Marly de Souza Almeida, por sua singular competência que me serviu de motivação e pela atenta e crítica leitura desta tese.

À Professora Mestre Ana Lenotti, pela amizade e apoio.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À memória de meu pai, Dino Martinelli, à
minha mãe Leonor S. Martinelli, que me
ensinaram os principais valores da vida,
dedico esta tese.

RESUMO

Esta tese tem por tema um estudo histórico da língua portuguesa, fundamentado pelo emprego dos princípios da Historiografia Lingüística e propõe examinar, em cartas de pedido, como o pensamento gramatical referente às formas de tratamento se constitui na construção da memória social brasileira. Objetivou-se, também, identificar como as formas de tratamento, em um documento escrito, tornam-se reveladoras do *status* social desempenhado pelos envolvidos na interlocução, deixando marcadas as funções que exercem emissor e receptor na hierarquia social. Investiga-se, ainda, nesta tese, a relação da escolha lexical e do uso dos modalizadores feitas pelo emissor como forma de estabelecer o papel social dos envolvidos na comunicação.

Tematizada pelas formas de tratamento, presentes em cartas produzidas na segunda metade do século XIX, o emissor permeia, em seu texto, traços lingüísticos que fixam o caráter de uma língua despojada e, ao mesmo tempo, conservadora, de acordo com o nível de formalidade entre emissor e receptor.

Parte-se do pressuposto de que a carta é um documento histórico-lingüístico. Por isso, devido à sua amplitude e às suas várias possibilidades de uso, remete-nos a diferentes campos de atividades, sendo a correspondência pessoal uma dessas possibilidades. Os papéis sociais fixados nas cartas são construídos por meio das formas de tratamento. A escolha de uma determinada forma de tratamento, feita pelo emissor, associa-se a fatores diversos, como, intimidade, polidez, afetividade, poder hierarquia, reverência e solidariedade.

A hipótese que motivou este estudo é comprovada, na medida em que se confirmou que o uso das formas de tratamento presente nas cartas são fatores constitutivos da memória social brasileira e que a forma de interlocução entre as pessoas marcavam, em um relacionamento, o nível de aproximação entre elas.

Pela escolha das formas de tratamento tornou-se possível observar-se que a eleição de uma determinada forma de tratamento se realiza em função de aspectos de ordem social dos interlocutores. As expressões de tratamento têm a força de ultrapassar os limites da normatividade gramatical, rompendo, por vezes, com as regras convencionais que ditam o emprego de um certo tratamento em uma situação de formalidade.

A língua portuguesa em uso no Brasil manifesta a sua identidade, por meio de aspectos socioculturais, cuja forma de manifestação se dá, pelas formas de tratamento.

ABSTRACT

This Thesis has as subject an historical study of the Portuguese language based on the use of the principles of the Linguistic Historiography and propose to examine , in request letters, how the grammatical thoughts in regard to ways of treatment establish itself in the building of the brazilian social memory. The object of it is also identify how the ways of treatment, in a written document, becomes a way to reveal the social status played by the ones who are involved in the interlocution, leaving marked the functions that exert issuing and receiver in the social hierarchy. It investigates, still, the relation of the lexical choice and the use of the modulators done by the issuing as a way to set up the social paper of the involved in the communication.

Having as theme the ways of treatments, present at letters made in the second half of the XIX century, the issuing permeate, in his text, linguistics features that fix the character of a loot language and, at the same time, conservative, according to the level of formalities between issuing and receiver.

It starts from the presuppose that latter is a linguistic-historical document. Because of it, due to its extent and its assorted possibilities of use, it sends us to different areas of activities, and the personal correspondence is one of them. The social papers fixed in this letters are building through the ways of treatment. The choice of a determined way of treatment, done by the issuing, is associated with assorted factors, such as, intimacy, education, affection, power of hierarchy, reverence and solidarity.

The hypothesis that motivate this present study is proved as long as it was confirmed that the use of the ways of treatment in those letters are factor which are constituted in the Brazilian social memory and that the way of interdiction between people was stamping, in a relationship, the level of approximation between them.

By the choice of the ways of treatment it became possible to notice hat the election of a determined way of treatment is done because of social features of the speakers. The treatment expressions have the power to go beyond the limits of grammatical standards, breaking off, sometimes, the conventional rules that impose the use of a specific treatment in such a formal situation.

The portuguese language in use in Brazil shows its identity through the social and cultural features, whose display way is the ways of treatment.

INTRODUÇÃO

1

CAPÍTULO I: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.1. Aspectos de cientificidade no século XIX	8
1.2. A interdisciplinaridade da Lingüística e da História	12
1.3. A língua e a história na reconstituição do passado	27
1.4. A Historiografia Lingüística: concepção e princípios	40
1.5. A História Cultural e o diálogo com a Historiografia Lingüística	55

CAPÍTULO II – O BRASIL E A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

2.1. Contextualização histórica do Brasil no século XIX	60
2.2. Cultura e sociedade no século XIX	68
2.3. Concepções lingüísticas no século XIX	75
2.3.1. A Língua Portuguesa no Brasil na segunda metade do século XIX	83
2.3.2. A gramática na segunda metade do século XIX	91
2.4. A questão do tratamento nas gramáticas de Júlio Ribeiro, Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade e Maximino Araújo Maciel	93

CAPÍTULO III – O GÊNERO CARTA COMO ESPAÇO DE INTERAÇÃO SOCIOCULTURAL

3.1. A carta como gênero histórico-textual-estilístico	96
3.2. A carta e sua vinculação à cultura e à sociedade do século XIX	105
3.3. Formas de tratamento como marca de relações interpessoais nas cartas	135
3.4. Modalizadores: nível de envolvimento do emissor na carta	155
3.5. O papel do léxico na arquitetura da carta	164

**CAPÍTULO IV – A LÍNGUA PORTUGUESA E AS FORMAS DE TRATAMENTO
EM USO NA ATUALIDADE**

4.1. Língua, História e relações interpessoais	170
4.2. A norma-padrão culta no gênero carta	179
4.3. Aproximações do gênero carta nos séculos XIX e XXI	184
4.4. As ações da Língua Portuguesa em cartas de pedido	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
BIBLIOGRAFIA	196
ANEXOS	203

INTRODUÇÃO

A Historiografia Lingüística tem seu aparato teórico-metodológico utilizado nesta tese com o objetivo de estudarmos o emprego de formas de tratamento nas relações interpessoais identificado em cartas escritas na segunda metade do século XIX, observando a questão dos papéis sociais ali instituídos e associando esses aspectos às marcas lingüísticas em uso no tratamento autorizado em representações socioculturais da época.

Tomamos como tema de estudo os pronomes e as formas de tratamento na língua portuguesa em uso no Brasil marcados em cartas de pedido, escritas da segunda metade do século XIX, com a finalidade de evidenciar as relações de hierarquia social entre emissor e receptor. Diante dos usos autorizados de diferentes formas de tratamento, emissor e receptor mesclam, em seus textos, traços lingüísticos que destacam o caráter de uma língua espontânea, despojada e, ao mesmo tempo, conservadora, dependendo do grau de formalidade existente entre os interlocutores.

Ao utilizar a língua sem artificialismo, por um lado, diante de uma situação comunicativa informal, o emissor, no *corpus* que selecionamos, aproxima a escrita à fala. Essa aproximação pode ser historicamente relacionada ao espírito da época, por revelar o aspecto de renovação por que passava a cultura brasileira, e por imprimir à língua uma maleabilidade, que legitima a inovação lingüística ao longo do tempo. Por outro lado, o uso da língua de modo formal ressalta, por sua vez, o grau de distanciamento entre emissor e receptor, revelando uma relação sem envolvimento afetivo, fato possível de ser observado pelas marcas lingüísticas nas cartas a serem analisadas. Assim, o formal e informal da língua empregada nos documentos tornam-se realidades que se perpetuam, à medida que podemos resgatá-los em referências históricas circunscritas no texto.

Tais questões tornam as *cartas*, em sua individualidade, um documento, uma produção singular única, e permite que as abordemos sob o ponto de vista histórico, se as considerarmos como o registro de uma época e de um espaço social. Por presentificar um fato lingüístico pretérito, seu estudo reivindica a observação de aspectos internos e externos à língua, possíveis de se recuperar no *corpus* que selecionamos.

Partimos da hipótese de que os usos dos pronomes e das expressões de tratamento presentes em documentos, como cartas, revelam-se como fatores constitutivos da memória

social brasileira na segunda metade do século XIX. Pelo fato de esses documentos serem tomados, neste estudo, sob os enfoques lingüístico e histórico, podemos perceber que eles refletem os pensamentos, as ideologias do homem e, principalmente, restituem o modo como as pessoas marcavam, em um relacionamento, o nível de aproximação entre elas.

Nesta tese, ao analisarmos a língua em uso, vamos estabelecer pressupostos culturais associados à História Cultural que, conforme Jaques Le Goff (1976), deixa de ser uma disciplina voltada aos aspectos políticos, para se curvar diante de questões sociais. Anseia-se, desse modo, compreender a sociedade, as formas de interação, em vários tempos vividos pelo homem. As possíveis interpretações dos acontecimentos tornam-se exequíveis por a língua proporcionar a reconstituição dos fatos.

Neste caso, há de se considerar a relação entre língua e história, uma vez que o conhecimento de um acontecimento histórico só é possível por meio da língua. A Historiografia Lingüística, como um constructo que tem como propósito resgatar uma realidade passada, torna possível a interpretação de um acontecimento lingüístico com uma visão histórica.

Tomamos como *corpus* desta tese vinte e duas cartas de pedido escritas entre o período de 1852 a 1887 e três cartas escritas no século XXI entre 2004 a 2006. Por esta razão, utilizamos os documentos selecionados, em sua materialidade lingüística, como manifestação da língua portuguesa em uso no Brasil, na perspectiva que relaciona fatores histórico-sociais e culturais que nos permitem associar língua, história e memória social.

Privilegiamos, nesta tese, cartas de pedido, por revelarem o *status* social do emissor e do receptor, sua hierarquia social dentro do contexto sociocultural da época. O emprego da língua nos documentos legitima seus usos, como, a escolha dos pronomes e das expressões de tratamento, a seleção do léxico e o emprego da modalização.

Os documentos que selecionamos são manuscritos, até mesmo as correspondências oficiais. Eles possuem uma organização espacial, isto é, uma estética que segue a convenção do gênero carta, sendo constituídos, em sua maioria, pelo vocativo, o texto, que traz o assunto principal, colocado nos primeiros parágrafos e a despedida.

Outra questão a ser levantada é em relação à prática de escrever cartas. Essa prática é comum entre alguns escritores, fato que pôde ser comprovado, quando da constituição de

nosso *corpus*. Nessa ocasião, verificamos que havia cartas de um mesmo emissor, para um mesmo receptor.

É desvelado no próprio corpo da carta o contexto situacional. Essa manifestação se dá por meio das escolhas lingüísticas do emissor na organização funcional da língua. Torna-se patente que a língua detém meios gramaticais para representar as diferentes maneiras das ações humanas e, também, os papéis desempenhados pelos interlocutores nessas ações.

As fontes documentais, que constituem nossa pesquisa, foram encontradas na Biblioteca Nacional Mário de Andrade, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Fundação Casa de Rui Barbosa e nos seguintes *sites* da *Internet*: www.estacaodaluz.org.br, www.lettras.ufrj.br/posverna. As cartas da atualidade foram cedidas por uma aluna do curso de letras. Por se tratarem de documentos raros, encontramos muita dificuldade de acesso a eles, uma vez que muitos deles não podem ser nem fotografados nem microfilmados, por já estarem em estado de decomposição. Há uma grande restrição, por parte dos bibliotecários, quanto ao manuseio dos documentos pelo pesquisador, em virtude da necessidade de conservação. Não há uma vasta variedade de cartas disponível ao público, o acervo é pequeno, principalmente, na Biblioteca de São Paulo.

As cartas que selecionamos referem-se a pedidos como: pedido de emprego; de notícias, de empréstimo financeiro, enfim, os pedidos nas cartas são diversificados.

O objetivo geral foi colocar em prática os princípios de estudos historiográficos à língua portuguesa em uso no Brasil, neste estudo, às cartas de pedido. Os objetivos específicos foram: examinar, em cartas de pedido, escritas na segunda metade do século XIX, como o pensamento gramatical relativo às formas de tratamento se constitui na construção da memória social brasileira deste século; identificar como as expressões de tratamento, em uma situação de interação escrita, tornam-se reveladoras do *status* social exercido pelos membros da interação comunicativa e, assim, deixam marcadas as funções que exercem emissor e receptor na hierarquia social; verificar, também, até que ponto os pronomes e as formas de tratamento são capazes de aliar a língua à história; e, ainda, investigar se a escolha lexical e o uso de modalizadores estão relacionados ao papel social dos interlocutores.

No século XIX, a sociedade brasileira enfrentou questões ligadas à emancipação político-cultural do jugo português. Nesse contexto, as relações de tratamento resultavam dos papéis socioculturais, visto que os pronomes e expressões de tratamento, em geral, estavam ligados à cortesia e às relações interpessoais.

Pela língua, torna-se possível identificar as relações entre papéis sociais, concebidos como um conjunto de comportamentos prescritos para uma pessoa que ocupa determinada posição na estrutura social. Esses papéis permitem diferentes graus de liberdade individual quanto à sua interpretação, pois há regras escritas, faladas, genéricas e difusas que governam o comportamento de uma pessoa enquanto membro de uma categoria socialmente significativa.

Nesta perspectiva, em qualquer contato social, os traços lingüísticos empregados entre os indivíduos podem definir a natureza e o estado de suas relações interpessoais. Para isso, a língua dispõe de formas e de expressões específicas que indiciam as representações sociais e determinadas posições.

Partimos do pressuposto de que como a segunda metade do século XIX, no Brasil, é marcada por um período de distanciamento da língua e da identidade europeias, os empregos dos pronomes e das expressões de tratamento presentes em documentos escritos manifestam-se como aspectos essenciais da memória social brasileira.

Por nossa pesquisa materializar a Língua Portuguesa em uso na segunda metade do século XIX, inserimo-la no âmbito da Historiografia Lingüística, à medida que ela tem se debruçado sobre o saber lingüístico, a fim de apreender a historicidade nela inscrita. Além disso, acrescentamos o fato de ela nos dar subsídios para reportarmos aos usos lingüísticos relacionados aos pronomes e às expressões de tratamento presentes em documentos da época, pois nos permite a constituição de um aspecto da memória social brasileira.

A tese, portanto, defendida é direcionada pela idéia de que a carta é um documento, cuja unidade funcional ampla da língua é utilizada em situações específicas de ausência de contato direto entre emissor e receptor. Dada a amplitude da carta, as suas várias possibilidades de uso remetem a distintas esferas de atividades, sendo a correspondência pessoal uma dessas possibilidades. Essa categoria nos remete ao papel que a carta representa na relação interpessoal, podendo, por conseguinte, ser analisada como subgênero do gênero carta. Os papéis sociais estabelecidos nos documentos selecionados são

construídos por meio das formas de tratamento da língua, uma vez que a língua é um fator essencial no desempenho de tais papéis. Nas cartas sob análise, a forma com que os interlocutores se tratam e a escolha de uma determinada forma em detrimento de outra, disponível na língua, liga-se a fatores diversos como: intimidade, polidez, afetividade, poder, hierarquia, reverência e solidariedade.

Tomamos como objeto de estudo a língua portuguesa representada em cartas de pedido produzidas na segunda metade do século XIX. Os documentos em que a língua portuguesa se situa justificam-se por manifestarem os contatos interpessoais, revelando, por meio das formas de tratamento, o tipo de relação que une emissor e receptor, e o papel social exercido por ambos na sociedade.

Esta pesquisa é organizada em quatro capítulos constituídos pelo procedimento teórico-analítico, para que os resultados logrados das análises sejam apresentados como comprovação da tese que defendemos.

A Introdução apresenta tema, objetivo, hipótese, problema, linha teórica e organização da pesquisa.

O Primeiro Capítulo constitui as “Bases Teórico- Metodológicas para a Historiografia Lingüística”. Ele contempla os pressupostos básicos que norteiam a investigação sobre Historiografia da língua portuguesa em uso no Brasil. Levantamos o estado em que se encontrava a ciência na primeira metade do século XIX, com a finalidade de termos uma visão dos estudos científicos da segunda metade daquele século. Apresentamos, também, uma discussão acerca da interdisciplinaridade no estudo histórico da língua, enfatizando uma multidisciplinaridade no estudo da Historiografia Lingüística, para entendermos a articulação entre novos paradigmas, como forma de produzir novos conhecimentos associados também aos princípios da Historiografia Lingüística.

Tomamos como definidoras para esta pesquisa, porém não exclusivas, as bases dos campos teórico e metodológico a partir dos estudos de Konrad Koerner (1995, 1996). O objetivo dessa escolha é marcar a ligação entre as histórias interna e externa, a partir da interpretação resultante entre forma e significados. A língua é definida em um âmbito histórico-cultural, cujos fatos veiculados nos documentos selecionados para esta pesquisa são resgatados pela observação dos dados lingüisticamente materializados neles.

Foram essenciais para esta pesquisa os estudos de Konrad Koerner, por ele descrever a língua a partir de sua história interna e história externa; e, também, por seus pressupostos que fixam as suas concepções de historiografia da linguagem em descrições concebidas por meio da metalinguagem, em que propõe três princípios fundamentais: a contextualização, a imanência e a adequação teórica.

Os pressupostos da Historiografia Lingüística nortearam nossa pesquisa com o intuito de verificar a língua portuguesa em suas permanências e discontinuidades em relação às cartas caracterizadas como produção periférica e a nova concepção manifestada como formal da língua, resultado da análise do *corpus* que, ao considerar as teorias aqui expostas, corrobora nossa tese, pela investigação de evidências histórico-lingüísticas contidas nele.

O Segundo Capítulo, “O Brasil e a Língua Portuguesa no Século XIX”, visa à contextualização histórica e intelectual do Brasil na segunda metade do século XIX. Traçamos o clima intelectual do momento em que se acham inscritas as cartas sob análise, considerando o fato histórico-lingüístico, o homem, a cultura e os aspectos sócio-históricos da época.

O Terceiro Capítulo, “O Gênero Carta como Espaço de Interação Sociocultural”, refere-se ao estabelecimento de uma compreensão ampla, tanto da abordagem lingüística quanto histórica, do documento em sua materialidade lingüística, nos limites do texto. Isto porque, quando analisamos um determinado documento temos de inseri-lo em seu tempo.

Neste capítulo, procuramos verificar como as cartas constituem um gênero discursivo. De fato, as cartas reorganizam padrões de representação social e crenças pela individualidade do autor do texto.

Na seqüência, analisamos as formas de tratamento como marcas relevantes ligadas à estrutura social na interação entre os interlocutores. Observamos também que os modalizadores podem expressar, em determinados documentos, algum tipo de manifestação do emissor na definição do valor do enunciado que ele produz. Por último, ressaltamos a importância da seleção lexical na organização do texto.

O Quarto Capítulo, intitulado “A Língua Portuguesa e as Formas de Tratamento em Uso na Atualidade”, procura estabelecer uma aproximação entre duas realizações lingüísticas, o vocabulário técnico do documento analisado e a terminologia atual. Cabe

salientar que, ao estabelecermos essa aproximação, observamos a mudança no uso de termos que remetem a determinados conceitos e que se modificaram ao longo do tempo.

Em linhas gerais, optamos pelo exame de questões lingüísticas que convergissem para o propósito de verificar quais recursos os autores das cartas empregam para marcarem tanto a sua hierarquia social como a de seus interlocutores; os papéis sociais instituídos nas cartas e as relações interpessoais.

CAPÍTULO I

BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.1. Aspectos de cientificidade no século XIX

Partimos do pressuposto de que os documentos são a materialização de acontecimentos históricos que se justificam como base de estudos lingüísticos e históricos. Por isso, é lícito considerarmos a interdisciplinaridade entre História e Lingüística com o propósito de um (re)conhecimento da língua, pois ao analisarmos um documento sob a égide da Historiografia Lingüística, daqui em diante HL, implica o envolvimento dessas duas áreas do conhecimento, uma vez que elas têm como objetivo conhecer o homem.

A História está ligada a acontecimentos relacionados às ações do homem, em um determinado tempo e espaço, onde se passam os eventos. Ela permite várias interpretações de um mesmo acontecimento, que dele poderão determinar uma ou mais verdades.

Ao considerarmos este aspecto plural para a interpretação de um documento, podemos conceber a História como uma ciência, pois Roland Omnès (1995) assevera que a ciência é uma representação da realidade. E na afirmação de March Bloch (1987:89) *a História é a ciência dos homens, e seu objeto de estudo é, por natureza o homem.*

Quando realizamos o estudo de um documento, percebemos que ele é constituído de recortes de uma determinada realidade que o perpetua, e as possibilidades de seu estudo só se tornam concebíveis por estar materializado lingüisticamente.

A história assim entendida, da mesma forma que a manifestação lingüística, são criações individuais e, por meio delas reconstruímos uma realidade passada, pela interpretação. É do historiador a função de interpretar, tem de ser hábil para perceber, na essência do documento a sua relevância. Tanto os acontecimentos históricos quanto os fatos lingüísticos trazem em seu cerne o clima de uma determinada época.

A língua possui uma história que lhe é própria. A história interna ligada à sua origem, à sua estrutura e ao seu desenvolvimento e a história externa, associada ao seu contexto histórico. Nesse sentido, ela concilia fato e acontecimento.

Assim, a Lingüística conta com os avanços dos estudos históricos, e vice-versa. Atualmente, muitos pesquisadores atuais têm aliado essas duas ciências para obter maior êxito em seus estudos, pois ambas se pautam no passado possível de ser resgatado, nos documentos e trazido ao presente, graças à concretização dos acontecimentos.

Como orientamos nosso estudo por meio das duas ciências – Lingüística e História -, julgamos pertinente delinear o quadro em que se encontravam os estudos científicos no século XIX para elucidar o modo como se desenvolviam as pesquisas nessas áreas, anteriores a esse século e, também, dar embasamento à nossa pesquisa.

Devido à revolução científica do século XVII, deu-se início à separação e à distinção entre filosofia e ciência, com o desdobramento da ciência, nos séculos posteriores, em ciências exatas, naturais e humanas. Assim, somente no século XVII, chegou-se à concepção de ciência como uma forma de conhecer o real, distinto daquela da filosofia, com estudos visando a estabelecer métodos, conceitos e objetos de estudo a partir do modelo da linguagem matemática. Evidencia-se, então, a matematização da natureza, estando ausente dessa concepção toda a referência ao subjetivo. Nessa época, a ciência significava perseguir um ideal de objetividade e de cientificidade nos parâmetros da matemática e não da filosofia, voltada ao sujeito do conhecimento. Portanto, ciência passou a ser definida como objetividade do conhecimento.

Ocorre, deste modo, a cisão entre as ciências naturais e a Filosofia, sendo as ciências naturais capazes de dar conta do estudo da natureza, e à Filosofia restou tão somente dedicar-se ao estudo do homem.

A ciência deve, assim, ser concebida como uma forma de conhecimento, cuja tarefa implica apropriação do real e sua explicação de modo objetivo, mediante o estabelecimento de leis universais e necessárias entre os fenômenos; por isso, essas leis devem ser previsíveis e passíveis de controle experimental. Observa-se uma relação intrínseca entre a cientificidade e a objetividade de uma ciência.

Com a convergência para o aspecto da objetividade nas ciências naturais e nas ciências humanas apontadas acima, ocorre a crise dos fundamentos, no século XIX, o que tornou possível pensar a construção de um modelo de cientificidade para as ciências humanas e a Filosofia, com padrões diversos daqueles das ciências naturais.

Vemos, assim, que, no século XIX, há um despertar para o desenvolvimento do estudo do homem, de sua história, de sua língua e de seus costumes. Com isso, as ciências humanas e as ciências sociais originaram-se, efetivamente neste século. Entretanto, essa origem, longe de ser pacífica, foi marcada pelo conflito de modelos de inteligibilidade. Um dos pólos desta divergência é representado pelo positivismo, que tenta transpor para as ciências humanas o ideal da inteligibilidade em que se assenta a cientificidade das ciências da natureza.

Francisco Falcon (2002) assevera que, por um lado, pela valorização do irracionalismo e pelo enfraquecimento progressivo da idéia de objetividade que postulava o Iluminismo, a concepção de moderno associada à de racional foi ganhando menos influência. Por outro lado, a crise da História enfraqueceu a estrutura do trabalho do historiador. Ambas as crises se originaram da crítica ao irracionalismo intensificado no século XIX, centrado nas idéias de ciência, progresso, evolução e humanismo.

A idéia de representação, a partir da crise da modernidade e da História, é questionada por não ser mais encarada como um aspecto unívoco e correspondente à realidade a que se refere, porém ela é vista como o resultado de uma construção do discurso.

Os estudiosos da ciência, paulatinamente, começaram a colocar novas questões e a traçar linhas distintas de pesquisa, quase sempre, não-cumulativas de desenvolvimento para as ciências, tentando apresentar sua integridade a partir de sua própria época. Observa-se que os primeiros estágios do desenvolvimento das ciências caracterizaram-se pela competição entre diversas concepções de natureza distintas.

Thomas S. Kuhn (2001) afirma que estudiosos da ciência do século XIX contribuíram para definir, implicitamente, os problemas e métodos legítimos desse campo de pesquisa para as gerações futuras de pesquisadores da ciência. Tal afirmação se deve ao fato de que, de um lado, essas realizações atraíram um grupo de seguidores e, de outro, por essas realizações serem abertas, deixaram problemas para serem resolvidos pelos pesquisadores da ciência que ainda iriam surgir.

No início do desenvolvimento da ciência, homens, confrontados com uma sucessão de fenômenos, em geral, diversos, descreveram-nos e interpretaram-nos de várias formas, porém muitas dessas divergências iniciais foram desaparecendo nas áreas da ciência.

O modelo de racionalidade, por sua vez, conforme Boaventura de S. Santos (2003), que orienta a ciência moderna constituiu-se, no século XIX, a partir da revolução científica, e foi sendo desenvolvido nos séculos posteriores, no domínio das ciências naturais. Entretanto, somente no século XIX, esse modelo de racionalidade científica estende-se às ciências naturais emergentes. A partir daí, pode-se falar de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue de duas formas de conhecimento não-científico que são o senso comum e os estudos humanísticos - em que se incluem os estudos históricos, filológicos, literários, filosóficos, entre outros.

A racionalidade científica, por ser um modelo global, é, também, totalitário, à medida que nega o caráter racional a formas de conhecimento que não estiverem pautadas pelos seus princípios epistemológicos e por suas regras metodológicas. Esse fato representa a característica fundamental da racionalidade científica e a que melhor caracteriza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precederam.

A criação das condições para emergência das ciências sociais, no século XIX, resulta de ter havido, no século XVIII, abrangência do espírito precursor que, paulatinamente, amplia-se e aprofunda-se.

A consciência filosófica da ciência moderna teve suas primeiras formulações no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano e, assim, veio a condensar-se no positivismo do século XIX. Segundo o positivismo há duas maneiras de conhecimento científico: o das disciplinas formais da lógica e da matemática e o das ciências empíricas, segundo o modelo mecanicista das ciências naturais, pois as ciências sociais existem para serem empíricas. O modo como o modelo mecanicista foi assumido, no século XIX, tornou-se, por muito tempo, marginal, pois consistiu em reivindicar para as ciências sociais um estatuto epistemológico e metodológico próprio, alicerçado na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza. Esse modelo liberta-se do jugo positivista e requer o monopólio do conhecimento científico-social.

Os principais aspectos do novo paradigma científico, segundo Boaventura de S. Santos (2003), é o que os separa das ciências naturais, ainda dominantes, e não apenas a observação dos fatos, mas, sobretudo, a nova visão do mundo e da vida. A ciência moderna, ao contrário da ciência natural, suspeita das evidências das experiências imediatas, pois seriam ilusórias, por fazerem parte do conhecimento vulgar. O divórcio entre a natureza e o

homem é total, por aquela ser passiva, eterna e reversível; e este por ser o possuidor daquela.

As ciências sociais se definiram como a busca da verdade acerca do mundo, obtida pelo legado da dedução e ela surge no momento em que pensadores começaram a reconhecer a existência de vários sistemas sociais; aborda a questão da pesquisa empírica, que se associou à ciência social no âmbito de conhecer o passado pela história, entender o presente e, assim, poder atuar sobre o futuro. Na afirmação de Antony Giddens (2001), a previsibilidade do mundo social não acontece, simplesmente, da mesma maneira que a previsibilidade do mundo natural. Ela é gerada pelas práticas organizadas com o conhecimento dos agentes humanos.

A Lingüística e a História, ambas como Ciência, formam uma aliança no campo das pesquisas, visto que abarcam, praticamente, as mesma correntes, como a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia dentre outras. A língua possui uma história que lhe é própria, inerente à sua constituição, trata-se da história interna. Qualquer estudo da língua que esteja associado à sua origem e à sua estrutura há de considerar-se o contexto que é também histórico. Assim, os estudos lingüísticos pautam-se por uma interdisciplinaridade epistemológica.

1.2. A interdisciplinaridade da Lingüística com a História

A aproximação entre Lingüística e História justifica-se pelo fato de essas duas Ciências terem pontos de convergência. Ambas se compõem no passado passível de ser reconstituído por meio dos estudos contextualizados da língua. Essa natureza interdisciplinar requer do pesquisador um conhecimento amplo de vários campos científicos, uma vez que seu campo de investigação deve compor-se por áreas de conhecimento que convirjam para restabelecer os fatos do passado lingüístico que o pesquisador anseia descrever.

E é assim, que na segunda metade do século XX, já despontara, na França, uma linha de abordagem histórica que não enfatizava prioritariamente o econômico-social. A ênfase passara a ser dada ao sociocultural, ao psicológico e, também, às mentalidades e ao cotidiano: era a Escola dos *Annales*. Essa Escola expressava uma reação contra o

paradigma tradicional, defendendo a idéia de que a realidade é constituída social e culturalmente e, assim, manifestava sua base filosófica.

As preocupações no âmbito científico em torno da interdisciplinaridade, o não-repetitivo e o fragmentário entrecruzam-se com a abordagem mecânica em um crescente processo de subjetivação; os acontecimentos irregulares e não-lineares passam a ser a nova preocupação dos estudiosos. Temas que eram julgados como irrelevantes ganham cena em instituições científicas. A História Cultural pode ser identificada nesse movimento de renovação da categoria de documentos e de fenômenos científicos.

Houve uma abertura temática realizada na História, sendo esta o principal elo interdisciplinar de abordagem cultural. A História abriu-se à colaboração de outras áreas científicas, como a: Lingüística, Semiótica, Filosofia da Linguagem, Antropologia, Psicologia, entre outras. A conseqüência dessa abertura representou uma renovação da noção de documento, de sua temática e de sua abordagem como projeto de pesquisa.

Este fato trouxe à tona o caráter indisciplinar da história. Qualquer estudo do passado que seja produzido por meio de um único arcabouço teórico não revela o acontecimento em sua amplitude, pois só se pode compreender algo como passado, quando ele começa a ser visto a partir do presente. Começa a surgir uma renovação na concepção de história à medida que se busca sua abertura como a união de propostas interdisciplinares.

Apoiados na afirmação que a História é uma ciência interdisciplinar, estabelecemos, em nossa pesquisa, a relação entre a História e a Lingüística como meio para obtermos uma visão abrangente de nosso estudo, uma visão dos dados da língua e da história, e, assim, termos, dos documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, uma visão não só histórica, como também lingüística da época em que fixamos nossos estudos.

Ter uma visão interdisciplinar como processo de integração recíproca entre diversas disciplinas e campos de conhecimento capaz de romper as estruturas de cada uma delas para alcançar uma visão unitária comum do saber é um trabalho que requer do pesquisador um empenho quase exaustivo, para romper uma série de obstáculos ligados a uma racionalidade positivista da sociedade.

Apesar de os pesquisadores da época terem se interessado por temas do cotidiano, suas reflexões, muitas vezes, não possuem uma base histórica. Esta relação é fundamental, pois possibilita buscar alternativas interdisciplinares para o encontro de áreas científicas

diversas. Michel de Certeau (1982) já havia percebido que a maneira comum de se expressar possui um mundo próprio a revelar e que exprime a mundaneidade das formas de vida, com muito mais consequência do que muitas propostas teóricas que cercam as ciências sociais.

Faz-se necessário produzir uma leitura dos acontecimentos que, mesmo tendo a possibilidade de circunscrever o sentido do acontecimento analisado a uma história particular, é possível abrir outras possibilidades de leitura, por meio da intertextualidade com outros documentos.

O objeto estudado leva consigo marcas de outras passagens ou inscrições, antigas e recentes, marcas que foram cunhadas na própria identidade desse objeto, ou que transportam a outras que constroem uma história ou trajetória de particularidades. Não há leitura que seja absolutamente nova, não há acontecimentos que não possam ser registrados em uma rede de significações ou regras interpretativas constituídas em outro lugar; como não há mundo significativo fora da linguagem, isto é, a linguagem visa a evidenciar o mundo.

A interdisciplinaridade torna-se possível à medida que a identidade do objeto se divide entre o que ele é e o que lhe permite afirmar-se, demarcando-se de um outro e, ocasionalmente, dele mesmo, pois há remissão a um outro elemento no interior de uma outra coisa que haja como acontecimento, instituição, grupos ou classes sociais etc. Neste sentido, Jacques Derrida (1991:45) afirma que:

A diferença é o que faz com que o movimento da significação não seja possível a não ser que cada elemento dito presente, [...] se relacione com outra coisa que não ele mesmo, guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca de sua relação com o elemento futuro, relacionando-se o rastro menos com aquilo que se chama presente do que àquilo a que se chama passado, e constituindo aquilo a que chamamos presente por intermédio dessa relação mesma com o que não é ele próprio; [...] nem mesmo um passado ou futuro como presentes modificados.

O contexto histórico, caracterizado pela fragmentação do conhecimento, demanda a retomada do antigo conceito de interdisciplinaridade. Vimos que a origem desse conceito deveu-se à necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências fragmentaram-se em diversos ramos e, a interdisciplinaridade pode restabelecer, ao menos, um diálogo entre elas, embora não possa resgatar a unidade nem a totalidade das ciências.

A fragmentação era um problema crucial para o progresso científico. Esse fato estava ligado ao entendimento da relação entre o todo e as partes. Para Lucien Goldman (1979:25) *apenas o modo dialético de pensar fundado na historicidade seria capaz de resgatar a unidade das ciências.*

A tradição positivista, por aceitar somente os fatos observáveis, causou problemas para as ciências humanas, cujo objeto não é tão observável quanto o das ciências naturais. Com a fragmentação do saber, surge o especialista e os limites entre os saberes se distanciam. A interdisciplinaridade rompe com a epistemologia positivista.

A interdisciplinaridade objetiva garantir a construção de um conhecimento globalizante, transpondo as fronteiras entre as diversas áreas do saber. Uma atitude interdisciplinar pode pautar-se em rever o velho para torná-lo novo, tornando novo o velho. O pressuposto é de que o velho pode tornar-se novo e há sempre algo de velho no novo.

Esse posicionamento leva-nos a pensar que o que deve ser considerado é a importância do diálogo realizado entre os muitos campos do conhecimento, formando, a partir desses diálogos, novos conhecimentos, novas posturas, novas possibilidades de estudo. A interdisciplinaridade busca a totalidade do conhecimento, reconhecendo a especificidade de cada área do saber.

Assim, a interdisciplinaridade, como aspiração emergente de superar a racionalidade científica positivista, surge como compreensão de uma nova maneira de institucionalizar a produção do conhecimento nos espaços da pesquisa, na articulação de novos paradigmas; nas determinações do domínio das investigações, na constituição das linguagens partilhadas, nas pluralidades dos saberes, nas possibilidades de trocas de experiências e nos modos de realização da parceria.

Proceder a um estudo interdisciplinar não significa negar as especialidades e a objetividade de cada ciência; o seu sentido está na oposição de se conceber que o

conhecimento se processa em campos estanques, fechados em si mesmos, como se as teorias pudessem ser construídas em universos únicos sem uma condição unificadora que possa ser a base de todas as ciências e isoladas dos contextos histórico-culturais. Portanto, agir interdisciplinarmente significa impor a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para obter as contribuições de outras áreas.

Atualmente, com o progresso das pesquisas na área das ciências humanas e, em especial, na Lingüística, abriu-se a oportunidade de articulação entre novos paradigmas, como uma forma de produzir novos conhecimentos ou ampliar os já existentes, acrescentando-lhes novos pontos de vista diante do objeto estudado. E, assim, ao conciliarmos a Lingüística com a História, não só observamos que a totalidade de um determinado conhecimento ocorre por meio da correspondência de mais de um objeto teórico parcial, como também as sobreposições de fronteiras entre diversas ciências, seja para que se harmonizem, seja para que se conflitem, permitem o contributo de mais de um olhar para que se chegue a uma resposta mais adequada e abrangente da pesquisa e consigamos vislumbrar a presença marcante do homem no tempo e no espaço.

Quando tocamos nas questões dos paradigmas, recorremos à obra de Thomas S. Kuhn (2001), em que ele coloca o tema de que o novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudo. Se olharmos para a antiga maneira de se fazer história, observamos que esta era eminentemente relato narrativo dos acontecimentos, enquanto a nova maneira de se fazer história está mais voltada aos aspectos políticos da realidade social.

A abrangência dos aspectos sociais da atividade humana encorajou os historiadores a adotarem a interdisciplinaridade, no sentido de colaborarem com outras áreas do conhecimento e, também, delas receberem contribuição. Os historiadores de arte, literatura e ciência, que antes buscavam seus objetivos de forma isolada, hoje, estão relacionando seus estudos com a História.

Em vista disto, o diálogo que se abre entre a Lingüística e a História representa a base desta pesquisa, como afirma Jarbas V. Nascimento (2005:12):

[...] os avanços e as atuais tendências nas ciências, sobretudo na Lingüística, tornam-se mais amplos, quando encontram possibilidades de interlocução com outras ciências sociais, em especial, a História, gerando novos métodos e técnicas de investigação da língua em fontes documentais. Bastante decisivo é o fato de que essas alianças implicam diferentes modos de ver o objeto língua – lugar de concretização das dimensões históricas, culturais e identitárias de um grupo social – e a maneira como exige que o pesquisador considere, no processo de interpretação, as contribuições advindas de todos os lados.

Um pensamento nunca caminha em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar em conjunto, do mesmo modo que o conjunto só pode ser conhecido pelo avanço no conhecimento de verdades parciais. Se a língua representa o fazer do homem em um contexto sócio-histórico-cultural, isso possibilita-nos entender a articulação da Lingüística com a História e ter uma visão mais ampla acerca da língua, pois ela será considerada também em conjunto com outras áreas do saber como a Filosofia, a Antropologia, a Psicologia, enfim, campos do conhecimento em que o homem desempenhe um papel central em seus estudos e, assim, abrir novas perspectivas para o seu estudo.

Um estudo interdisciplinar da língua e sua ligação com fatores históricos e socioculturais abrem novas perspectivas para que observemos, com mais clareza, o fato de estar havendo um deslocamento nos estudos Lingüísticos. Jarbas V. Nascimento (op. cit.: 2005) ratifica tal pensamento afirmando que:

[...] o surgimento de um novo paradigma não impede que as ciências, sejam elas quais forem, se reorganizem, assumindo novos enfoques pela reordenação de seu campo teórico, enfim, avancem em relação aos conhecimentos até então adquiridos.

A aproximação entre a Lingüística e a História torna-se possível pelo suporte histórico dado à lingüística e vice-versa. Essa aproximação atribui à Lingüística uma abrangência de conhecimentos, uma vez que ambas as ciências possuem pontos de convergência, à medida que elas partem do passado que se torna presente a partir dos estudos da língua e, também, pelo fato de essas duas ciências terem o homem como elemento central de suas pesquisas, pois elas o contextualizam socialmente.

A língua revela o fazer do homem em um contexto histórico-social e é nesse contexto que ela manifesta sua atividade humana compartilhada socialmente, enquanto a história expressa o homem por meio de sua trajetória, determinada por um dado tempo e espaço. A História permite que o homem volte constantemente a si próprio, atualizando sua experiência passada no presente. Ao reconstituir a experiência passada do homem, a História busca uma interpretação, mas não ultrapassa a realidade empírica dos acontecimentos, pois ela modela essa realidade, atribuindo-lhe novas leituras, atualizando-a com valores de recordação. O delineamento dessa realidade representa a criação de novas formas de interpretação dos acontecimentos passados.

O diálogo da História com as outras ciências, essencialmente com a Lingüística, torna-se uma possibilidade, principalmente, quando analisamos o documento. Tal diálogo incide na troca de informações que possam servir de instrumento metodológico às ciências a ela ligadas.

Para a construção de uma totalidade do conhecimento de uma determinada área do saber, o pesquisador necessita de outros objetos teóricos, visto que a justaposição entre diversas ciências é um aspecto relevante para que se obtenha uma resposta mais ampla. Assim, afirmamos que as fissuras no tecido científico tradicionalmente construído, tanto na Lingüística, quanto na História, criaram condições permissivas, certamente em sistemático conflito com forças de bloqueio de diversas ordens para a intensificação das relações entre essas ciências.

Torna-se, pois, evidente que o emprego da interdisciplinaridade, voltada aos estudos lingüísticos, seja um fator incisivo na constituição da HL. A este respeito Thomas S. Kuhn (2001) faz uma colocação pertinente. Segundo esse autor, em termos científicos, as áreas dos saberes intercomplementam-se, isto é, não há como chegarmos a um saber por um único campo de conhecimento, visto que o saber é cumulativo e não seletivo.

A interdisciplinaridade reside no diálogo reflexivo entre as ciências. É neste sentido que a HL pretende a reconstituição do passado baseada em acontecimentos e documentos escritos por meio da descrição e da interpretação dos fatos lingüísticos.

Neste aspecto, a interdisciplinaridade, como paradigma de pesquisa científica, vem beneficiar a HL para manifestar as mudanças que ocorrem na língua em seu processo de transformação/conservação histórica. Acerca dessa colocação, Konrad Koerner (1995) acrescenta que é tarefa do historiógrafo possuir uma grande demanda de preparo intelectual, amplitude de escopo e profundidade de saber, exigindo dele um conhecimento quase enciclopédico, pela natureza pluridisciplinar desta atividade.

A ligação entre a HL com outros ramos do saber como a Antropologia, a Filosofia e a História acrescenta ao historiógrafo da língua conhecimentos que fazem com que ele amplie o objetivo de seus estudos, resultando, assim, em um trabalho de maior alcance.

A língua representa a atividade precípua da expressão humana, pois ela estabelece a ligação do homem com as coisas do mundo; a história transpõe a relação do homem em seu espaço e em seu tempo, quando tenciona relacionar os fatos humanos acontecidos no passado com o presente.

O diálogo com outras áreas de conhecimento sugere que a apreensão de elementos dessas outras áreas seja essencial à HL. Em vista disso, o historiógrafo da língua não deve se prender somente a uma área específica, pois seu olhar deverá ser amplo, visto que o conhecimento minucioso de outras teorias em outros campos revela-se verdadeiramente essencial nas pesquisas historiográficas.

Ao procedermos à relação entre a Lingüística e a História, observamos que a Lingüística volta-se ao comportamento lingüístico do homem em uma época e espaço determinados. De um lado, a Lingüística reflete um avanço em relação aos estudos comparativos e filológicos; por outro lado, a HL reflete um avanço em relação aos estudos da gramática normativa e aos estudos da gramática histórica, e pelo teor de seus estudos mantém uma relação com a filologia.

Os contornos de cada campo do conhecimento, até o final do século XIX, não estavam bem delineados e, desse modo, não se tinha convicção dos limites do objeto da Lingüística. Atualmente, os estudos lingüísticos, que se ocupam da abordagem da língua,

tanto do ponto de vista do sistema, como dos usos e de seu funcionamento, não deixam de cumprir os critérios de cientificidade.

Encarada assim, a Lingüística constitui-se uma ciência. Ela tem como escopo de investigação a língua humana do ponto de vista fonético, morfológico, sintático, semântico, social, psicológico e antropológico; porém, ao relacionarmos a História à Lingüística, passamos a ter um olhar interdisciplinar, no sentido de que essa união reflete um estudo lingüístico vinculado ao histórico, sendo que o objeto da Lingüística, a língua, terá uma interpretação em bases também históricas. Tal fato implica que o documento expressa uma visão dos aspectos históricos como o tempo, o espaço e reflete o contexto sociocultural.

Se no século XIX os campos do conhecimento ainda não estavam totalmente delineados, no século XX, a marca do pensamento, em um horizonte impregnado pelo relativismo, consistia em que o conhecimento, fundado em valores conceituais, exigiria uma espécie de explicação. A rigidez dos conceitos impedia a necessária mobilidade e agilidade intelectual imposta por uma sociedade do conhecimento perspectivista. Essa crise conceitual não deixou a HL ilesa, pois, ao apoiar-se em uma crise de valores, e dirigindo-a contra as estruturas que sustentavam a tradicional narrativa da História, sentiu-se órfã dos conceitos. A partir disso, toda a tentativa de oferecer definições que aspirassem à universalidade, entravam em conflito.

É, então, no século XIX, que o modelo de racionalidade, que orienta as ciências modernas, estendeu-se às ciências sociais emergentes. A partir de então, Boaventura de S. Santos (2003:21) atribui a noção de paradigma, afirmando:

[...] ser um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna mais que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos [...]

Observamos diante desta afirmação que aquilo que caracteriza a ruptura do novo paradigma científico com aqueles que os precederam reside no fato de que, por manifestar-se como um modelo global, a nova racionalidade científica representa um modelo totalitário, pois não aceita o caráter racional das formas de conhecimento que não se conduzirem por seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.

O aparecimento de novos paradigmas revela-se de suma importância, na medida em que incita que se acrescentem às ciências outros pontos de vista, como forma de ampliar seu conteúdo teórico. O conceito de paradigma dado por Thomas S. Kuhn (2001), embora tenha havido várias reações contrárias às suas idéias, proporcionou a abertura para a interação e globalização dos conhecimentos, que até então eram vistos de maneira fragmentada, porém não acrescentou à HL resultados positivos relacionados à teoria lingüística, visto que não se converteu em uma metodologia. Entretanto, a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno representa o resultado do grande avanço no conhecimento que ele favoreceu.

Podemos supor, neste caso, que a interdisciplinaridade, como foi reivindicada pelo novo paradigma das ciências, representa uma questão reveladora para o estabelecimento da HL. A adoção de um suporte interdisciplinar facilitará o enfrentamento desta crise de conhecimento e das ciências.

Os estudos histórico-lingüísticos requerem a construção de um conhecimento globalizante do objeto estudado, rompendo com as barreiras das áreas, indo além dos limites históricos de cada ciência; passar de uma concepção fragmentária da ciência, que, muitas vezes, é responsável por uma visão incompleta do conhecimento, para uma concepção unitária do conhecimento científico.

Esta fragmentação que, algumas vezes, torna-se visível nos estudos lingüísticos contemporâneos, pode ser resultado desta época de transição, de questionamentos, uma época em que nossos saberes parecem estar desvinculados.

Produzir ciência da linguagem é, a princípio, entrar em contato com uma realidade abstrata, assim como a história, mas que se concretiza nos documentos em análise. A ciência é, então, pautada pela razão, o que a faz, de certa forma, livre para a construção do conhecimento tencionando estruturas que não sigam os moldes mecanicistas da realidade.

Lingüística e História são duas extensões de um mesmo processo intelectual, portanto passíveis de aproximação pelo método interpretativo aplicável às duas ciências, estabelecendo as especificidades de cada uma delas.

Ao concebermos o fazer humano como um aspecto cercado pela língua, concebemo-la como produção cultural e objeto de reflexão histórica. Por isso, quando analisamos as cartas, temos uma visão de que elas representam o conjunto de uma concepção do mundo, do homem e da sociedade. Por meio dos elementos lingüísticos que compõem as cartas, passamos a entender que pela língua torna-se possível identificar as relações entre papéis sociais, visto como um conjunto de comportamentos prescritos para uma pessoa que ocupa certa posição na estrutura social. Desse modo, em qualquer contato social, os traços lingüísticos empregados entre os indivíduos podem definir a natureza e o estado de suas relações interpessoais, pois pelos documentos estudados, tornamo-nos capazes de compreender o modo como se realizavam os contatos entre os indivíduos de diversas camadas sociais na sociedade brasileira do século XIX, e como os elementos lingüísticos constituintes das cartas são reveladores da discriminação que havia em relação às pessoas de classe social inferior.

A segunda metade do século XIX representa um marco nos estudos da língua, em função de ser um período marcado por grandes mudanças na língua e, também, por registrar o surgimento da Lingüística como ciência. Nesse século, já se assinalam estudos acerca da mudança lingüística como aspecto responsável pelas transformações sociais.

A língua se constrói historicamente e, esse processo de construção se processa em um contexto de permanência e de continuidade. Tal contexto exprime o modo como os usuários da língua apreendem o mundo e que, a princípio, individualmente, em seguida coletivamente promovem mudanças na língua.

Desde a Antigüidade, aqueles que estudavam a língua já haviam observado que sua transformação se dava concomitante à da sociedade. Frente a essa afirmação, a história da sociedade está associada à dinâmica do grupo social, pois é nele que se evidencia uma relação entre o individual e o social. As palavras, ao serem utilizadas por um só indivíduo, acabam não se cristalizando e caem em desuso, porém, ao serem tomadas pelo grupo social, e, em seguida, pela coletividade, elas passam a representar a história daquela sociedade.

Em virtude de os fatos lingüísticos evidenciados nos documentos analisados, neste estudo, serem a materialização de acontecimentos históricos que, uma vez concretizados em documentos, caracterizam-se tanto como instrumentos para estudos lingüísticos, como para estudos históricos, é possível a relação entre História e Lingüística, cujo objetivo é um estudo lingüístico apoiado em um foco da história.

Para que um estudo lingüístico se fundamente em um aspecto histórico, faremos a distinção de três conceitos – historicidade, historiografia e história. O conceito de historicidade faz-se necessário, por um lado, por constituir-se um meio que nos auxilia no relato de acontecimentos lingüísticos passados; por outro, pela importância do posicionamento do emissor nas cartas, uma vez que este se constitui como porta-voz do conteúdo desses documentos com a função, algumas vezes, de apenas informar seu receptor acerca de algo; outras vezes, solicitando e, por vezes, tentando convencer o interlocutor. Esse uso intencional da língua desempenha, segundo Paul Zumthor (1993), a historicidade, um processo ligado à subjetividade e, portanto, uma forma individual de reproduzir uma realidade passada.

A historicidade, traço fundamental da possibilidade de constituição da história, é uma contínua reconstrução do passado e abre-se à reavaliação dos fatos, proporcionando-lhes uma nova leitura.

A HL constitui-se como a ciência do homem em sociedade, fixado em um determinado tempo. Pode ser entendida como uma ciência que se abre ao estudo de fatos lingüísticos materializados em documentos, sendo esses fatos únicos em suas concretizações.

Notamos que já se atribuíram vários sentidos à História. Durante muito tempo, ela era considerada crônica, isto é, um relato de eventos tidos como relevantes; há os que concebem que tudo é História ou, ainda, segundo a definição de Antônio Houaiss (2001), conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido. História representa também a ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico. É considerada como a evolução da humanidade ao longo de seu passado e de seu presente, marcando uma seqüência de acontecimentos a ela ligados. É, também, o julgamento da posteridade; da memória dos homens; a origem e a evolução de uma ciência, de uma arte, de um ramo do conhecimento.

A História, segundo R. G. Collingwood (2001), é uma espécie de investigação ou inquérito. Ela se liga a ações humanas praticadas no passado e atua através da interpretação das provas, que desempenham a expressão coletiva dos documentos. O valor da História está, portanto, em capacitarmo-nos a conhecer o que o homem tem feito e, conseqüentemente, o que ele representa.

Neste sentido, a História é humanista, pois indaga acerca de fatos realizados por homens, em um determinado tempo do passado; é científica, pois ela se inicia por fazer perguntas; é racional, à medida que fundamenta as respostas que fornece, recorrendo às provas; é auto-reveladora, uma vez que existe para mostrar ao homem o que é o homem, desvendando-lhe aquilo que ele tem realizado e, particularmente, descobrir por que o tem feito.

As cartas que constituem o *corpus* desta pesquisa atuam como o pensamento do homem que as produz e seu sentido é consubstanciado pelos elementos lingüísticos que só poderá ser apreendido pela sua mobilidade e pelos signos da língua de que se reveste e que se espelha em sua superfície. Dessa forma, a carta, como documento histórico, preenche um tempo em um determinado espaço e absorve o outro. A escrita da carta atua como memória e identidade sempre em devir.

Por meio dos elementos constitutivos das cartas, evidencia-se a concretização do fazer histórico humanista, pois nos tornamos capazes de conhecer um pouco do fazer do homem àquela época; manifesta-se, também, a racionalidade da História, visto que obtivemos uma resposta fundamentada às nossas indagações a partir de exames detalhados desses documentos; e, por fim, torna-se claro que ela é auto-reveladora, uma vez que nos dá uma visão do homem, manifestando a sua ação em um determinado tempo e espaço.

Podemos afirmar que as marcas lingüísticas como também o modo de organização dessas marcas no texto veiculam o modo de pensar e de fazer do homem. Se a história é uma ciência da ação humana, o estudioso vislumbra fatos realizados pelo homem no passado, coisas que pertencem a um universo em transformação, uma vez que entendemos que no mundo nada pode persistir imutável. O que é imutável não é história; o fato histórico representa um evento transitório. Na afirmação de R. G. Collingwood (op.cit.: 262):

A História, portanto, é uma ciência, mas uma ciência de tipo especial. É uma ciência, cujo objetivo é estudar eventos não acessíveis à nossa observação e estudar indiferentemente estes eventos, argumentando em relação a eles, a partir de algo diverso, que é acessível à nossa observação – aquilo que o historiador chama “provas” dos eventos que lhe interessam.

Neste sentido, a História se ocupa de fatos que não podem ser apreendidos empiricamente pela percepção ou mesmo por hipótese, visto que o historiador não é testemunha ocular dos fatos que deseja conhecer. Assim, a história faz com que se reconstitua o passado em seu próprio espírito. Pensar historicamente significa ter diante de si certos documentos ou vestígios do passado, e a tarefa do estudioso é desvendar o que foi esse passado que deixou vestígios.

Tudo tem uma história, ou seja, como no dizer de Peter Burke (1992), tudo tem um passado que pode, em tese, ser reconstituído e relacionado ao restante do passado. Vemos, diante de tal afirmação, que tudo aquilo que era visto como imutável é considerado, hoje, como uma construção cultural, que pode ser submetida a variações, tanto no tempo quanto no espaço.

A história tradicional oferecia uma visão de cima, no sentido de que seus interesses eram voltados às grandes realizações de homens eminentes; esse panorama mudou, visto que, na contemporaneidade, os interesses voltam-se à história da cultura popular, com pontos de vista de pessoas comuns e com sua experiência da mudança social, este representava um aspecto secundário da história tradicional.

Segundo o paradigma tradicional, a História é objetiva; porque o historiador tem de narrar os fatos como realmente eles aconteceram. Observamos que esse ideal é irrealista, diante do fato de que não podemos olhar o passado de um ponto de vista particular. Para ratificar nossa colocação, voltamos a Peter Burke (op. cit.: 15) que acrescenta:

[...] nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e esteriótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

A História permite interpretações plurais dos fatos, que serão capazes de redimensionar sua realidade ou suscitar outras verdades para tais fatos. Ao se ter esta visão pluridimensional, a História pode ser considerada uma ciência, pelo que afirma Roland Omnès (1995). A ciência, como as palavras, é uma representação da realidade, mas não uma representação fabricada com pedaços de realidade, porém, antes, um quadro abstrato, entretanto fiel à realidade.

Ao definirmos a língua como produto social que representa o elo entre os homens e o mundo, evidenciamos que as marcas lingüísticas empregadas nas cartas possuem uma ligação com os aspectos sócio-ideológicos, que o homem almeja inquirir sobre tudo aquilo que o cerca, conhecendo melhor a si próprio e à sua trajetória no mundo.

Como já afirmamos, anteriormente, há inúmeros conceitos para História, porém, os termos homem, tempo e espaço são fundamentais em sua definição, pois são responsáveis para que entendamos a sua dinâmica. Assim, o foco central da História é que ela se relaciona à ação do homem, em uma determinada época do passado, tornando-se, por isso, temporal. Ela não se compraz em apenas narrar os fatos passados produzidos pela humanidade, busca também interpretá-los, bem como criticar seu processo no decurso do tempo.

A História, na visão de Carlos Bauer (1997), é essencialmente interpretativa, dialética e temporal. O aspecto interpretativo dos acontecimentos históricos é a possibilidade para a compreensão dos processos que os cercam. No momento de sua criação, o acontecimento se dá pela sua total singularidade. Neste aspecto, o acontecimento difere do fato, pois antecede a ele, sendo reconstruído pelo historiador sob certas condições de produção controladas por questões de aspecto ideológico.

O fato, uma vez que significa o produto da ação do historiador em um contexto sócio-histórico-cultural determinado, mesmo sendo marcado pela subjetividade, compõe um discurso também singular. Nesta perspectiva, o fato configura-se único e irrepetível; entretanto, quando passa a ser documentado, a partir de seleções, fragmentos, escolhas e abstrações em função dos recursos lingüísticos que o singularizam, para que o tornemos histórico, depende de vários fatores externos a ele norteado por propósitos e interesses. Estes recursos transformam os documentos em uma atualização da história cultural.

A História somente se reporta a uma parte da realidade, e compete ao historiador preencher as lacunas. Giovanni Levi (1992) assevera que o pesquisador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, porém, antes, em definir a pluralidade das possíveis interpretações dessa realidade. Essa realidade a que a história nos remete, muitas vezes, na afirmação de Ronaldo Vainfas (2002), não se refere a grandes eventos ou manifestações, todavia nos transporta a acontecimentos de menores dimensões, como fatos que envolvem indivíduos comuns. Esse aspecto exprime um traço da História Cultural, que busca expor a história por meio de narrativas de casos pequenos.

A própria História apregoava a necessidade de uma investigação interdisciplinar e a sua inserção no domínio das ciências sociais. Essa interdisciplinaridade acabou contribuindo, no século XX, para o aperfeiçoamento dos estudos historiográficos. Assim, surge uma nova história cultural diversa daquela dedicada aos estudos das manifestações formais da cultura de uma dada sociedade que substituiu a história tradicional.

A nova História Cultural revela-se pela atenção às manifestações informais, populares, também faz parte de sua preocupação resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e do conflito social, construindo uma história plural, abrindo caminhos alternativos para a investigação histórica. Ainda que seja portadora de evidências periféricas, é capaz de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos. Em relação à nova história Peter Burke (1992:10) acrescenta que *ela é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação por Thomas Kuhn.*

1.3. A língua e a história na reconstituição do passado

Ao associarmos a Lingüística à História, aquela se torna interdisciplinar. Tal associação permite descrever como o pesquisador explica seu objeto de estudo com os

elementos da História e interpreta com os subsídios tanto da Lingüística como da História, materializados no documento, o tempo e o espaço, que veiculam o contexto sociocultural.

As pesquisas historiográficas da língua portuguesa orientam seus estudos a um período e a um espaço determinados. A língua é portadora de história, sendo assim, ela é mediadora entre o passado e o presente, pois a concretude lingüística se transporta a tempos remotos, ou seja, a fatos acontecidos em tempo pretérito. O trabalho histórico representa uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo, que intenciona ser um modelo de estruturas e processos passados com objetivo de representar e explicar o que significavam tais processos.

Ao considerarmos que a língua é portadora de história, torna-se possível a concretização da presente pesquisa, pois como tomamos a língua portuguesa em uso no Brasil, no século XIX, a história se faz presente na língua que se materializa nas cartas, a serem analisadas nesta pesquisa, como comprovação de nossa tese. Conforme Serafim da Silva Neto (1952:13), *a qualquer momento em que se observe uma língua, cumpre ter em mente as suas fases anteriores.*

A língua não pode ser considerada algo imóvel, posto que por meio dela os homens exprimem seus sentimentos e modos de pensar. Ao estudarmos a história da língua, entramos em contato com a história do homem, das sociedades que a têm empregado ao longo dos séculos. De tal modo, a língua é um fenômeno histórico-social, pois foi criada para os homens. Como bem coloca Hermann Paul (1966:13):

A língua, como todos os produtos da cultura humana, é um objeto de contemplação histórica [...] a história da língua tem de ser acompanhada dum ciência que se ocupe das condições gerais da vida do objeto que historicamente se desenvolve, que estude segundo sua natureza e acção os fatores que se mantêm regulares dentro de toda a mutação.

A língua como fenômeno histórico-social e como objeto de contemplação histórica será observada em nossa pesquisa, visto que o nosso objeto de análise são cartas de pedido

e, assim, representam a materialização lingüística, portadora da história dos homens que as escreveram.

A língua está em constante mudança, e essa mudança não deve ser vista como algo isolado, porque a língua é um fato social. A mudança deve ser observada como reconstrução, renovação e é isso que assegura a sua continuidade e o seu funcionamento. A língua se constrói em contínua e constante realização histórica. Assim, se a finalidade do investigador for a língua registrada em um documento, ele fará um recorte no aspecto da mudança lingüística, a qual comprovará a sua dinamicidade, produto dos estados anteriores que resulta de aspectos históricos. Se as línguas são resultados da mudança histórica, as mudanças que nelas se operam são de ordem sócio-históricas e, desse modo, em uma perspectiva historiográfica vislumbraremos seu aspecto individual e social.

Com efeito, a oposição continuidade/descontinuidade, como afirma Jarbas V. Nascimento (op. cit.:17):

não se constitui como estados divergentes, mas convergentes e direcionam o exame e a interpretação das marcas lingüísticas no contexto de sua história. Trata-se de uma atividade que faz do historiador um lingüista e do lingüista um historiador, ambos voltados para a compreensão do passado.

Diante desta afirmação, constatamos a importância do aspecto histórico da língua, pois aquilo que se constitui historicamente, reflete e é refletido nela e por ela. Ao considerar a língua como processo histórico, concebemos a idéia de que a língua é o resultado do passado e, ao mesmo tempo, do presente. E, assim, focalizamos na sincronia (estado de língua) a diacronia (língua em estado de mudança), essa dicotomia saussuriana corrobora o valor do aspecto histórico na língua.

Ferdinand de Saussure (1999) assinala que um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e chega a admitir o método histórico como fator de compreensão dos estados de língua. Um estado de língua representa um aspecto externo e sua propriedade é lingüística, portanto não se deve omiti-la. O fator externo da língua é

tarefa do historiógrafo da lingüística, cujo objetivo é o de compreender e o de explicar a elaboração da realização lingüística.

O estudo de um determinado emprego da língua, em um certo período de tempo, pode representar o campo de pesquisa do historiógrafo da língua, que buscará meios para explicar aquele determinado estado de língua, por ser um meio que o auxiliará a compreender e a explicar tal uso. Ter essa visão da língua é poder evocar de maneira poética, formal ou informal o espírito de uma época passada e, também, uma forma de reconstituir uma seqüência de eventos, que remete o pesquisador a processos socioculturais remotos por meio da materialização do documento.

O fato de distinguir-se um mundo passado de um mundo presente de reflexão e de prática social, e de se ter de apreender o aspecto formal daquele mundo passado, implica uma concepção da forma que o conhecimento do mundo presente também deve tomar, à medida que é contínuo com a realidade passada. Esse pensamento leva-nos a deduzir que o estabelecimento do estudo do passado se constitui em um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para solucionar problemas do mundo contemporâneo. Para Hayden White (2001), a tarefa de um estudioso da História consiste em atribuir aos homens uma consciência da maneira como o passado poderia ser utilizado para efetuar uma transição eticamente responsável do presente para o futuro.

Com efeito, podemos vislumbrar a História como uma realização inacabada, relativizada. Essa relatividade possibilita o reconhecimento da dimensão figurativa no discurso histórico, pois o estudo do passado sofre a mediação do modo de língua em que o historiador adapta a sua descrição original do campo histórico antes de qualquer interpretação que possa oferecer dele.

Os acontecimentos lingüisticamente reconstruídos evocam realidades passadas acrescidas de novos conhecimentos, novos dados. Assim, a História pode ser vista como a interpretação dos fatos. Nessa direção, a História revela-se como uma ciência do homem no percurso do tempo. O tempo da História refere-se ao próprio tempo em que ocorrem os acontecimentos, e como o tempo representa um contínuo, está em constante mudança e, desse modo, a História pode ser considerada uma ciência da mudança.

Paul Veyne (1982) aponta que a explicação histórica de um acontecimento não é única, pois o acontecimento é irrepitível; porém, ao repetir-se, nunca se processa da mesma

maneira, uma vez que o contexto é outro e, assim, o acontecimento não é mais o mesmo. Para o autor, a História é uma narrativa que seleciona, simplifica e organiza eventos que têm o homem em posição central. Os eventos são assimilados pela História, não de modo completo, mas, parcialmente, por meio de documentos.

Um acontecimento histórico pode ter conotações e significações diversas, por permitir que seja apreendido de inúmeras maneiras, de modo a fornecer diferentes interpretações dos eventos e dotá-los de vários sentidos. E para que tal acontecimento ocorra, basta que o historiador mude seu ponto de vista ou o escopo de suas percepções. Esse pensamento significa reconhecer que não há uma única visão de uma representação histórica, porém há muitas visões possíveis, cada uma reivindicando o seu tipo de interpretação lingüística mais apropriada à situação.

Em uma perspectiva lingüística, Hayden White (2001) acrescenta que as narrativas históricas não são meros acontecimentos passados, mas afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e os tipo de operações que utilizamos para aferir aos conhecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados.

Diante dessa afirmação, observa-se que a história é também interpretação, visto que sua construção se dá, também, por meio de metáforas, de modo que cada nova representação do passado consiste na questão de figurar o mundo lingüisticamente. A interpretação de um fato passado pelo historiador revalida a noção de que os períodos da história se legitimam como língua, visto que seu material de estudo necessita de reconstituição. A esse propósito Hayden White (op. cit.: 53) postula:

[...] o fardo do historiador em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos da comunidade intelectual, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do fardo da história.

A estreita relação entre a História e a Arte possibilita ao historiador tornar o passado uma presença viva por meio de sua interpretação. Esse intercâmbio garante a compreensão afinada de experiências anteriores. O historiador emprega uma língua específica para prescrever um sistema ético que tenha validade para todos os tempos e lugares. A História, assim, inclina o homem para os elementos dinâmicos contidos no presente, ratificando a inevitabilidade das mudanças no curso do tempo.

Como afirma Hayden White, já é admissível que a explicação de um determinado fato possa ocorrer em função da dinamicidade das metáforas, uma vez que a relação entre a língua e o mundo não carece ser somente reflexiva. A metáfora, como suporte da escrita histórica, evidencia a dinâmica lingüística nos discursos da História. Esse uso das metáforas pode representar um modo de orientar uma narração histórica.

Para o autor, uma explicação não precisa ser atribuída unilateralmente à categoria do literariamente verídico, de um lado, ou do essencialmente imaginário, de outro, mas pode ser vista em função das riquezas das metáforas que permeiam a sua seqüência de articulação.

Se a metáfora for assim concebida, a que orienta um relato histórico, poderia ser encarada como uma norma heurística que subtrai autoconscientemente algumas informações que são tidas como constatação daquilo que não suscita dúvidas. O historiador seria, então, alguém que investiga uma perspectiva sobre uma realidade que não anseia esgotar as representações que cercam o campo dos fatos lingüísticos, mas que pode ser um meio de se resgatar aspectos desse campo.

A História vista sob este ângulo, afirma Hayden White, não é um relativismo, mas é, antes de tudo, a admissão de que o estilo escolhido pelo historiador para expressar uma experiência traz consigo, não só critérios específicos para determinar quando uma dada representação é consistente, como também, atribui um sistema de tradução, que permite ao observador ligar a imagem à coisa representada em níveis específicos de objetivação.

Por meio da História, tem-se a perspectiva de construir-se um princípio de realidades possíveis, visto que a ela pode ser atribuído o *status* de mediadora entre o que são os fatos e o que se acha que poderiam ser, isto é, a impressão que se tem deles.

Há um consenso entre os historiógrafos de que as narrativas históricas possuem um caráter irredutível e inabalável como elemento de interpretação. Ao historiador compete

interpretar o conteúdo de seu estudo, para que se efetive a construção de um padrão que irá compor as imagens em que deve refletir a forma do processo histórico.

Para reconstruir-se um fato passado num determinado período de sua história, o pesquisador deve interpretar os acontecimentos, preenchendo os espaços das informações a partir de inferências e de investigações. É desse modo que uma narrativa histórica representa fatos estabelecidos e deduzidos, e são representados por meio da interpretação, pois a seqüência histórica permite esclarecimento.

Nesta perspectiva, por meio da língua se é capaz de direcionar o discurso de forma que este passe a espelhar as fases pelas quais o pensamento deve percorrer em seu processo de apreensão, de maneira a organizar uma realidade concreta.

Por meio de marcas lingüísticas representadas pelos pronomes e pelas expressões de tratamento empregadas pelos interlocutores, nas cartas em exame, será evidenciado como o pensamento lingüístico está relacionado às diversas formas de contatos interpessoais e, também como se constrói a hierarquia social.

A história possui um caráter dinâmico, visto que envolve mudanças que se explicam por ela estar centrada no homem; a subjetividade também faz parte do caráter da História, pois ela se constitui na representação dos acontecimentos. Nesse aspecto, cada época tem reorganizada a realidade histórica, podendo introduzir por esse processo, novos elementos ou revestir os antigos acontecimentos de novos significados. A História é, portanto, inacabada, passível de novas interpretações, a partir de uma progressividade constante e ininterrupta.

As mudanças não se dão repentinamente, porém se originam do próprio devir histórico, e chegam a atingir à sociedade de forma gradativa. Verificamos que o conteúdo das cartas selecionadas para o nosso *corpus* desempenha, para o receptor, o passado visto através do presente, reatualizando o passado por meio da leitura, atribuindo ao conteúdo da carta uma nova vivacidade cuja realidade do leitor é manifesta. Nesta direção, a carta é o encontro de dois momentos: de um lado, o passado do emissor em relação ao seu receptor; de outro, o presente atualizado pelo receptor no momento da leitura da carta. Assim, o próprio sujeito constrói uma relação de subjetividade, pois, antes de mais nada, ele se posiciona perante a língua. Observamos que as mudanças na língua se cristalizam, quando

começam a fazer parte, não só da modalidade oral, como também, e, principalmente, da modalidade escrita da língua, como verificaremos nas cartas.

O período de tempo entre o historiador e o seu objeto deve ser anulado por meio de um elo que une a ambos. O historiador tem de fazer esse objeto de estudo reviver e isso implica reconstituí-lo no presente. Diante da visão de R. G. Collingwood, o objeto tem de reviver no espírito do historiador, e isto significa que ele estuda um certo pensamento e, compreendê-lo implica reconstruí-lo em seu espírito.

O tempo é a dimensão fundamental de análise da história e ele se estabelece em três níveis: crônico, físico e lingüístico. O tempo crônico relaciona-se aos acontecimentos, marcado por um fato; o físico representa o tempo do mundo; e o tempo lingüístico está associado ao ato de fala.

É possível situar os acontecimentos no eixo do tempo; todavia os fatos não correspondem ao tempo cronológico em que vivemos. No tempo físico, há mudanças que parecem ser rápidas, e outras, lentas. Essas mudanças são decorrentes da ação dos próprios homens. No fazer história está implícita a preocupação com uma realidade concreta, num determinado tempo e espaço.

Ao analisar os acontecimentos históricos, o historiador busca uma causa que não se pode lograr e procura compreender esses acontecimentos a partir dos próprios fatos. Desse modo, é necessário que se entenda o fazer do homem que está constituído nos próprios acontecimentos, para que se chegue a compreender as razões pelas quais o homem muda, em determinadas circunstâncias, o seu modo de ver a realidade.

Esta busca do historiador se faz dentro de um determinado tempo e de um espaço e, nesse tempo e nesse espaço ele descobre a ação do homem no mundo e a transformação pela qual ele passa durante sua vivência. O historiador deve considerar o presente, para que possa compreender as causas dessa transformação.

A língua se realiza juntamente com o fazer da sociedade, uma pressupõe a outra. É desta forma que afirmamos que, em uma visão histórica, as mudanças lingüísticas estão condicionadas às mudanças sociais, de modo que as cartas analisadas, por representarem o pensamento do homem, como um ser eminentemente histórico, são também formas sociais de comunicação e interação, em uma época marcada pelo compromisso entre a tradição humanista do comportamento social e a arte de viver em uma sociedade, cujo ideal humano

era o perfeito cortesão. Evidenciamos, nas cartas, esse ideal de excelência por meio dos elementos da língua, que marcam uma rigidez lingüística, ainda que se tratasse de uma carta informal, entre familiares ou amigos.

Observamos, na prática social, que podemos evidenciar os aspectos da língua. Tal assertiva nos leva a considerar que o sentido recuperado por meio do exercício da língua fundamenta-se na prática social, em virtude do caráter mediador da língua entre o homem e o mundo que o cerca.

O sentido se constrói na interlocução, e os significados emergem de acordo com as escolhas lingüísticas de que o emissor faz uso. A mensagem da carta se constitui por meio das palavras, e o sentido dessas palavras se dá de acordo com o contexto da situação.

O objeto da História é, em essência, o homem no curso do tempo. Em vista desse fato, como o homem é, por natureza, um ser histórico, que convive em sociedade, em um dado lugar e por um determinado período de tempo. Ele atua em relação a outros homens e, nesta medida, aquilo que se relaciona ao homem tem a sua história e para o historiador conseguir defini-la, deve formular hipóteses que expliquem a escrita dos fatos constitutivos da historicidade.

A materialização da História como ciência aconteceu no século XIX; a partir de 1823, os diversos campos do conhecimento foram submetidos a mudanças radicais. O caráter científico atribuído à História foi delineando-se gradativamente. O “fazer história” remete-nos à escrita e a uma tendência explicativa. Pertence a Michel de Certeau (1982:17) a assertiva que amplia nossa colocação:

Pouco a pouco a escrita substitui todos os mitos da Antigüidade por uma prática significativa. Como prática, (e não como os discursos que são o seu resultado) ela simboliza uma sociedade capaz de gerir o espaço que ela se dá, de substituir a obscuridade do corpo vivido pelo enunciado de um “querer saber” ou de um “querer dominar” o corpo, de transformar a tradição recebida em texto produzido.

O *corpus* que selecionamos para comprovar nossa tese representa a atividade de escrever, como percorrer um lugar supostamente em branco, a página, mas essa atividade que (re)começa, a partir de um tempo novo separado do passado, encarrega-se, assim, da construção de uma razão no momento presente, em que é escrita.

Podemos afirmar, então, que a História se constitui uma ciência, pois ela nos permite ter um olhar pluridimensional dos fatos históricos e, também, por ser uma representação da realidade interpretada. Assim sendo, a História, como uma ciência, vislumbra a possibilidade de o homem, a partir do estudo do passado, ter uma visão da experiência humana, das transformações pela quais passaram as sociedades e, desse modo, poder compreender melhor o presente e o homem.

O conceito de História se fundamenta tanto pelos fatos ou acontecimentos, como pelos documentos escritos que narram os acontecimentos. A História aborda os acontecimentos do passado, calcada na crença de que esses têm reflexos no presente e faz de modo a compreender o presente pelo passado e, assim, o passado pelo presente. O passado é sempre reatualizado a partir do estudo de fatos remotos, passando a fazer parte do presente. Organizar o passado em função do presente é uma função essencial da história. Ainda, a reconstrução ou a reatualização se caracteriza, quando o historiador se atém a um fato do passado e apreende dele uma nova visão que poderá alterar concepções atuais, bem como alterar o curso dos acontecimentos presentes. Jaques Le Goff (1976:51) corrobora essa colocação, ao afirmar que:

toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente, e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é, ao mesmo tempo, passado e presente.

O historiador parte de determinações presentes. A atualidade é o seu começo real. O passado é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de tempos pretéritos e, assim, de acordo com Michel de Certeau (1982) a História assume o papel de restaurar um esquecimento e encontrar os homens graças aos traços que eles deixaram e que são

possíveis de interpretação. A história não cessa em encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas.

Os documentos que analisamos em nosso *corpus* fixam e cristalizam a palavra no tempo e, conseqüentemente, somos capazes de reconstituir uma vivência pretérita do homem no mundo. A superioridade desses documentos, enquanto testemunho de uma realidade intangível, porém recuperável, reside na sua natureza de língua materializada, apreensível e quase palpável. Os documentos passam a personificar a escrita em sua relação com a História. Disso resulta que, independente da mensagem que eles veiculam, bem como da origem a que remontam, surgem como uma autoridade incontornável, logo como um ato de credibilidade.

A imagem que o historiador atribui a um acontecimento surge como trama de construção imaginativa, estendida entre certos pontos fixos, fornecidos pelas fontes. Se esses pontos forem em quantidades suficientes e os fios que ligam um ponto a outro estiverem construídos adequadamente, por meio da imaginação *a priori*, toda a investigação é verificada em correspondências a estes dados, havendo, assim, pouco risco de perder o contato com a realidade representada.

Ainda na afirmação de Michel de Certeau, a história é humana, não enquanto tem o homem por objeto, mas porque sua prática reintroduz no sujeito da ciência aquilo que se havia diferenciado como seu objeto. A História intermedeia, então, as fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o fato de distinguir-se dele.

Cada época reordena e reconstrói a realidade histórica, inserindo elementos de transformação e de renovação. A historicidade caracteriza-se, pois, pela contínua reconstrução do passado, dando margem a novas leituras desse passado. Aquilo que o historiador apreende em um documento é a reprodução efetuada pelo homem, que concebe esse documento a partir de certo ponto de vista ligado à sua visão de mundo. Ao ter-se o domínio de um documento, o que aferimos dele é uma realidade possível de ser reatualizada por meio da historicidade.

O conceito de memória é essencial para o estudo histórico, por ela representar um elemento da identidade individual ou coletiva e, também, porque a efetivação e a institucionalização da História dependem da constituição de memória. Dentre as diferentes perspectivas em que a memória foi abordada, o que interessa a esta pesquisa é a concepção

de memória em seu aspecto social, que, para Jaques Le Goff, é um dos principais meios de abordar os aspectos do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

A História assim como a Lingüística são realizações individuais e, desse modo, é possível estabelecer entre elas uma relação dialética, embora possuam diferentes objetos de estudo. Se partirmos do princípio de que cada indivíduo se manifesta lingüisticamente de modo particular para interação e socialização com o seu universo, a língua apresenta-se como intermediária entre o indivíduo e aquilo que ele comunica.

A língua é uma prática social na medida em que possui a função de interação social. Os fatos sociais são inerentes ao homem, sendo que este se expõe ao outro principalmente por meio de sua língua. A historicidade do homem coincide com a historicidade da língua.

A língua é o sustentáculo da historicidade do homem, pois atua como a própria interação, assim, haverá sempre um receptor, representando-a quer em sua forma falada, quer escrita. Essa interação evidencia a intersubjetividade de ação recíproca que correspondem com o ser histórico que é o homem.

O falante dispõe da língua para realizar sua liberdade expressiva, porém não inventa novos modelos lingüísticos para se comunicar, emprega modelos já existentes pelo fato de ser um indivíduo histórico e, assim, a língua faz parte de sua historicidade. Eugênio Coseriu (1979:65) ratifica tal pensamento, fazendo a seguinte afirmação:

A consciência humana é sempre uma consciência histórica, e o modo fundamental de manifestar-se no homem a consciência histórica é a “língua”, o falar com os outros [...] de acordo com a tradição.

Estudos posteriores ao estruturalismo postulam que a língua não é somente um fato social entre outros e como outros, visto ser a língua o próprio fundamento de tudo o que é social. Isso quer dizer que os fatos sociais são inter-individuais e relacionam-se ao modo de ser do homem, que é um ser com outros. A noção estruturalista de língua não comunga com o pensamento desse autor, uma vez que este concebe a língua como uma realização concreta do saber.

Hermann Paul (1966) consolidou o estudo histórico da língua, pois concebe esse estudo como aquele em que se desenvolve a história dos fenômenos lingüísticos. Afirma, ainda, que todo o estudo da língua deva ser histórico.

O saber lingüístico é social, enquanto saber comum de vários falantes; enquanto saber tradicional, é um saber histórico. Eugênio Coseriu ainda assevera que, do ponto de vista histórico, a língua é um sistema atual de tradições lingüísticas antigas e recentes. Diante desse ponto de vista do autor, podemos inferir que, na língua, coincidem aspectos cultural, social e histórico. O saber lingüístico existe no próprio indivíduo que, como indivíduo histórico, conhece as tradições lingüísticas e pode dispor delas segundo as suas necessidades de falante e as circunstâncias em que emprega a língua.

A mudança lingüística observada nas línguas naturais tem como base uma perspectiva histórica, visto que depende das condições da língua em estudo e do momento particular de seu uso. Nesse aspecto, a língua é dinâmica e pode ser observada no processo histórico.

Ainda em relação à questão da mudança lingüística, Hermann Paul defende a idéia de que fatores externos e internos convergem para os estudos da língua enquanto objeto histórico. Não há nenhum ramo da cultura em que as condições da mudança possam ser mais reconhecidas do que na língua e, portanto, não há também nenhuma ciência cultural cujo método possa ser tão aperfeiçoado como o da Lingüística. Nenhuma ciência pôde ir tão além dos limites da tradição nem ter sido a tal ponto especulativa e construtiva. É, sobretudo, essa característica que faz a Lingüística ser semelhante à História.

Estes fatores internos e externos são interdependentes e formam a base da língua. A renovação da língua é favorecida pela própria mudança. É esse olhar histórico da língua que possibilita considerar os aspectos de mudança da língua e caracterizá-los no tempo e no espaço.

As transformações que, no decorrer no tempo, são observadas no homem, estão condicionadas à continuidade do processo de mudança e de conservação do passado no presente. A consciência humana não somente sente essa mudança, como participa da criação do novo na mudança, a partir da reorganização de aspectos do passado com os do presente. O novo da mudança é percebido no contexto da própria língua, o novo é que

altera a forma de se comportar da língua, visto que o passado suscita incessantemente a sua presença.

A História marca uma seqüência de fatos notáveis, que mostram uma semelhança entre si. Desse modo, o que os diferencia é o produto da transformação. A língua, inserida em um contexto histórico, é o elemento cultural cujas mudanças são mais evidentes. Observamos que na língua real, como nos afirma Eugênio Coseriu, estão presentes os aspectos sistemático, cultural e histórico. E por apresentar esses aspectos apontados, a língua não é algo estático, fechado, mas apresenta-se como um contínuo fazer por meio da atividade lingüística. Pelo fato de que está ininterruptamente sendo feita é que está sujeita a mudanças e a renovações. Tanto as mudanças quanto as renovações são inerentes à língua, uma vez que ela é utilizada pelo homem para expressar seus pensamentos, anseios e pontos de vista. Serafim da Silva Neto (1970) corrobora nossa colocação, afirmando que a história da língua se constrói à medida que o homem constrói sua própria história.

Ao se tomar a língua como produto histórico-social, conforme Jarbas V. Nascimento (2005), representa uma perspectiva que se configura nos domínios de articulação da Lingüística e da História, pois a esta compete contribuir para a compreensão do presente pelos fatos do passado; e àquela, fixar de que forma a língua age sobre o homem como sujeito evidenciador da natureza humana em virtude de seu caráter histórico. Essa afirmação leva-nos à evidência de que pelo fato de o homem constituir-se em um ser essencialmente social, histórico e lingüístico, torna-se possível a reconstituição de uma determinada época. Ainda na afirmação de Jarbas V. Nascimento (op. cit.: 13)

[...] a Lingüística e a História que se apresentam como duas áreas distintas de conhecimento, mas que, aliadas e aliando-se a outras ciências que tratam do homem, são capazes dessa articulação, gerando conhecimentos novos.

Diante do exposto, são vários os componentes que podem marcar as ações do homem, pois este vai deixando os seus contornos ao longo de tempo, por meio de objetos, de inscrições, de sua convivência em sociedade e, principalmente, por meio da língua que ele utiliza. Esses aspectos representam meios para o estudo da história do homem.

1.4. A Historiografia Lingüística: concepção e princípios

A HL será abordada dentro de um contexto interdisciplinar, para que possa estabelecer relações com outras áreas de conhecimento, permitindo maior abrangência no resultado desta pesquisa.

Ao tomarmos as cartas, em suas modalidades formal e informal no emprego da língua, como objeto de estudo, intencionamos pensar a produção historiográfica da lingüística partindo do pressuposto de que nessas produções possa haver regularidades e mudanças que evidenciarão os fatores históricos e a realidade sociocultural do homem daquela época.

Pelo fato de a nossa pesquisa ser fundamentada nos pressupostos teóricos da HL, debruçaremos não somente sobre a língua, enquanto produto acabado, mas também, sobre seus mecanismos de produção e de recepção. Em um estudo historiográfico, em que objeto de estudo é a língua como produto social, o que vai diferenciá-la é o fato de ela direcionar-se para uma nova perspectiva acerca dela mesma, e essa possibilidade só será alcançada por esse *status* que a HL nos permite atribuir à língua, não de simples representação dos fatos, mas de estabelecimento da realidade do homem.

Como as atividades historiográficas aludem à compreensão dos movimentos em história da ciência, tais atividades convergem para um processo de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes para a realidade de reflexão que é construído pelo historiógrafo. E, assim, afirmamos que essa visão de HL abre ao pesquisador novas perspectivas, novos olhares acerca dos fatos da língua, proporcionando resultados inovadores nos estudos lingüísticos.

A historiografia possui estatutos e dimensões funcionais que divergem da história. Essa divergência está ligada à questão de que à historiografia cabe um estudo crítico e descritivo. Ao voltarmos nosso olhar para os aspectos lingüísticos, veremos que a história nos dá uma visão do global, ao passo que a historiografia é um recorte, uma reconstrução e uma interpretação dos fatos, impondo para isso uma intertextualidade.

Com os avanços das pesquisas lingüísticas abrem-se novas perspectivas para o estudo da HL, no sentido de que o pesquisador tem diante de si um desafio, à medida que

necessita de uma visão particular e inovadora acerca dos fatos lingüísticos. Nesta linha, Konrad Koerner (1996:47) estabelece que em um *ideário em HL*, é preciso começar por admitir que não basta de modo algum ser bem versado em assuntos relativos à lingüística para se qualificar como historiador da disciplina. Assim, vemos que o pesquisador de uma determinada ciência deve ter, não só o conhecimento específico de seu campo de estudo, como também, ter uma ampla visão da História. Este fato é condição essencial para que obtenhamos êxito na pesquisa de fatos pretéritos e, também, no desenvolvimento da lingüística. Para reforçar esse pensamento, trazemos aqui as reflexões de Hermann Paul (1966:13):

Raramente basta para a compreensão da evolução histórica dum objecto conhecer as leis duma única e simples ciência experimental; está muito mais na natureza de todos os movimentos históricos – sobretudo se se trata de qualquer ramo da cultura humana [...]

Podemos considerar que o historiógrafo da língua deve estar equipado de uma certa “especialidade interdisciplinar”, além do conhecimento específico de um domínio científico, necessita da interdisciplinaridade, condição essencial para o estudo de fatos passados no desenvolvimento da língua.

Todo o acontecimento que, de certa forma, afeta a cultura, as experiências e as vivências humanas, deixa marcas na língua, e o estudo dessa questão não pertence somente à Lingüística, mas também à História e, desse modo, podemos explicar a íntima relação entre essas duas ciências. É função da História nos dar subsídios para compreendermos o presente por meio dos fatos passados; e à Lingüística cabe instituir de que forma a língua age como elemento caracterizador da atividade humana. A língua é reconstituída por suas relações com o homem e a sociedade e, assim, evidenciamos o seu caráter histórico.

A língua pode ter diversas abordagens de acordo com a ciência que a toma como objeto de estudo. O objeto de estudo da HL é a língua, porém em um aspecto que lhe é atribuído um *status* de constituição da realidade do homem, produto histórico-social. Há na

língua uma particularidade que é o fato de ela poder criar o devir; entretanto ela cria algo que é inerente a ela mesma.

A abordagem atribuída à HL, em nosso trabalho, partirá da pluralidade dos usos da língua, os quais redundam em um processo que está disponível às várias possibilidades de realizações, transforma-se em produto das culturas sociais, o que torna possível aliar Linguística e História, fato que ratifica a interdisciplinaridade no estudo da HL.

Ao estudarmos a língua em uma visão histórica, evidencia-se que as condições sociais de manifestação cultural são portadoras de várias influências que constituem a língua. A HL nos oferece meios para que façamos uma seleção no processo de mudança lingüística, a fim de que possamos identificar as mudanças e as regularidades da língua no percurso do tempo e, que se cristalizam lingüisticamente.

A causa das mudanças na língua está associada à sua atividade contínua. Se a língua pertence à ordem final, isto é, aos fatos que são determinados pela sua função, entendemos a língua funcionalmente.

Como vimos em itens anteriores, uma das referências da História, contemporaneamente, tem sido a possibilidade de diálogo com outras ciências que se relacionam ao homem; esse aspecto representa o seu caráter interdisciplinar que pode ser constatado pelas produções historiográficas nas últimas décadas.

Deste modo, o campo de estudos dos historiadores torna-se mais amplo, à medida que tomam novos objetos de estudo e empregam novos métodos, sendo possível ampliar e diversificar também os temas de suas pesquisas. A História, ao ser inserida em um contexto lingüístico, revela-se uma forma de se interpretar os fatos da língua. Nesta perspectiva, a língua reflete a época em que a recortamos, tornando-nos capazes de ter uma visão do homem, seus costumes, suas crenças e seus hábitos, enfim, por meio da língua, chegamos ao perfil do homem do passado.

A HL reconstrói a identidade do homem fixado em determinada época e a língua, nesse contexto histórico, materializa a realidade e, ao mesmo tempo, torna-se uma atividade que manifesta a vivência dos seres que a utilizam. A História, nesse sentido, constrói-se pela língua.

Entretanto, a língua não é só atividade, pois ela reflete a cultura da sociedade de cada época. Isto significa que a língua é também a cultura não-lingüística, pois ela é a

própria cultura. O homem adquire conhecimentos das coisas por meio da língua, mas também por ela ele tem conhecimento da própria língua. Eugênio Coseriu (op. cit.: 54) nos dá uma visão da língua como cultura, afirmando que *o aspecto cultural da língua é a própria língua como saber lingüístico*. Esse saber lingüístico a que se refere Eugênio Coseriu é um saber interindividual, social e, portanto, um saber histórico.

A História é a ciência que ambiciona as transformações que as sociedades sofreram no percurso do tempo, por meio da interpretação das mudanças que se sucederam nos homens e, conseqüentemente, nas sociedades. A transformação faz parte do estudo histórico, devido às constantes mudanças que são observadas no homem e na sociedade através do tempo. Algumas mudanças perpetuam-se, outras não conseguem estabelecer-se e, desse modo, não atingem as estruturas da sociedade de um modo geral. Esse fato conduz os pesquisadores a se aterem não só às mudanças, como também às regularidades, que se fixaram no tempo.

O tempo figura como um aspecto relevante no estudo histórico, na medida em que ele nos auxilia a ampliar nossa visão frente a um fato passado. Ao transpor a antinomia saussuriana sincronia e diacronia, atribuímos ao estudo historiográfico lingüístico uma visão histórica, pois a esse respeito Eugênio Coseriu (1979:18) assevera que a *antinomia sincronia/diacronia só pode ser superada na e pela história*, e, assim sendo, o estudo historiográfico da língua constitui-se no eixo do tempo, o qual representa a dimensão de análise da história.

No momento fugaz da ocorrência de um acontecimento, ele é único. A HL objetiva conhecer o que deu origem a esse acontecimento, e quais foram os reflexos deixados por ele na história e, dessa maneira, poder recuperar tal acontecimento, analisando de que forma este se constituiu em um fato histórico.

Desde que ocorreram os avanços na Lingüística, a partir de Ferdinand de Saussure, no início do século XX, não podemos tomar a língua em sua neutralidade valorativa. As expressões empregadas pelos falantes são cultural e politicamente marcadas, visto terem traços da experiência de cada indivíduo. Essas expressões trazem consigo os sinais da realidade do homem. E a História que, no início do século XX, deixa de ser “a narrativa do que aconteceu” para transformar-se em representações do passado, criadas a partir dos

problemas formulados pelos homens do presente, atribui instrumentos ao pesquisador para compreender e explicar tais experiências passadas.

É uma perspectiva da HL ter como princípio de estudo realidades históricas. O conhecimento que o historiógrafo deve ter dos fatos está ligado ao momento de produção e da interpretação desses fatos. Deve, ainda, possuir informações históricas do autor do documento analisado, do tempo em que o autor e o documento se encontram fixados e aos fatos lingüísticos que constituem tal documento.

Esse conhecimento do historiógrafo torna-o capaz de recuperar a história, visto que ao se remeter ao texto escrito, este conduz o pesquisador ao contexto de produção do documento, atribuindo-lhe mecanismos para desvelar os aspectos sociais e, a partir daí, ter uma visão, a mais fidedigna possível, para revelar o homem e a sociedade do passado por meio do instrumento que possui, a língua.

O trabalho a que se propõe o historiógrafo é o de reconstruir práticas científicas passadas e de investigar não só as mudanças, como também as regularidades da língua. O passado dá-nos pistas para que possamos obter informações sobre o presente. Nesta direção, Cristina Altman (1998) afirma que, sendo uma das tarefas da HL estabelecer pressupostos trazidos do passado para as práticas de lingüistas, a investigação das condições passadas de produção e de recepção do conhecimento lingüístico é um dado relevante para o entendimento dos traços constitutivos da ciência da linguagem contemporânea e de suas metodologias.

Para que apreendamos os vestígios na materialidade textual dos documentos que examinamos, e, assim, possamos compreender a realidade da época em que centramos nossa pesquisa, de modo preciso, apoiamo-nos em procedimentos que avalizem o caráter científico da interpretação dos textos que compõem esses documentos.

Konrad Koerner (1995) afirma que o essencial, em um trabalho historiográfico, é a tentativa de estabelecer princípios que sejam capazes de atribuir cientificidade na análise dos documentos. É condição *sine qua non* ao pesquisador que, ao analisar um documento, evidencie os vestígios presentes no texto, não intuitivamente, mas norteado por tais princípios, para que se possa ter uma visão fidedigna da realidade.

À vista disso, trataremos de fatos históricos ligados à língua, fundamentados em paradigmas contemporâneos, em que a língua, como processo e produto histórico-cultural,

atua como aspectos socioculturais. Sendo assim, em um estudo acerca da língua, não podemos partir de um ponto de vista sincrônico, tampouco diacrônico, porém, deve ser histórico. Os aspectos sincrônicos não podem comprovar a mudança, bem como a imutabilidade, pois para comprovarmos que um objeto qualquer não muda, seria necessário observá-lo em dois momentos distintos.

A HL leva em conta, ainda, a multiplicidade dos usos da língua, admite várias possibilidades de realizações por parte dos usuários da língua e caracteriza-se como resultado dos aspectos socioculturais. A língua, nesta perspectiva, constitui-se por sua historicidade, uma vez que não há contradição entre sistema e historicidade, ao contrário, a historicidade da língua implica a sua sistematicidade. A língua está em constante mudança, e a língua que muda é real em sua essência concreta, não isolada dos fatores externos. Nesta língua, estão presentes o sistemático, o cultural, o social e o histórico. Diante dessa colocação, Eugênio Coseriu (1979), postula que as mudanças nas línguas só ocorrem pelo fato de elas terem história e, assim, caracterizam uma realidade em contínua transformação. Os aspectos históricos só podem ser colocados, levando-se em conta a realidade dinâmica da língua.

A língua pode ser considerada pela sua capacidade de renovação o que implica um novo saber, isto é, um novo modo de utilização dessa língua, que pode estar representado por um novo modo de expressar-se e, que podemos recuperar por meio da história.

A língua, que não sofre mudanças, figura como a língua ideal, abstrata, livre de fatores externos e da intervenção dos falantes que a constroem, esta língua pode ser verificada nas gramáticas prescritivas.

Tomamos como princípio, neste estudo, que a língua, tal como é caracterizada, executa uma função essencial de interação entre os interlocutores, e estes têm a possibilidade de transformar a sociedade por meio dela.

A HL visa a um estudo abrangente do fenômeno social, materializado no documento, para que se obtenham conhecimentos explicativos das relações entre os indivíduos e como estes se comportavam na sociedade de então. Para isso, é de fundamental importância que contextualizemos o fato lingüístico, a fim de que nos inteiremos das mudanças ocorridas no homem. Umberto Eco (2001:48) reitera nossa afirmação com a seguinte colocação:

Poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado de seu autor (assim como da intenção) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua, (por assim dizer) no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis.

Um documento é um universo aberto, cujo leitor tem a possibilidade de formular diversas interpretações, bem como fazer interconexões, de acordo com a materialidade lingüística do documento e de seu contexto de produção.

Para Serafim da Silva Neto (1950), a língua é um instrumento de interação social. O autor coloca algumas questões que suscitam as mudanças lingüísticas, entre elas a *descontinuidade* de transmissão que está ligada a uma eventual quebra do processo de ensino natural da língua. As conseqüências dessa divergência repercutirão no modo de apreender a língua que, diverso do modelo anterior, pela tradição oral, transmite à geração ulterior.

O contato entre gerações atua como um fator extralingüístico, pois contribui para a mudança lingüística, visto que cada geração, em um processo histórico-cultural e tradicional, readquire a língua, incitando descontinuidade na transmissão. A constância do uso, segundo Serafim da Silva Neto, é responsável pelo desgaste nas expressões lingüísticas, o que acaba convergindo em mudanças consideráveis na língua.

Autores que apreendem a língua em seu aspecto histórico consideram que os fatores de inovação e de desagregação influenciam o progresso da língua. A inovação caracteriza-se pela mudança que se processa na língua, como algo natural que se inicia em um ato individual e converge à coletividade lingüística.

Ainda, nas palavras de Serafim da Silva Neto (1970:54), *a língua é uma instituição cujas modificações se ligam indissoluvelmente à história da coletividade que a emprega*. Assim, concluímos, segundo as idéias do autor, que a transformação na língua é algo complexo. O autor, também, concebe a história da língua tanto em seu aspecto interno quanto externo.

A história interna da língua não pode ser separada de sua história externa, uma vez que esta está relacionada aos aspectos socioculturais. A língua só se realiza a partir da interação entre os indivíduos e, portanto, está intimamente associada à história do homem. Esses indivíduos, que por meio da interlocução e de suas necessidades interativas, são os realizadores das mudanças que ocorrem na língua.

Nesse contexto, a HL deve ser orientada a uma história que se constrói internamente à língua e para uma história externa a ela, porém as duas se unem, a fim de fornecer-nos uma visão ampla dos fatos lingüísticos, pois é impossível divorciar o aspecto interno do aspecto externo da língua.

Podemos vislumbrar que cada aspecto, tanto o interno quanto o externo, possui suas especificidades próprias e, que em um estudo historiográfico da língua, esses aspectos, embora imbricados, devem ser considerados separadamente, cada um representando sua função característica.

A abordagem acerca do aspecto histórico ligado à língua admite como legítimo a consideração de dois significativos tratamentos nas pesquisas em HL. Quando despojamos um documento de seus aspectos externos, tornamo-nos capazes de evidenciar nele não só as mudanças como também as regularidades.

Podemos afirmar que é próprio da HL o exame não somente da história das regularidades e transformações lingüísticas (história interna), mas também a relação dessa mudança com o contexto sociocultural, a política das atitudes relativas à língua(gem) de cada época (história externa), que representa um aspecto principal de se apreender a língua.

Na HL, parte-se do princípio de que a língua, enquanto processo e produto histórico-social, torna-se expressão e veículo de dados sociais que pressupõem um olhar histórico. Dessa forma, por meio da HL tem-se a possibilidade de conhecer o que torna o homem um ser histórico-social capaz de interpretar os documentos e observar neles os elementos da realidade em que vive e, a partir daí, reescrever a história.

Konrad Koerner concebe a HL como uma maneira de escrever a história dos estudos lingüísticos e propõe um aprofundamento de pesquisas relativas a um determinado período de tempo. Na visão de Konrad Koerner, a HL é voltada à teoria e não aos dados, pois ela aborda o fato lingüístico e, não faz apenas o levantamento descritivo dos fatos dissociados de sua subjetividade. O direcionamento dos estudos historiográficos da língua à teoria

implica não somente entrar em contato com o passado da língua, mas também descortinar o período de tempo estudado.

Tomando como base para nossa pesquisa os estudos realizados por Konrad Koerner, entendemos a HL como uma forma de escrever a história dos fatos da língua, baseada em princípios.

A metodologia que mais comunga com os objetivos desta tese é aquela proposta por Konrad Koerner, pois será em seus princípios que nos apoiamos para a interpretação dos documentos que fazem parte do *corpus* deste estudo e, também, pelo fato de este trabalho ter a finalidade de descrever e de interpretar os fatos lingüísticos por meio de acontecimentos relevantes do passado e explicar as causas das mudanças e das regularidades marcadas na língua, a fim de que obtenhamos subsídios para reconstituição do passado. Não podemos nos esquecer de que figura como um dos aspectos da HL levar o indivíduo a compreender sua natureza e sua realidade por meio da língua utilizada pelo homem de então, visto ser pela língua que realidades passadas podem ser reconstruídas.

Estudos acerca da HL, ciência ainda em fase de conformação, vêm procurando estabelecer as bases de consolidação de metodologia que faculte designar, analisar e interpretar documentos lingüísticos do passado, conforme as teorias relativas a esses documentos, para que o leitor do presente possa compreendê-los.

Ao ser concebida como a maneira de escrever a história do estudo da linguagem, regida por princípios, a HL é resultado da interação da lingüística e da história. Ela aborda questões de continuidade/descontinuidade, determinadas pela deriva própria da língua ou, ainda, por questões socioculturais.

Assim sendo, a HL não é somente descrição. A ela interessam os fatos, as realizações e a diversidade do tempo. Ela nos abre a possibilidade de apreendermos o objeto língua em seu estado de instabilidade, porém calcada na estabilidade. Esse fato é o que torna histórico o seu procedimento.

Em relação aos princípios propostos para HL, tomamo-los segundo as concepções de Konrad Koerner (1995). Para o autor, pensar sobre bases teóricas para HL requer seleção de dados bastante complexos.

A lingüística é uma ciência, que conforme Konrad Koerner (1996:57), *tem que lidar (usualmente) com fatos empiricamente verificáveis, assim como com teorias e, ao mesmo*

tempo, com práticas de pesquisas bastante rigorosas, e não meramente com idéias gerais sobre a natureza da linguagem. Desse modo, as teorias lingüísticas não se desenvolvem separadamente do clima intelectual geral do período ou dos comportamentos particulares mantidos pela sociedade que promoveu a atividade científica. Tal afirmação leva-nos a pensar que a HL considera as correntes intelectuais de um dado período que possam ter causado impacto sobre o pensamento lingüístico; podemos admitir, então, que o historiógrafo da língua deve compreender a dinâmica social do período em estudo.

Embora a HL mantenha estreita relação com a história, ela vai além do simples fato de descrever os acontecimentos históricos. Seu resultado é uma visão do passado, da maneira como foi produzido pelo historiador.

Nesta perspectiva, a HL não é somente descrição histórica da língua, ela representa as realizações concretas e a dimensão da temporalidade. Ela nos dá a possibilidade de vislumbrar as várias fases de desenvolvimento da língua.

Para Konrad Koerner, em um estudo historiográfico da língua, parte-se do pressuposto de que a língua é a expressão e veículo de fatos histórico-culturais, sendo assim, ela pode ser concebida como processo e produto de tais fatos.

Os princípios propostos por Konrad Koerner buscam a cientificidade da pesquisa historiográfica. A aplicação desses princípios tem a finalidade de fazer com que o historiógrafo da língua seja capaz de identificar nos documentos as manifestações de quem os produziu, bem como as influências do contexto sócio-histórico-cultural da época em que o documento foi produzido, para fazer a aproximação de uma época anterior à atual.

O princípio da contextualização histórica e cultural refere-se ao levantamento do clima de opinião do período em questão, ou seja, decorre do fato de as concepções lingüísticas estarem inevitavelmente ligadas aos movimentos políticos e socioculturais.

Tem o objetivo de delimitar a atmosfera intelectual na época em que o documento estudado foi produzido. Por esse princípio, são colocadas em evidência questões econômicas, sociais, culturais e políticas como aspectos que interferem diretamente na língua. Esse princípio implica que o documento, ao ser analisado e interpretado, deve estar ligado ao seu contexto histórico-cultural, visto que as concepções lingüísticas não se desenvolvem dissociadas de outros fatos intelectuais do período.

O segundo, *princípio da imanência*, segue o primeiro princípio. Depois do levantamento das influências do clima de opinião, o pesquisador deve ser capaz de uma compreensão abrangente do texto, estabelecendo, portanto, uma visão completa dos fatos históricos e filológicos marcados no texto. Nesta perspectiva, a teoria de investigação e a terminologia são definidas internamente.

Ao analisar um documento, o historiógrafo deve estar destituído de sua subjetividade. Os dados tanto lingüísticos quanto históricos estão inscritos no próprio documento. O documento tem de traduzir as concepções de seu tempo e, não as da contemporaneidade. Este princípio tem por finalidade recuperar o passado sem que o pesquisador tenha influência sobre ele.

Tal princípio se atém à investigação de informações e à apreensão do documento, tanto nos dados ligados às teorias lingüísticas, quanto às visões históricas, ambas legitimadas no momento de produção, visto que o documento materializa as concepções histórico-intelectuais da época. O pesquisador em HL deve ser imparcial, ao analisar um documento, em relação às concepções, dados e terminologias atuais. O princípio da imanência tem a intenção de que o pesquisador em HL não se interponha com terminologias, dados e concepções atuais no processo de investigação do documento. É por meio desse princípio que o passado será restabelecido, possibilitando a compreensão do documento.

O terceiro, *princípio da adequação teórica*, implica estabelecer aproximações entre duas realidades lingüísticas – o vocabulário técnico do documento tomado para estudo e a terminologia contemporânea; diz respeito à transposição, ou seja, à escolha das ferramentas – terminologias – que facilitarão ao lingüista contemporâneo a compreensão das análises realizadas em textos do passado.

De acordo com Konrad Koerner, o princípio da adequação teórica só poderá ser aplicado depois que os dois primeiros princípios forem seguidos rigorosamente, para que tenhamos a convicção de que as realizações lingüísticas inscritas no documento tenham sido identificadas e compreendidas em seu contexto histórico original; somente após se ter cumprido o princípio da adequação teórica é que podemos nos voltar ao texto, explicitando os princípios de análises atuais.

O princípio da adequação teórica torna possível ao historiógrafo da língua recuperar o documento, e, assim, relacioná-lo às teorias contemporâneas no seu processo de interpretação, para que possamos compreender o documento; reivindica-se a compreensão do passado manifesto no documento e, em seguida, sua interpretação, sob as teorias atuais, os dados inscritos no documento.

Konrad Koerner ressalta a importância do cumprimento destes três princípios para a possibilidade de compreensão do momento presente em relação ao documento, a fim de evitar interpretações distorcidas em pesquisas historiográficas.

Estes princípios podem ser tomados como base para os estudos de HL, como em relação aos documentos que selecionamos para análise nesta tese.

As cartas serão analisadas com base nos princípios de contextualização, imanência e adequação teórica. Deste modo, observa-se até que ponto esse procedimento de análise atende às necessidades da HL.

Para examinar como o pensamento gramatical relativo ao tratamento constitui um fator fundamental na construção da cortesia e da memória social brasileira no século XIX, por meio de cartas, é essencial que consideremos a metalinguagem como aspecto imprescindível para a assimilação de uma visão atual do papel do tratamento nas relações interpessoais daquela época e, também, identificar os elementos históricos determinados pelo documento.

A metalinguagem tem sua origem na Retórica desde Aristóteles. O que é considerado como relativamente novo é a sistematização destes estudos, bem como as relações multidisciplinares, que se evidenciam em diferentes campos do saber que têm a linguagem como ponto de referência. Atualmente, os estudos que tomam como princípio a metalinguagem situam-se mais evidentemente no campo da Literatura e da Linguística.

A HL, sendo uma ciência ainda em fase de conformação, vem buscando uma metodologia própria que, seguramente, dê conta do propósito de descrever e analisar com precisão a língua do passado, bem como as teorias a ela relativas, tornando-as, sobretudo, compreensíveis ao leitor do presente. Desta perspectiva, que tem vistas para a reconstrução e relação entre os fatos histórico-lingüísticos, é que emergem as bases sobre as quais se apóia nossa pesquisa.

É um dos recursos da HL a metalinguagem que, segundo perspectiva geral, é a língua que serve para descrever ou falar sobre uma outra língua. O termo, segundo Konrad Koerner, ao menos no campo da Lingüística, é relativamente recente. Sua origem é marcada pela discussão entre filósofos e matemáticos que o definiram como um sistema de ordem superior para estabelecer a validade ou verdade de tais proposições. No campo da HL, a metalinguagem é a língua empregada para descrever idéias passadas sobre língua e Lingüística.

De ambos os pontos de vista, como língua que fala da língua ou como sistema de ordem superior, a metalinguagem, como recurso utilizado pelo historiógrafo da língua, deve ser empreendida de maneira acurada. Seguindo, ainda, as idéias de Konrad Koerner, observamos que a questão da metalinguagem vai além das fronteiras de um simples conjunto de terminologias utilizadas para descrever as línguas. Trata-se, mais especificamente, de um conceito que deve diferenciar-se da linguagem natural, para que não se confundam os dois níveis, o da linguagem-objeto e o da metalinguagem.

Konrad Koerner oferece-nos um conceito do termo metalinguagem, pois segundo o autor, esse termo faz com que o historiógrafo manifeste uma compreensão, ao mesmo tempo, crítica e histórica do documento, para que assim tenha condições de interpretá-lo dentro de um quadro histórico adequado.

Outro aspecto importante é o fato de que o tempo que distancia o historiógrafo do documento em análise deve ser não só percebido, como também, explicado, e isso é conseguido por meio do recurso da metalinguagem, pois esta reatualiza os fatos passados da língua, ao serem trazidos para o presente, pois não há condição de se voltar ao passado da língua para interpretá-lo sob as teorias atuais, para que não ocorram erros entre as línguas do passado e as do presente.

Vemos, assim, que a metalinguagem consiste em um meio científico de que a HL dispõe para que o historiógrafo se fure de uma análise errônea do documento e consiga obter dados precisos acerca dos fatos lingüísticos em estudo.

Ao reconstituir os fatos da língua, reconstituímos também a história do homem que a emprega. A metalinguagem é apresentada por Konrad Koerner (1995:34) como método de análise de documentos do passado, o autor ainda afirma:

Quando trata de determinado assunto na HL, o historiógrafo não pode fugir à questão, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo tentando torná-las acessíveis ao leitor do presente e tentando não distorcer sua intenção e significados originais.

O emprego da metalinguagem na interpretação do documento impede que o historiógrafo cometa equívoco no resultado da análise lingüística desse documento, uma vez que por meio desse recurso, volta-se ao passado, para atualizá-lo e, em seguida interpretá-lo.

À vista deste fato, segundo Konrad Koerner (1996), ao se tratar de um determinado tema relativo a HL, o pesquisador não pode se esquivar do recurso da metalinguagem, quando analisa teorias de épocas passadas, pois um aspecto relevante é o de torná-las acessíveis aos leitores atuais, ao mesmo tempo em que se tenta não distorcer seu sentido e intenções originais.

Deste modo, não há como tratar de determinado tema relacionado à HL sem recorrer aos recursos da metalinguagem, essencialmente, quando o historiógrafo se reporta a períodos passados da língua para interpretar o documento. A metalinguagem é, pois, a linguagem com a qual nos remetemos à “língua-objeto”, a que poderíamos conceituar, conforme Konrad Koerner, de “objeto da investigação lingüística”, que seria expressa pela própria língua, um aspecto particular da língua, uma parte do sistema lingüístico.

O conceito de metalinguagem, de acordo com Konrad Koerner, é um recurso que pode estar à disposição de várias outras esferas do saber, visto que a linguagem está inserida em todo e qualquer contexto.

A metalinguagem não é descrita e utilizada somente pela HL. Outros campos de estudo da linguagem vêm se apropriando deste conceito para descrever e explicar suas teorias. A própria Lingüística Geral refere-se aos estudos metalingüísticos como sendo o campo que observa, analisa e, sobretudo, descreve os fenômenos lingüísticos. Quando dizemos algo como: *os estudos metalingüísticos apontam para o fato que no século XIX ocorreram mudanças significativas no português do Brasil (...)* estamos utilizando a língua para descrever um fato ou vários fatos lingüísticos.

Para que não haja o risco de aplicação inadequada da metalinguagem, ou seja, para que o historiógrafo da língua realize o propósito de tornar relevantes os fatos e teorias lingüísticas do passado, é necessário que sejam observados os princípios descritos por Konrad Koerner.

1.5. A História Cultural e o diálogo com a Historiografia Lingüística

No século XIX, a Europa dá um grande salto no desenvolvimento tecnológico e industrial. Esse fato possibilitou sua evolução econômica. Passou-se, a partir daí, a compreender o mundo baseado no cientificismo, que transforma as realidades sociais em verdades absolutas e incontestáveis, uma vez que essas verdades eram comprovadas pela ciência. Desse novo processo de construção do conhecimento desponta a transformação nas ciências humanistas, como, a História e a Sociologia, pois estas passam a incorporar a tendência cientificista, impondo novos métodos de se estudar as relações sociais.

Na França, surge ao longo dos anos 20, a “Revista de Síntese”, colocando-se contra o pensamento positivista que dominava na época. Essa Revista era uma nova tendência da historiografia francesa que começa despontar-se.

Lucien Febvre e Marc Bloch, dissidentes da Revista de Síntese, fundaram a Revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, e tinham como propósito renovar a história, com o objetivo de eliminar o espírito de especialidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar dos debates teóricos para a fase das realizações concretas. Neste sentido, Guy Bourdé & Herve Martin (2000:119), ampliam nossa afirmação, ao asseverarem que:

a corrente inovadora (Annales) despreza o acontecimento e insiste na “longa duração”, deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva.

Desta forma, há um grande empenho para aproximar a História das outras ciências humanas. É nesse contexto que nasce uma nova concepção de história, a Nova História, ligada à chamada *École des Annales*. Peter Burke (1992:12) afirma:

Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.

Entendemos, então, que a nova história não se atém a épocas, mas a estruturas particulares. Sob a influência das ciências sociais, a História sofreu mudança em relação às técnicas e aos métodos. Se antes a documentação era relativa ao evento e ao seu produtor, hoje ela é relativa ao campo econômico-social, torna-se massiva, serial e revela também o duradouro, a permanência, as estruturas sociais, pois segundo José Carlos Reis (1994), os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social. Para Jaques Le Goff (1976), o cotidiano só possui valor histórico e científico no cerne de seu funcionamento; se o investigarmos atentamente, revela-se como um dos lugares privilegiados das lutas sociais. Assim, na nova história cultural, a documentação massiva e involuntária é favorecida em relação aos fatos oficiais.

Ao rejeitar a existência de um tempo progressivo, a nova história volta-se à idéia de um tempo pluridirecionado, mas que não é global. O tempo, como foi defendido pelos historiadores tradicionais, era linear, cumulativo e irreversível; no entanto a nova história refuta tal hipótese de tempo.

Surgem vários estudiosos que criticam a metodologia histórica positivista em que se acreditava que o essencial na história seria estabelecer os fatos; diante de tal afirmação, começam a vislumbrar a possibilidade de uma unidade para as ciências sociais, incluindo a História.

Observamos que é, a partir dos Annales, que a História deixa de ser uma ciência voltada aos meandros políticos, para assumir a questão social. Busca-se, portanto,

compreender a sociedade, as formas de sociabilidade, nos diversos tempos vividos pelo homem, que se caracteriza por ser um ser social.

Os Annales ansiavam por uma história sem fronteiras e, sendo assim, conseguiu estabelecer relações entre as ciências sociais e a História, que se tornaram profícuas para outras áreas de conhecimento, ampliando as possibilidades de interpretação nos estudos históricos.

Uma das mais relevantes contribuições dos Annales foi a interdisciplinaridade em relação ao fazer História, uma abertura para o diálogo da História com outras áreas do conhecimento.

Com os avanços nos estudos históricos, a própria História reconheceu a necessidade de uma investigação interdisciplinar e a sua interposição no domínio das ciências sociais. Neste sentido, a interdisciplinaridade contribuiu não só para o aperfeiçoamento do saber e da narrativa historiográfica, como também, passou a ser entendida, segundo Ronaldo Vainfas (1997), como diálogo entre ciências quanto aos métodos e objetos que é capaz de conduzir a verdadeiros cataclismos teóricos.

Além da tendência interdisciplinar, havia o interesse dos historiadores em medir, com o máximo de precisão, os padrões de comportamento e sua lenta variação no tempo.

Neste estudo, optamos pela História Cultural por ser uma nova forma de serem abordados os fatos históricos. A escolha justifica-se, uma vez que a História Cultural é capaz de atribuir novos sentidos ao estudo historiográfico, por revelar uma inclinação ao informal e, sobretudo, ao popular. Como nosso trabalho visa ao resgate das posições socioculturais e ao papel das classes sociais por meio das marcas das expressões de tratamento empregadas nas relações interpessoais, a História Cultural, pela abrangência do seu campo de estudo, pode fornecer-nos subsídios teóricos por apresentar caminhos alternativos para a investigação histórica, devido à sua pluralidade, ainda, segundo Ronaldo Vainfas, deve ser articulada com outras, como, preocupação com o popular, valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação.

Há entre a Lingüística e a História uma estreita relação. Em função disso, faz-se necessário que o estudo historiográfico da língua se alicerce, segundo Konrad Koerner (1996) numa prática interdisciplinar no que diz respeito ao ideário lingüístico de uma determinada época.

Nesta perspectiva, ao haver o entrecruzamento da Lingüística com a História, manifesta-se a necessidade de se estabelecer uma contigüidade com uma linha histórica. Nossa opção pela História Cultural deve-se ao fato de que será nela que a HL vai se fundamentar, ou seja, em seu aparato científico e, também vai poder se aliar à sua função de reconstrução do passado.

Revela-se pertinente que o pesquisador vá além da reflexão do passado do fato lingüístico, para que se manifeste o passado em seu aspecto sociocultural no qual a História Cultural se acha inserida.

A História Cultural consolidou-se como um campo transdisciplinar, como afirma Ana Maria Mauad *et alii* (2006), pois, por um lado, desenvolveu uma abordagem histórica do conceito de cultura, ao mesmo tempo em que, definiu seu foco conceitual em torno da problemática das práticas e representações sociais; por outro lado, a ênfase nos procedimentos de interpretação e textualização aproximou a História Cultural da Lingüística, tomando suas análises como modelos de ação metodológica. Nesse sentido, as práticas sociais são consideradas como textos passíveis de serem lidos e interpretados de forma crítica.

O arcabouço intelectual que vai dar origem à História Cultural está intimamente ligado ao surgimento de uma nova forma de se pensarem as questões historiográficas, identificadas como História das Mentalidades.

Com a nova forma de se interpretar os fatos históricos, buscava-se furtar da história historicizante, pois esta negava o diálogo com as demais Ciências Humanas, como, a Antropologia, a Psicologia, a Lingüística e, sobretudo, a Sociologia. No entanto, era necessário adotar uma outra maneira de se tratar o fato histórico. De acordo com Ronaldo Vainfas (2002:17):

Uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença marxista da

história. Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação.

Foram postas de lado as concepções de cunho marxista as quais apregoavam que a cultura era de domínio das elites, assim como as concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular.

A História Cultural, portanto, desvendou uma nova forma de a História tratar a cultura. Nesse sentido, como assevera Sandra J. Pesavento (2004), não mais como uma mera história do pensamento, em que se estudavam os grandes nomes de uma dada corrente ou escola. Mas, enxerga a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

Há de se ressaltar que este novo modo de fazer história não nega a aproximação com as outras ciências humanas, admite o conceito de longa duração e aceita os temas ligados ao cotidiano. Ronaldo Vainfas corrobora nossa afirmação, assegurando que os historiadores da cultura não recusam a aproximação com as ciências humanas, admitem a longa duração e não rejeitam os temas das mentalidades e do cotidiano.

Diante das idéias de Ronaldo Vainfas, podemos afirmar que se a História Cultural quer se aproximar das massas anônimas, isso indica que ela tem uma especial afeição pelo informal, por análises historiográficas que apresentem caminhos alternativos para a investigação da História, chegando onde as abordagens históricas tradicionais não conseguiram chegar.

Assim sendo, a História Cultural possibilita-nos ter um ponto de vista mais abrangente do fato histórico, por rejeitar a visão dicotômica cultura popular x cultura erudita que vai alcançar o dimensionamento da cultura em termos de classes sociais.

O subjetivismo, que faz parte da História Cultural inserida no texto, entrecruza-se com a subjetividade implícita na língua. Embora a História Cultural se detenha em fatos menores, pelos recortes que opera na realidade estudada, ela dá uma clara visão da realidade pesquisada, posto que requer uma capacidade interpretativa do pesquisador.

A História Cultural e a história da vida cotidiana representaram, por fim, reações que se opunham ao estudo de grandes tendências sociais, ou seja, a sociedade e o homem.

Por considerarmos os princípios propostos por Konrad Koerner, serão aplicados ao *corpus* desta tese os princípios de contextualização, imanência e adequação teórica

CAPÍTULO II

O BRASIL E A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XIX

2.1. Contextualização histórica do Brasil no século XIX

Foi delineado, no capítulo anterior, que os documentos representam a materialização de acontecimentos históricos que se legitimam como base em estudos lingüísticos e históricos.

Assim, procedemos à interdisciplinaridade entre a História e a Lingüística com o objetivo de elaborar um estudo historiográfico sob o ponto de vista da história e da língua. Ao examinarmos um documento segundo os pressupostos da HL, implica o envolvimento da História e da Lingüística, pelo fato de ambas terem o propósito de conhecer o homem inscrito no documento.

Neste sentido, descreveremos a atmosfera intelectual da segunda metade do século XIX, momento em que se inserem as cartas que compõem o *corpus* deste estudo, levando em conta o fato histórico-lingüístico, a cultura, os aspectos sociais da época.

A população colonial, em 1800, era distribuída de maneira irregular pelo território brasileiro, concentrando-se cerca de dois terços dela na faixa litorânea. A colonização do Brasil não se preparara no sentido de constituir uma estrutura econômica sólida e orgânica, ou seja, a exploração racional dos recursos do território para atender às necessidades materiais da população. Deste fato resulta a instabilidade da população, ocasionando reflexos no povoamento.

Até o início do século XIX, o povoamento no Brasil fez-se por meio da imigração espontânea de colonos portugueses, do tráfico de escravos africanos e do aparentamento de

uma parcela da população indígena. Entretanto, vários eram os óbices para o Brasil atrair o imigrante: país pouco conhecido na Europa; clima tropical, preferindo o imigrante europeu as regiões de clima temperado; incipiente infra-estrutura de transporte, energia e educação; instabilidade política; sistema escravista, língua pouco difundida; divergência de costumes e hábitos.

Os primeiros elementos fixaram-se à beira do oceano, na exploração agrícola intensiva, no latifúndio. A riqueza concentrava-se nas mãos de uma pequena minoria, enquanto os escravos eram o único fator de trabalho, com uma margem exígua ao trabalho livre. A posição do escravo, no interior da estrutura colonial e, posteriormente, no Império, é central e, assim, torna-se o eixo da existência social brasileira no período colonial.

O Império continuou à Colônia por ter representado a mesma estrutura da grande propriedade, de trabalho servil, de primazia de classe, de absorção da riqueza por um pequeno número de indivíduos e, também, de incapacidade geral do estado para as grandes tarefas públicas, no sentido de uma transformação no sistema produtor, quer na técnica de produção, quer na circulação dessa produção.

Até 1844, a concorrência das manufaturas britânicas impossibilitou a existência de qualquer fator favorável à industrialização no Brasil. A subsistência brasileira gira em torno do campo, porém, a tendência à urbanização se iniciara. A necessidade política obriga grande parte da burguesia rural a concentrar-se mais na cidade do que no campo.

A partir de 1840, o café foi o principal produto de exportação brasileiro e o fator de recuperação da economia do país, que estava em crise desde a Independência, em virtude da decadência das principais lavouras de exportação.

Devido à exportação do café, a economia brasileira reintegrou-se ao mercado mundial. Embora a Inglaterra continuasse sendo o principal destino das exportações brasileiras, até o início do século XX, outros países como a França, Alemanha e os Estados Unidos já se destacavam como consumidores de produtos do Brasil.

A expansão da lavoura cafeeira transformou o sudeste na região mais importante do país. O ponto de partida da expansão cafeeira foi o litoral do Rio de Janeiro, mas foi na região do Vale do rio Paraíba do Sul que o café encontrou condições ideais.

Após um período de agitação social e crise econômica, o país conhece, a partir de 1850, uma onda de prosperidade que facilita a estabilização política do Império.

Em 1870, a cultura do Vale entrou em declínio; todavia, alastrando-se pelo norte da província fluminense, o café atingiu o sul de Minas e avançou em direção ao oeste paulista.

A mudança dos senhores das casas-grandes para os sobrados indica o início do deslocamento do eixo econômico do Império, do meio rural para o meio urbano. A cidade alarga o campo de ação do trabalho livre, gerando oportunidades novas.

Apesar de o Brasil não oferecer condições sociais, a curto prazo, conseguia atrair imigrantes devido à sua potencialidade econômica, avaliada em recursos naturais ainda inexplorados e ao liberalismo econômico que caracterizou a política brasileira nos anos que se seguiram à Independência.

A partir de 1850, cerca de 130 mil imigrantes chegaram ao Brasil destinados à lavoura cafeeira, dando início a uma corrente imigratória que se estendeu até o início do século XX, ganhando maior densidade no período de 1881-1890. A imigração contribuiu para a elevação das rendas e expansão do mercado interno. O crescimento da população, duas vezes e meia, entre 1850 e 1900, deu maior dimensão à economia de subsistência. A produção de café aumentou acentuadamente no período entre 1875-1880 e, assim, correspondia à metade da produção mundial.

A expansão do mercado interno era dificultada pelo baixo padrão de vida da população e pela falta de transportes para articular os pequenos centros urbanos dispersos. Apenas o Rio de Janeiro se destacava pelo seu porto, principal exportador de produtos agrícolas e importador de manufaturados.

A agricultura concentrava todo o capital existente. O lucro do café era reinvestido em novas plantações e a mão-de-obra disponível – predominantemente cativa- era absorvida pela lavoura cafeeira.

No conflito ideológico, o agriculturalismo superava, em muito, o industrialismo; mesmo assim, surgiram condições para um certo acúmulo de capital que foi investido em atividades industriais. Alguns fatores concorreram para esse impulso manufatureiro, como, a proibição do tráfico de escravos permitiu que grande parte do capital investido naquele setor se desviasse para outras atividades; o aumento das exportações permitiu saldos na balança comercial, principalmente, no período 1862-1865.

O aumento da produção do café proporcionou condições para que o Brasil saísse do estado de semi-escravidão e melhorasse sua situação econômica, principalmente, no

período 1857-1864, em que a moeda se valorizou, o orçamento manteve o equilíbrio e houve maior investimento em setores secundários e terciários da economia. Foi o primeiro impulso da economia brasileira no sentido de superar o retardo latifundiário e monocultor.

No final do período imperial, havia 636 estabelecimentos fabris, destacando-se a indústria têxtil. A implantação das estradas de ferro e o adensamento da corrente migratória foram básicos para que a economia brasileira tivesse o primeiro surto de desenvolvimento.

Em 1824, o país toma posse de sua primeira Constituição. Conforme Leonor L. Fávero (2006), surgia uma nação tentando escrever sua própria história.

As correntes imigratórias, iniciadas em 1850, ganharam densidade na última década do período imperial, visto que os imigrantes, dotados de melhor cultura e de padrões de consumo mais elevados que os nacionais, proporcionaram condições para aumento da renda e expansão do mercado interno. Os hábitos e costumes dos imigrantes contribuíram para elevação do padrão de vida dos brasileiros.

Apesar da grande dependência externa, do baixo nível de vida da população e uma economia agrícola predominantemente monocultural, o Império legou à República o país com as maiores taxas de crescimento econômico, o setor agrícola em expansão e um incipiente, mas promissor setor industrial.

O governo estimulou a implantação e operação de ferrovias. As estradas de ferro, oferecendo um tipo de transporte rápido, regular, e relativamente barato, tornaram-se preferenciais para o transporte tanto de carga como de passageiros. Foi o melhor sistema que o Brasil possuiu de 1850 a 1930.

Outro fator de progresso foi a inauguração do telégrafo elétrico no Rio de Janeiro. Em 1886, o Brasil comunicava-se com a Europa. No final do Império, havia 182 estações no país. A instalação do telégrafo determinou maior equilíbrio econômico, principalmente, no setor comercial, assegurando maior unidade de preços do território nacional.

No período entre 1888 – 1931, o processo republicano foi conduzido por grupos de diferentes origens – profissionais liberais, militares ressentidos com a questão militar, clérigos sensibilizados com a questão religiosa e mesmo senhores rurais frustrados com o processo abolicionista. Embora as idéias convergissem no sentido de promover as reformas liberais, muitos dos que chegaram ao poder não revelaram aptidão para exercê-lo. Assim,

ocorreu uma série de ajustamentos, até que a classe dos barões do café assumiu o poder, permaneceu por mais de 30 anos.

As atividades industriais, na segunda metade do século XIX, começam a crescer junto com a economia cafeeira. São fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguro, 4 companhias de colonização, 3 de transportes urbanos, 2 companhias de gás e construídas 8 estradas de ferro. Surgiram no país grandes empreendedores. Em 1890, as estatísticas registram a existência de mais de 600 fábricas concentradas em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul que empregavam mais de 20 mil operários. O capital vem geralmente do setor agrário – vários fazendeiros diversificam seus negócios e se transformam em capitães de indústria.

As manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo vincularam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da empresa cafeeira, a partir da extinção do tráfico externo de escravos e da expansão urbana no interior da província.

A alta de preços dos escravos e a sua posterior escassez resultaram na concentração da força de trabalho escrava nas atividades mercantis, com efeitos diretos à divisão social do trabalho em toda a província. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma parcial substituição desta força de trabalho por máquinas.

Em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista. São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se, gradativamente, o grande mercado distribuidor de produtos e de mão-de-obra. Esboçava-se a concentração do capital na cidade de São Paulo.

O momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção na área de São Paulo ocorreu com a liquidação final do sistema escravista e a entrada de um grande número de imigrantes que desempenhou um papel crucial no primeiro surto de industrialização sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo. A força de trabalho estrangeira não veio substituir simplesmente a mão-de-obra escrava, mas representou um grande aumento do potencial de trabalho, destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão.

Conforme Boris Fausto (1977), a população paulistana saltou de 31.385 em 1870, para 239.820 na última década do século XIX. Nessa década, começaram a surgir os bairros operários, local de instalação de fábricas e moradias de trabalhadores. A cidade se implantara no interior de um maciço, cercado de planícies varzeosas e insalubres. Essas planícies foram se integrando ao núcleo urbano, na medida em que iam sendo atravessadas pelas estradas de ferro. O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam para o Brás, o Bom Retiro, a Moóca, as novas indústrias e os imigrantes.

Desde 1880, o movimento abolicionista intensificou-se. A escravidão foi perdendo o apoio de vários setores da sociedade, menos dos representantes da lavoura tradicional. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel Assinou a Lei Áurea, libertando cerca de 750.000 negros cativos, que representavam um décimo da população negra do Brasil. A Abolição não foi uma crise para a economia brasileira, visto que os setores econômicos mais dinâmicos já não utilizavam o trabalho escravo e para eles o fim da Abolição significou o fim dos entraves à expansão do trabalho assalariado e à imigração, como também a não-integração dos negros à sociedade.

A Abolição, na medida em que não suscitou a integração social do escravo, reafirmou a idéia da inferioridade racial, fato que contribuiu ainda mais para a marginalização do negro na sociedade.

Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por acentuadas mudanças. Começava a formar-se um mercado interno, resultado da expansão cafeeira, da urbanização e da industrialização, e do número de trabalhadores assalariados. O movimento do campo para a cidade processava-se cada vez mais acentuadamente. Apesar das transformações da segunda metade desse século, as marcas da sociedade tradicional eram ainda profundas.

Somente a partir das últimas décadas do século XIX, o ideal da República ganhou maior amplitude e pôde concretizar-se a 15 de novembro de 1889.

Os sinais de mudança tornavam-se cada mais evidentes. A tecnologia avançou, a população cresceu, os movimentos imigratórios intensificaram-se. A substituição da mão-de-obra escrava pelo imigrante assalariado trouxe um novo elemento para a formação da identidade brasileira. Grandes contingentes de imigrantes vieram ao Brasil, trazendo sua

cultura e misturando-a com a dos brasileiros. Leonor L. Fávero (op. cit.:30) reforça nossa idéia, afirmando que *o século XIX foi fortemente marcado por grandes transformações, não só de ordem tecnológica, como também social e política.*

Observamos diante do que foi exposto, que o Brasil começou, em meados do século XIX, o seu primeiro impulso de desenvolvimento político, social, comercial e cultural. Nesta perspectiva, a língua portuguesa vai sendo moldada às necessidades de uso do povo brasileiro.

O modo como o historiógrafo concebe o documento é o que lhe determina a sua legitimidade, pois o pesquisador da HL terá a tarefa de recuperar e traduzir esse documento para a ciência de sua contemporaneidade.

Assim, nossa pesquisa se estabelece na interpretação de documentos escritos da segunda metade do século XIX. Fomos buscar, na materialidade lingüística das cartas, explicações para entendermos como o homem daquela época estabelecia suas relações interpessoais, e de que maneira eram marcadas as questões de simetria / assimetria entre os papéis sociais na interlocução.

Uma das questões que tornou esta pesquisa possível de ser realizada é o fato de termos acesso às cartas, documentos produzidos àquela época, sendo perpetuada através do tempo e, para nós, esses documentos só terão a sua função cumprida em nossa análise historiográfica, quando conseguirmos reproduzir o perfil do homem da segunda metade do século XIX; seu modo de estabelecer as relações interpessoais, deixando patente sua posição social na sociedade por meio de marcas lingüísticas como formas de tratamento, uso de modalizadores e seleção lexical.

Selecionamos estes documentos em um certo contexto que está sendo delineado ao longo desta pesquisa. Nesse procedimento, identificamos e analisamos as marcas lingüísticas do documento que o fixaram em um dado contexto sócio-histórico-cultural.

Para se abordar o documento como dado da história, serão observadas as relações entre memória e história, no que se refere a uma etapa essencial do trabalho historiográfico – a produção do documento histórico.

Partimos da premissa de que o documento é o dado da história, pelo fato de os documentos serem vestígios ou, como, na afirmação de March Bloch (1987:52), *marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por fenômeno impossível de captar em si mesmo.* A

história reflete a vida ou o que foi vivenciado pelo homem pretérito, é por meio dessa história que construímos a nossa vida.

O papel do historiógrafo na produção do documento é incisivo, visto ser ele quem avaliará a credibilidade ou a veracidade impressa no documento; a verdade histórica está sujeita à avaliação do historiador. Sob essa visão, a memória está ligada à intencionalidade do homem, criadora do objeto de investigação historiográfica.

A prática de interpretação é realizada pelo historiador da contemporaneidade que, ao colocar a essência do documento em estudo, faz-se necessário que identifique a função desse documento e sua relevância para o estudo presente. Uma determinada época organiza um acontecimento, que ao ser documentado, é possível de ser estudado e interpretado.

A Lingüística sofre influências da situação social, cultural, política, econômica vigentes à sua época.

Aquilo que sobrevive no tempo não é o conjunto do que ocorreu e foi corporificado no passado, mas o produto da escolha realizada pelo historiógrafo. A memória coloca à disposição o material para o estudo historiográfico, visto que, por meio da memória, o historiógrafo busca o passado para servir na construção do presente e do futuro. A memória é constitutiva da identidade.

Na História contemporânea, os documentos escritos têm ganhado *status* de monumento, pois, à medida que são tomados como objeto de estudo e consideradas as suas condições históricas de produção que lhe fixaram a subsistência, é possível ressaltar seu aspecto ideológico, bem como os aspectos sócio-histórico-culturais de quem os produziu.

No que tange a este respeito, Jaques Le Goff (2003:526) postula:

Monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva).

Neste aspecto, o documento constitui-se na expressão de domínio do homem do passado sobre a memória; em vista disso o documento é monumento, uma vez que ambos – documento e monumento - evocam o passado do homem.

A memória ascende a patrimônio cultural, enquanto o documento é produto da sociedade que o construiu. Somente a análise do documento, enquanto monumento, faz com que seja capaz a sua recuperação pela memória e, assim, o historiador é autorizado a analisá-lo cientificamente.

Ainda, de acordo com Jaques Le Goff (2003:537-538):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

O documento representa algo que se perpetua no tempo, sendo que as informações, os dados contidos nele podem ser analisados, a fim de apreendermos o seu sentido. O documento, nesse sentido, é um monumento, pois pode ser visto como a consequência da imagem legada pelo homem do passado.

Em linhas gerais, a conexão entre dados históricos e as marcas lingüísticas textuais atribui ao documento veracidade, sendo assim, ele é a base para os estudos em HL.

2.2. Cultura e sociedade no século XIX

A história das idéias que constituíram nosso processo de desenvolvimento e de amadurecimento foi e continua a ser objeto de inúmeros estudos, que buscam tão somente fixar as idéias de uma época, de um pensamento ou ainda acompanhar o desenvolvimento de um objetivo.

A formação desta realidade histórica, que se chama Brasil, iniciou-se, de fato, com o descobrimento. A consciência ocidental, impulsionando os portugueses, chegou a um

mundo novo. A dilatação do Império era uma necessidade cultural para uma consciência formada na perspectiva de um mundo projetado além-mares.

A sociedade e o homem, segundo Adolpho Crippa (1978), são configurações culturais, cujo sentido último, procura descobrir e não criar. Assim, o homem surge determinado dentro de um conjunto de significações radicais, que fixam seus valores e sua trajetória histórica. Todos os homens pensam, falam, imaginam, cultuam, inventam e organizam sua vida social e política.

A cultura exprime a possibilidade de existência de um mundo e, nele, de uma certa configuração de homem e de uma determinada escala de valores. As formas da religião, da arte, do conhecimento e, principalmente, da linguagem obedecem ao estilo nessa anterioridade constitutiva. Desse modo, a cultura de cada época sugere formas únicas e singulares para o pensar, o agir e o fazer.

A segunda metade do século XIX marca um momento de singular transformação da história brasileira, pois iniciamos um período de modernização. Nesta direção, João C. Costa (1956:138) afirma:

Nesta segunda fase do século XIX, o Brasil, apesar do caráter fortemente conservador do Império, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo.

Os representantes do pensamento moderno no Brasil eram os filhos de senhores de engenho ou de fazendeiros de café ou, ainda, herdeiros da burguesia de comerciantes ou de burocratas. Esses representantes da elite do século XIX eram a expressão de uma nova modalidade de burguesia, que se opunha à tradicional. Das novas gerações que ingressaram nas faculdades de Direito faziam parte esses novos burgueses. As escolas técnicas e a militar eram procuradas por aqueles que não possuíam recursos necessários para praticarem cursos mais caros. Graças a essa nova geração, há um forte movimento de despertar por meio da revalidação dos padrões de cultura.

A língua pode ser melhor avaliada se for observado o contexto cultural, social, político e econômico da época em que se pretende estudá-la. Podemos afirmar, então, que,

do ponto de vista histórico-social, século XIX foi marcado por muitas transformações, destacando-se a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana e o fortalecimento dos ideais burgueses. Essas transformações foram responsáveis, em grande parte, pela organização da sociedade e pelos papéis atribuídos a cada membro dessa sociedade e, principalmente, à língua que sofreu, além de mudanças externas, outras, de ordem externa, para acompanhar o desenvolvimento que ocorria no Brasil de então.

Em contrapartida, o clero recebeu elementos de origem diversa, estava profundamente associado à comunidade brasileira, dominando a formação de gerações, pelos colégios e por outras formas de influência. O clero deteve uma força de profundos reflexos no desenvolvimento social brasileiro. Por meio da instrução, fundamentou a ascensão de uma elite nova, que passou a fazer parte da massa flutuante da sociedade, futura classe média, o que diminuiria a distância social entre os diversos elementos da hierarquia econômica.

Até o início do Império, não havia instrução organizada. Somente os ricos e clérigos estudavam. Com a Independência, o governo assumiu a responsabilidade do ensino primário, inaugurando as *escolas fundamentais*. Em 1823, foram inauguradas duas faculdades de Direito em Recife e em São Paulo. Em 1834, no período regencial, surgiram colégios secundários-modelos, que habilitavam o aluno a se candidatar ao ensino superior. Foram criadas no mesmo ano as Escolas Normais, destinadas a formar educadores.

A partir da segunda metade do século XIX, quando as mudanças se acentuaram na sociedade, os avanços tecnológicos aportavam, no Brasil, vindos da Europa e incitaram o desenvolvimento de alguns centros urbanos. O panorama já era considerado mais favorável à educação formal da sociedade. Por meio desses pequenos progressos, uma parcela limitada da população tornou-se alfabetizada.

As manifestações culturais mantêm as influências européias, principalmente, a francesa. Nesta direção, Sérgio B. de Holanda (1991:3) afirma:

A tentativa de implantação da cultura européia em extensivo território, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato mais rico em conseqüências. Trazendo de países

distantes formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

Ao ser declarada a independência política no Brasil, em 1822, a Europa estava em pleno Romantismo. As idéias novas tinham criado, no plano estético, um amplo movimento de repúdio à rigidez dos padrões clássicos e de incentivo à liberdade. Era um espírito renovador que se impunha. A geração romântica é a das “ilusões perdidas”, do desencanto.

O caráter contraditório do Romantismo foi suscitado pela oposição que havia entre o mundo imaginado e o mundo real: simplicidade popular e refinamento individualista, tendências conservadoras e germes revolucionários, brando lirismo e ironia amarga, devoção e orgulho. O Romantismo, conforme assevera Leonor L. Fávero (op. cit.:34):

[...] não foi simplesmente uma ‘escola literária’ ou estética, mas, sobretudo, constituiu-se num momento de irrupção de uma nova maneira de pensar, agir e refletir a realidade, fazendo emergir um modo especial de ver e sentir o mundo: [...] que atingiu praticamente todos os domínios do pensamento humano.

O Romantismo brasileiro fez emergir a figura do índio como representante da cultura brasileira. O Brasil começa a surgir com características próprias do povo que era abrigado em suas terras e, cada vez, distanciava-se mais dos modelos portugueses.

As lutas que o Brasil enfrentou para deixar de ser colônia não significaram desenvolvimento no que se refere à libertação dos padrões culturais europeus. A criação dos primeiros cursos jurídicos, em nível superior, e o surgimento da imprensa periódica representaram os fatos mais marcantes para o desenvolvimento de uma consciência intelectual.

O distanciamento dos padrões lusos de cultura intensifica-se, a partir da segunda metade do século XIX, fato verificado nas cartas sob análise, em que as formas de

tratamento empregadas nas relações sociais, no português do Brasil, começam a ganhar traços de uma cultura própria.

O período subsequente à Independência coincide com a entrada das idéias românticas no Brasil. Começa a verificar-se a influência de outros países europeus, não somente de Portugal, no movimento das idéias. Embora tivesse ocorrido uma grande mudança na vida intelectual do Brasil a partir de 1850, era evidente a reprodução dos modelos europeus.

Com a abertura do ensino e com o desenvolvimento da imprensa, as classes sociais com menos cultura tiveram acesso à literatura. Tal fato ocorreu em virtude das novas condições criadas pela independência política, como também pelo Romantismo. Os escritores já eram de uma geração que tinha realizado seus estudos superiores no Brasil, afastados da influência cultural de Portugal.

A independência cultural seria conquistada após a independência política, ou ao menos, maior liberdade de expressão lingüística. É comum se fixar um elemento unificador que torne reconhecível a nação durante o processo de consolidação de uma nacionalidade. A língua, a raça e a religião podem representar essa tarefa. Nessa época, buscava-se a adequação entre a língua e um modo de ser da língua que proporcionasse a determinação do caráter *brasileiro* e que definisse a identidade do país em relação a Portugal.

No Brasil, cresce a presença de temas nacionais. O Romantismo é marcante na literatura até o final do século XIX. Os autores desse período tentam retratar em sua obra uma brasilidade que distinga a ex-colônia de Portugal, além de exaltar a figura do índio. Autores, como José de Alencar, trazem para a literatura a língua própria do brasileiro. Leonor L. Fávero (op. cit.: 36) acrescenta a este respeito que:

em meados do século XIX, aliados a alguns autores do Romantismo brasileiro, sobretudo a José de Alencar, estudiosos menos 'preconceituosos' buscavam em determinadas obras românticas brasileiras justificativas para validar novas regras para bem falar e escrever o português do Brasil, procurando, naquele momento de identidade nacional e de franca aceitação

do evolucionismo, marcar uma 'suposta' superioridade de nossa língua, dizendo ser ela fruto da evolução da falada em Portugal.

Era evidente entre os brasileiros a idéia criada acerca de uma suposta hegemonia da civilização européia que sugere ter origem no complexo universo do colonizado, de atraso cultural em relação ao colonizador. Afirma Celso Cunha (1994) que filhos de um mundo descoberto e colonizado por europeus, a nação americana ganhou a liberdade política sem haver construído uma pátria cultural, com as elites dirigentes ligadas aos padrões europeus, concebidos, portanto, como modelos exemplares de civilização e de cultura.

A Europa influenciou profundamente o Brasil. A cultura brasileira é européia, a religião que se professa no Brasil é a cristã que os portugueses ensinaram aos brasileiros, a literatura formada aqui se processou à imitação da portuguesa, nenhuma Escola se formou espontaneamente no Brasil e, todas foram despertadas por uma renovação européia. A esse respeito, Gladstone C. de Melo (1975:36) afirma:

Os elementos portugueses da cultura brasileira foram elaborados, caldeados com elementos indígenas e negro-africanos, tendo havido, mais modernamente, influências de fatores outros. Mas é muito certo também que o elemento português prevaleceu, "dando a nota mais sensível de europeísmo à nossa cultura."

A crise de renovação que atingiu o Brasil em meados do século XIX foi ainda mais marcante no decênio que vai de 1868 a 1878. O desequilíbrio do país foi instalado por um movimento que veio de além-mares. Assim, novas concepções chegaram ao país dando-lhe novos rumos. Contudo, é necessário salientar que das transformações ocorridas no Brasil, nesse século, nenhuma contribuiu tanto para modificar o perfil do país como a revolução que se deu na distribuição de suas atividades produtivas, como: a decadência das lavouras da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco, e o desenvolvimento paralelo do café; o renascimento agrícola impulsionado pela abertura dos portos e pela emancipação política do país; a região sul em pleno florescimento; a abolição do tráfico de escravos mudou o

cenário da agricultura, do comércio e da indústria. O capital que era empregado em transações ilícitas começa a surgir no mercado, fato que resultou na queda acentuada de juro.

O Brasil passa, a partir de 1850, por uma completa remodelação. Sua cultura seguiu também novos caminhos, pois, de certa forma, ela conseguiu triunfar até entre os povos com grande atraso cultural como o brasileiro.

A instabilidade que havia entre os brasileiros foi responsável pelo fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa. Essa instabilidade se origina da ausência de um fundo histórico a tudo que permeia a vida do homem brasileiro.

Religião, arte, língua e literatura existentes no Brasil são de acordo com os modelos europeus. Assim, nas questões culturais, a norma condutora era europeia. Na afirmação de Celso Cunha (op.cit.: 13):

A idéia de que a Europa possuía as matrizes da cultura era tão pacificamente aceita, que, quando o instinto de nacionalidade passou a revelar-se com indiscrição maior na pena de José de Alencar, o fato se revestiu das características de escândalo literário e o romancista se viu impiedosamente criticado pelos próprios compatriotas.

As primeiras críticas a Alencar não eram pela sua temática, o indianismo. As censuras incidiam sobre a sua expressão lingüística, o seu vocabulário que fugia dos modelos portugueses. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que, no século XIX, a cultura das classes médias e inferiores elevou-se, apesar da escravidão que, até 1888, marginalizou parte substancial da população humilde.

As novas condições criadas pela independência política contribuíram para que as camadas inferiores da sociedade tivessem acesso à literatura, como também colaborou, de forma decisiva, o Romantismo, por valorizar a estética do nacional e do popular.

Após a Independência, a concepção de nação tem como aspecto principal de sua identidade a questão da língua nacional, associada à da identidade cultural, pois como

assevera Celso Cunha (1981), o estudo científico de uma língua é fundamentalmente o estudo da cultura de que ela é a forma e o produto.

De acordo com Edith P. Pinto (1978), o movimento modernista, no começo do século XX, retoma a idéia romântica de resgate das origens e construção de uma identidade própria com projetos como a Gramatiquinha da Fala Brasileira, pensada por Mário de Andrade.

Vislumbramos, assim, que o contexto sócio-histórico-cultural de então é polêmico na maioria de seus segmentos, pois que coexistiam, em um só espaço, manifestações culturais tanto do Brasil, como da Europa. Era visível, na economia, a divergência entre o modo de vida da elite e o dos escravos. Havia uma sociedade letrada, culta, e outra não letrada que possuía pouco ou nenhum domínio da Língua Portuguesa. Esta questão destaca o caráter heterogêneo da sociedade que se formava no Brasil, cuja classe que detinha o poder utilizava a língua como um dos instrumentos de manutenção desse poder. É nesse contexto polêmico que situamos nossa pesquisa. Diante desse cenário de mudanças ocorridas no Brasil, observamos a língua acompanhando e refletindo as transformações contextuais.

2.3. Concepções lingüísticas no século XIX

No século XIX, foram desenvolvidas, no estudo da linguagem, idéias mais sólidas do que no período anterior. O caminho estava sendo preparado para o advento da ciência da linguagem ou lingüística.

Enquanto perdurava o Romantismo no Brasil – movimento, segundo Leonor L. Fávero (2006:34), *de ordem intelectual que sustentava as idéias do relativismo, dialogando com aquela busca de força de vital – que se imprimiu novo e importante sentido aos estudos lingüísticos.*

O programa fundamental da Lingüística Comparativa que se desenvolveu na Alemanha, na primeira metade do século XIX, objetivava agrupar as línguas porque elas são aparentadas e resultam de transformações naturais de uma mesma língua-mãe, e reconstruir a língua comum ou originária. Para isso, usou-se o método comparativo que

consistiu em estabelecer correspondência entre as formas lingüísticas no tempo, o que levou a privilegiar o nível morfológico.

Ricardo Cavaliere (2000) aponta que o grande nome desse período foi Franz Bopp. Coube a ele reunir as provas indiscutíveis do parentesco das línguas e fundar, ao mesmo tempo, a gramática comparada das línguas indo-européias. Ao lado de Bopp, o lingüista dinamarquês Rasmus Rask demonstrava, com mais rigor que Bopp, a identidade original das línguas germânicas, do grego, do latim, do báltico e do eslavo.

Jacob Grimm, também representante da gramática comparada, introduziu em Lingüística a noção de perspectiva histórica.

Conforme Maurice Leroy (1967), o lingüista alemão Wilhelm von Humboldt partiu da abordagem filosófica da linguagem por meio de uma observação de muitas línguas exóticas, tentando descobrir a natureza e o mecanismo da linguagem. Observou que a linguagem é uma criação contínua e só existe enquanto manifestação do espírito humano, afirmando ser ela o órgão criador do pensamento. Afirmava que a língua não é só o resultado ideal de expressão de cada indivíduo, mas também o meio pelo qual o povo que a fala chega à compreensão do universo.

Os conhecimentos lingüísticos da época encontraram sua expressão mais completa nos trabalhos do alemão Augusto Schleicher, que segundo J. Mattoso Câmara Jr. (1990), além de lingüista era biólogo, pois dedicava seus estudos à botânica. Tal fato atribuíra-lhe uma orientação com base nas ciências naturais. Schleicher tinha a pretensão de elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência com leis de desenvolvimento, oposta à filologia, que via essa ciência como um ramo da história.

A. Schleicher comparava o desenvolvimento da linguagem ao de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. A linguagem era considerada, então, como algo da natureza. Poderia, assim, ser aplicado à linguagem o conceito de evolução.

Na afirmação de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (op.cit.:56), *o trabalho de Schleicher é considerado o ponto culminante da primeira fase da lingüística no século XIX, por oferecer um tratamento coerente da gramática comparativa e indo-européia e, através deste estudo, uma visão da linguagem e a natureza de seu desenvolvimento.*

Os trabalhos do lingüista alemão Max Muller, segundo Maurice Leroy (1967), começaram a ser divulgados em 1861. Este associou a religião à lingüística. Tornou a

ciência da linguagem mais popular ao leitor leigo. Concebia a Lingüística como uma ciência natural.

Ainda, na afirmação do autor, em 1867, William Dwight Whitney enfatizou em seus estudos o aspecto social da linguagem. Para ele a linguagem é uma instituição social e, assim, propôs sua teoria baseada no caráter puramente social da linguagem. Distinguiu linguagem do pensamento, afirmando que a linguagem vem depois do pensamento e nada mais é do que um instrumento do pensamento humano. Defendia a idéia de que toda língua participa de uma família lingüística.

A partir de 1870, a Gramática comparada tomou uma nova orientação; abandonaram-se as concepções românticas sobre a pureza da língua “primitiva” e renunciou-se à análise genética das formas gramaticais; reconheceu-se que a Gramática comparada não consistia em confrontar as línguas atestadas com um sistema original ideal. Segundo Ricardo Cavaliere (2000:69), *já na segunda metade do século XIX consideravam-se as variáveis sociais, os fatos históricos e o contato com línguas estrangeiras como fatores responsáveis pela maior aceleração das mudanças lingüísticas.*

Uma reação a tais concepções surgiu, em 1878, representada por um grupo da Universidade de Leipzig. Tratava-se dos neogramáticos. Opondo-se à concepção schleicheriana da linguagem como um organismo natural, consideravam a língua, pelo contrário, um produto coletivo dos grupos humanos. Esses estudiosos concentraram-se no princípio da infalibilidade das leis fonéticas. Afirmavam que tais leis são cegas e não admitem exceções, porque a evolução segue o princípio mecânico de forças fisiológicas e psíquicas que escapam ao controle humano.

Hermann Paul publicou sua obra *Princípios Fundamentais da História da Língua* em 1880. Essa obra exerceu pouca influência fora dos países de língua alemã, pois sua investigação lingüística se baseou em fundamentos de estudos históricos da linguagem.

Uma importante afirmação de Hermann Paul (1966:13) – *a língua, como todos os produtos da cultura humana, é um objeto da contemplação histórica* – reflete o valor que se atribuía aos estudos de lingüística histórica no século XIX. O resultado dessa perspectiva científica repercutiu até mesmo nos estudos do português no Brasil, mediante a ênfase que se passou a atribuir aos estudos etimológicos. Ricardo Cavaliere (2000) postula que, entre nós, a referência ao latim e mesmo ao grego passou a ser quase obrigatória para justificar

determinada ocorrência fraseológica, de tal sorte que conhecer o português era tarefa de quem, ao menos, se iniciara na gramática latina.

Vemos, então, que a grande herança dos estudos lingüísticos do século XIX refere-se à perspectiva histórica com que se desenvolveram os estudos da língua. O estudo histórico estendeu-se paulatinamente para a ciência da linguagem e, também, para outras ciências, de modo que os objetos de pesquisa que, até aquela época, haviam sido entendidos como fixos ou estáticos, passaram a ser encarados numa perspectiva de mudança.

Observa-se que um aspecto de suma importância abordado pelo movimento neogramático, que consiste na questão da análise psicológica da mudança lingüística e os fatores que influem na sua transmissão para as gerações seguintes, não fez parte dos estudos teóricos brasileiros, uma vez que a base dos estudos lingüísticos no Brasil estava calcada em estudos histórico-comparativos.

Na área dos estudos lingüísticos, os trabalhos já não abordavam uma língua clássica como o grego, por exemplo, enquanto entidade isolada, passando a ser considerada como resultado de uma mutação que se processava continuamente.

De certa forma, estes estudos preparam a metodologia estruturalista, cujos fundamentos se encontram nas reflexões saussurianas sobre a língua, e que se constroem por relações como língua / fala, identidade / diferença, forma / substância, sintagma / paradigma, sincronia / diacronia. Abstraindo-se dos atos concretos da fala, chega-se à língua que, como sistema abstrato, tem uma forma ou organização interna que se impõe à substância para se garantir identidade e permanência. A língua constitui-se numa rede de relações sintagmáticas e associativas cujos elementos se aproximam por traços comuns e se opõem pelos seus traços diferentes.

No dizer de Serafim da Silva Neto (1960a:77) três fases assinalam a história do Português no Brasil:

- 1ª de 1532 a 1654, quando ocorre uma situação de bilingüismo, sendo falado o português e a língua geral, com predominância da língua geral;*
- 2ª de 1654 a 1808, a língua geral começa enfraquecer-se, disseminando-se o português pela costa e praticando-se falares crioulos índios e africanos no interior;*
- 3ª a partir de 1808, o português difunde-se pelo interior, surgem novas cidades, distinguindo-se os falares rurais dos urbanos.*

Um grande número de pessoas reconheceu a existência de diferenças entre a língua de Portugal e a do Brasil, entretanto não são unânimes no modo de classificá-las e de explicá-las, visto refletirem as várias teorias sobre mudança lingüística que vigoravam na época. Na afirmação de Ataliba T. de Castilho (1998), identificam-se três reflexos dessas teorias acerca da mudança lingüística no Português do Brasil: a primeira é a hipótese evolucionista que é a favor da existência de uma “língua brasileira”; a segunda, a hipótese crioulista que ressalta a importância dos contatos lingüísticos no Brasil-Colônia; e a terceira, a hipótese internalista que acentua a influência da deriva, ou seja, das tendências próprias do sistema.

Na segunda metade do século XIX, surgiu a concepção lingüística que considerava as línguas como organismos naturais e, independente da vontade humana, nascem, crescem, desenvolvem, envelhecem e morrem. Tal concepção evolucionista causou polêmica no período romântico. Em função desse fato, a Lingüística desponta, então, como uma ciência natural. Alguns escritores da época contestavam essa hipótese, afirmando que, do mesmo modo que o Português evoluiu a partir do Latim, o *Brasileiro* poderia ser uma evolução natural do Português.

Era por meio da linha evolucionista que se explicava a transformação do português em uma nova língua. Essa nova língua, portanto, só poderia ser o *brasileiro*, constituído do português, sob a ação do que se considerava substrato e superestrato indígena e africano, além das posteriores contribuições dos imigrantes. A esse respeito observa Serafim da Silva Neto (1960:247):

O ponto de partida, a origem da afirmação de que havia de desenvolver-se uma nova língua no Brasil prende-se à concepção biológico-naturalista que dominou a lingüística no tempo de Schleicher.

Edith P. Pinto (op.cit.: LI-LII) assevera, que o inglês William Dwight Whitney foi o lingüista mais reconhecido pelos brasileiros, pois conseguiu atenuar os princípios do

positivismo lingüístico, ressaltando o papel do homem e da sociedade na elaboração e na mudança das línguas.

As principais teses de D. W. Whitney afirmavam que a linguagem não é um fato natural, mas um fato social; a linguagem não é uma faculdade, mas uma instituição; a linguagem é instrumento de comunicação; a linguagem é um conjunto de signos convencionais que só se ligam ao conceito por um elo de associação mental; a linguagem é um conjunto de sons articulados; a linguagem é um sistema de estrutura complexa e simétrica.

Para esse lingüista, a alteração da língua, realizada pelo falante, cujo conjunto modifica o todo, decorre de variações de ordem geográfica e social, está diretamente associada à profissão, ao grau de cultura, à idade e à classe social. Desse modo, é ressaltado o papel do homem e da sociedade na elaboração e na mudança das línguas.

Graças ao desenvolvimento dos estudos lingüísticos e, também em virtude do abrandamento do sentimento nacionalista provocado pelo Romantismo, esses argumentos foram substituídos por outras explicações acerca das divergências entre o Português do Brasil e o de Portugal.

Por muito tempo, muitas peculiaridades do português em uso no Brasil foram explicadas por alguns estudiosos segundo a região de origem dos primeiros colonos portugueses; por outros, segundo o resultado de influências ameríndias ou africanas. Alguns, baseando-se na primeira hipótese, justificam a maior semelhança do “brasileiro” com o português meridional, em virtude de ter havido uma predominância entre esses colonos de elementos originários do sul de Portugal. A respeito dessa afirmação Paul Teyssier (1997:98) observa:

Pesquisas mais profundas, porém, vieram mostrar que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal. O que sucedeu, de fato, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma “Koiné” por eliminação de todos os traços marcados dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras não marcadas do Centro-sul.

Nesta direção, vê-se que as particularidades dialetais européias foram sendo abrogadas em virtude da interação. Os colonos portugueses que chegaram ao Brasil adotaram uma língua portuguesa padrão, eliminando as marcas das variações regionais.

A influência africana no português do Brasil, segundo Gladstone C. de Melo (1975), foi mais profunda que a do Tupi no século XIX, embora menos extensa. Visto que aquela atingiu mais intensamente a fonética e a morfologia da língua; ao passo que esta legou um vocabulário mais considerável. A influência Tupi foi mais horizontal, ao passo que a africana foi mais vertical.

Enquanto o índio foi preterido, dissolvido na comunidade social brasileira, o negro foi integrado por meio da miscigenação racial e cultural. Viveu mais familiarmente com o branco. As mucamas, as mães-pretas exerciam grande influência no interior das famílias, pois ensinavam a falar milhares de crianças. A integração do negro na sociedade branca, com estreitas relações com ela na qualidade de escravos ligados a todas as suas principais atividades, propiciou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências.

Percebe-se que, até certo ponto, a influência na língua ocorreu juntamente com a miscigenação racial e com a importância social do negro na formação histórica do Brasil, e que ao africano se devem as marcas de suas línguas de origem, tanto no aspecto fonético, com um sotaque diverso, como também na morfologia, com a simplificação das flexões.

Dada a convivência do negro na família e sociedade brasileira, os afro-descendentes representaram forças de resistências à ação niveladora das ondas lingüísticas portuguesas, nas camadas populares.

As características da língua portuguesa em uso no Brasil, segundo afirmam alguns estudiosos, foram resultados de a língua ter sido derivada de um crioulo colonial, como conseqüência de uma rude aprendizagem da língua portuguesa realizada pelos negros e pelos índios, devido à sua condição social. Esse crioulo nada mais era que a simplificação e deformação do português aprendido de maneira inadequada pela necessidade e transmitido por pessoas com baixo nível cultural. Tal base crioula teria acelerado a mudança lingüística.

J. Mattoso Câmara Jr. (1990) argumenta que as diferenças na língua padrão entre o Brasil e Portugal não deveriam ser explicadas nem a partir da suposta interferência de um substrato tupi, nem da influência africana, porém tais diferenças refletem a existência de um sistema lingüístico em dois territórios distintos e geograficamente distantes.

O autor ainda não nega a influência de formas residuais do português arcaico, tampouco a influência indígena e africana na língua em uso no Brasil, mas ressalta o fato das mudanças das modalidades portuguesa e brasileira. A esse propósito Edward Sapir (1954:151) argumenta:

Ainda que não houvesse a fragmentação das línguas em dialetos, ainda que cada língua persistisse em firme e inflexível unidade, estaria em constante afastamento de toda norma consignável, desenvolvendo incessantemente aspectos novos, transformando-se tanto em referência ao seu ponto de partida que teria de dar na realidade uma nova língua.

Diante deste fato pode-se afirmar que ainda que uma mesma língua seja falada em duas localidades diferentes, assume, naturalmente, com o tempo, formas peculiares que se tornam tão divergentes que acabam por afastá-las cada vez mais.

Edward Sapir (1954) observa que toda a língua possui a sua deriva – uma certa evolução própria e independente – acarretando, assim, novas formas lingüísticas, ou seja, novas variedades. Cada variedade representaria a deriva da língua comum, portanto, diante do fato de que a língua se move em um curso que lhe é peculiar, ela não é capaz de manter as formas para cada segmento que compõe essa deriva. No percurso natural da língua, ocorrem desvios em relação à própria deriva. Em relação a esse fato, Edward Sapir (op. cit.: 152) acrescenta:

As línguas são passíveis de mudanças em tantos pontos da sua fonética, morfologia e vocabulário, que não é de surpreender que, uma vez rompida a comunidade lingüística, haja um irradiação em várias direções.

Conforme a teoria da deriva, vários fatores justificam a alteração no português brasileiro em relação ao português europeu. No Brasil colonial, não havia uma educação formal estruturada, pois não existiam escolas; a imprensa ainda não havia sido implantada, a população era constituída por raças diversas, faltava uma força de controle lingüístico à nação brasileira que refreasse as mudanças lingüísticas.

Observa-se, então, que a lenta formulação do pensamento crítico a respeito da língua só começa emergir em meados do século XIX. Já na segunda metade desse século, tal pensamento opõe-se ao padrão português e passa a documentar outra realidade lingüística, vigente nas províncias e divergente da fala culta urbana e, evidentemente, da língua escrita, pautada pelo modelo português.

No campo lingüístico, o maior avanço do século foi o afastamento da idéia de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa e, também, a consciência do caráter social de algumas variantes lingüísticas.

2.3.1. A Língua Portuguesa no Brasil na segunda metade do século XIX

Vimos que a sociedade e a cultura brasileiras, na segunda metade do século XIX, são mescladas pelo modelo tradicional lusitano e pelo moderno, pois o Brasil buscava uma identidade própria, afastada dos antigos modelos europeus. A sociedade brasileira letrada procurava transformar o cenário cultural brasileiro. Segundo Neusa Maria O.B. Bastos *et alii* (2006:63):

desde a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, os brasileiros iniciaram uma busca (...) para se transformar num país desenvolvido, e, principalmente, que fosse reconhecido internacionalmente, não obstante um sem-número de contradições próprias de um país agrícola e escravocrata, mas que pretendia modernizar-se a qualquer preço, ideal buscado pela política governista, pela sociedade dominante e pela intelectualidade positivista.

Vimos que este período foi o palco para acontecimentos como a Independência do Brasil, a abolição da escravatura, a Proclamação da República e a entrada no Brasil das idéias românticas. O movimento de idéias no Brasil acontece por influência de outros países como da França e Inglaterra e não só por meio de Portugal.

Os debates entre brasileiros e portugueses, a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores e gramáticos portugueses, a publicação da primeira gramática, escrita por um autor brasileiro, a fundação da Academia Brasileira de Letras são acontecimentos que ilustram o cenário de mudança do Brasil de então.

Ressalta-se o caráter nacional da língua que se pratica no Brasil, como uma língua dinâmica, propiciando aos falantes a questão da criatividade dos enunciados construídos por eles.

Um dos marcos que inauguram a moderna teoria aplicada ao estudo gramatical brasileiro foi a obra de Maximino Maciel que, por meio de suas palavras, atesta-a como tendo sido elaborada com base nas doutrinas modernas. (Bastos, Neusa M.O.B. et alii: 2006:65)

A obra de Maximino Maciel manifesta claramente o clima de evolução por que passava o Brasil. Esse autor teve uma grande participação nos estudos do Português do Brasil, pois buscava uma identidade lingüística brasileira que se afastasse dos moldes lusitanos.

Em 1887, Maximino Maciel publica a *Grammatica Analytica* que foi uma referência nos estudos do português, uma vez que percebemos, nessa obra, o repúdio às normas gramaticais tradicionais do português europeu.

As mudanças nos estudos de língua começam ter outro foco, como o trabalho de Júlio Ribeiro. Antenor Nascentes (1930) postula que a Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro considera que as antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua. Assim, Júlio Ribeiro opõe-se às gramáticas portuguesas e busca uma outra influência teórica. Esse fato registra o distanciamento desse autor da influência direta de Portugal. Tal distanciamento, como vimos, foi sendo verificado em diversas atividades no Brasil

A vinda da família real ao Brasil, por sua vez, teve dois efeitos importantes. O primeiro foi o aumento, em curto prazo, da população portuguesa no Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro cerca de 15 mil portugueses; o segundo foi a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, trazendo novos aspectos às relações sociais em território brasileiro; esse fato incluía a questão da língua.

A questão da língua que se fala, e a necessidade de nomeá-la é um aspecto de suma importância que se acha envolvida com os indivíduos de uma determinada sociedade, na medida em que, segundo Eni P. Orlandi (2002), a língua toca os indivíduos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. Este ponto se coloca desde o princípio da colonização no Brasil, mas só adquire força no decorrer do século XIX.

Serafim da Silva Neto (1960:18) entende a língua como:

Meio de comunicação e expressão, a língua é um instrumento vivo: move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva, isto é, determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais.

Os estudos sobre a natureza da língua portuguesa em uso no Brasil começaram a surgir no final do primeiro quartel do século XIX. O primeiro documento de natureza teórica, que tratou da diferenciação da língua portuguesa em uso no Brasil, remonta a 1824-1825- foi publicado pelo Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, em língua francesa, e faz parte da *Introdução ao Atlas Etnográfico do Globo*, de Adren Balbi. Dizia Pedra Branca que as línguas revelam os costumes e o caráter dos povos. Esse documento tem como subtítulo “Brasileirismos” e, livre de uma conotação nacionalista ou ideológica, arrola uma lista de palavras que haviam mudado de significação no Brasil e outra de palavras desconhecidas em Portugal.

Este texto marcou o início da questão da língua brasileira, tema que se fez presente em todo o século XIX até o século XX, revelando o envolvimento de vários escritores.

Após a Independência em 1822, o Brasil entrou em uma fase de enaltecimento de tudo aquilo que o distinguiu da antiga metrópole. Havia o desejo de exaltar a riqueza do vocabulário brasileiro, a vontade de revelar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento de uma variante brasileira. Todavia, mesmo depois da Independência, manteve-se, por um certo período, a fidelidade à pureza da língua, muitas vezes, atingindo o exagero, em atitude de purismo intransigente.

Até aquela época, os escritores brasileiros que pretendiam alguma instrução superior iam a Portugal para realizar seus estudos. Assim, adquiriam o referencial e o ideal literário de lá. Tal feito fez com que eles seguissem em seus escritos os modelos praticados em Portugal, perdendo os traços que aludiam à realidade da língua em uso no Brasil. Havia um certo constrangimento do registro do uso brasileiro, pois eram considerados “erros” as divergências da norma lusitana.

Começa a se organizar, após o advento da Independência, uma geração culturalmente formada no Brasil, que pensava em não mais seguir os moldes dos padrões da ex-metrópole. Isso ocorreu em meados do século XIX, quando alguns escritores romancistas iniciaram a defesa de uma expressão literária própria, pois já havia uma variante lingüística brasileira.

O fenômeno do nacionalismo foi patente em todo o século XIX. Os nacionalistas exigiam o reconhecimento da *língua brasileira*, argumentando que, se o pensamento brasileiro não era mais o colonial, por que o apego às fórmulas que modernamente nada exprimiam.

A ânsia pela liberdade de expressão, em relação a Portugal, começava a surgir com contornos nacionalistas. Como a língua em uso no Brasil era a mesma do ex-colonizador, buscou-se, nas especificidades do uso brasileiro, o traço distintivo próprio da identidade cultural brasileira.

Somente em meados do século XIX, a língua em uso no Brasil passou a ser uma questão de interesse nacional. O debate em torno da língua trouxe à baila a discussão acerca da constante questão da identidade nacional.

Delimitavam-se duas posições na defesa de propósitos relativamente coincidentes – a existência de uma variante brasileira da língua portuguesa em termos de fala, referindo-

se, então, aos fatos; e outra de caráter emocional, isto é, que clamava pela liberdade da língua.

Estas duas posições tinham como objetivo, de um lado, a defesa da modalidade brasileira da língua; de outro, a aceitação e até a defesa dos neologismos na língua literária e em uso formal. Aqueles que defendiam os neologismos eram movidos pelo sentimento de nacionalismo, pois tentavam salientar a riqueza da língua portuguesa em uso no Brasil ou, ainda, havia os que defendiam as alterações socioculturais do léxico. Entretanto, no dizer de Edith P. Pinto (1978:XIX), *os defensores das duas posições acatavam os modelos clássicos portugueses e a gramática normativa*.

Segundo Serafim da Silva Neto (1970), para bem compreender a natureza e a estrutura da língua portuguesa do Brasil é indispensável estabelecer-lhe: a base demográfica, a base social e a base literária que a compõem.

A base demográfica consiste nos colonizadores portugueses oriundos de todas as partes do país e não, como se pensava, preponderantemente desta ou daquela região; nos aloglotas, que abandonaram a língua materna para adotar o português, o indígena e o africano; nos imigrantes que se misturaram à população brasileira.

A base social depende do grau de contato e interação das forças demográficas supracitadas e da organização da sociedade, com a existência ou não de escolas, academias, jornais, publicações. Enfim, a base literária é representada pelo português literário trazido para o Brasil e divulgado desde o início pelos jesuítas e pelos interessados na instrução colonial.

Essas bases humanas é que estabeleceram a base lingüística, a qual vem a ser uma nivelação dos falares portugueses que são mais conservadores do que a língua comum. Essa base estende-se por todo o território nacional. Vale lembrar que desde o início da colonização brasileira em 1532, formou-se, no Brasil, uma sociedade mista de portugueses, de índios e negros. Da interação dessas culturas resultaram diversos fenômenos de aculturação, com o predomínio do grupo que, devido às suas condições de civilização, contava com maior prestígio: o português.

Edith P. Pinto (1978) assevera que em 1860A. J. de Macedo Soares censurou a ausência do léxico brasileiro na língua jornalística e propôs o aproveitamento desse léxico

na língua literária, argumentando que já era tempo de os brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal.

José de Alencar foi tomado como representante do pensamento romântico acerca da língua que se praticava no Brasil e desenvolveu uma defesa obstinada da língua que utilizava, afirmando ser essa língua um português modificado, transformado no Brasil. Declara também que tal transformação, realizada pelo povo, é irreversível e fatal.

Defendia a idéia de que a língua literária e a fala comum são coisas distintas, visto que a primeira é uma arte, e a segunda, uma necessidade. Pretendia romper com o passado português, tentando valorizar o uso de sua época. Assim, vai formando-se uma crença em torno da superioridade do uso brasileiro da língua portuguesa que se consolidava à medida que ganhava novos adeptos.

Nota-se, então, que os estudos ligados à língua mantinham grande distância da língua oral cotidiana, além de apresentar certa tendência conservadora diante do envolvimento com o padrão de uso da língua tipicamente lusitano. Ricardo Cavaliere (2000:129) postula:

Inscrevem no problema maior da norma lingüística a questão da oralidade, do conservadorismo e da adaptação do velho português a uma nova ordem cultural. Os estudos do passado não souberam separar estes três fatores, dando mais (e indevido) relevo ao conservadorismo. Até mesmo os que se afastavam da tendência conservadora, como José de Alencar, não teriam conseguido separar os três fatores cruciais.

Neste sentido, a época de Alencar correspondeu a uma ruptura mais aparente do que real entre o pensamento teórico de ordem gramatical exposto, em 1870, na polêmica com Pinheiro Chagas e o pensamento estético-nacionalista. Os comportamentos lingüísticos começavam, portanto, a convergir para a rejeição da idéia de incorreção, atribuída aos escritores brasileiros pelos portugueses.

A designação da língua do Brasil, conforme assevera Barbosa L. Sobrinho (2000), oscilava entre dialeto brasileiro, luso-brasileiro, luso-americano, neoportuguês, brasileiro,

enfim, língua em formação, para muitos, porém já com traços distintos da língua de Portugal, em virtude de maior riqueza no léxico, por características fonológicas e sintáticas – estas eram marcadas, principalmente, pela colocação pronominal vigente na época.

A língua em uso no Brasil já começava ser considerada superior à de Portugal, seja pelos românticos, seja pelos seus sucessores. Esse fato não só permitia que se rejeitasse a marca de incorreção, como também, se concretizasse a autonomia da literatura brasileira.

Na perspectiva de Edith P. Pinto (1978), em 1870, deu-se a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; o escritor português tecera críticas à linguagem utilizada por Alencar, quanto ao uso de neologismos e de construções gramaticais. Alencar respondeu-lhe as críticas num pós-escrito na segunda edição de *Iracema*.

José de Alencar polemizou também com outros críticos sobre o uso da língua em seus escritos. Essas polêmicas tinham como alvo o uso brasileiro da língua portuguesa e a liberdade de estilo do autor, sem estar ligado aos cânones portugueses.

Nesta direção, os trabalhos em torno da língua, muitas vezes, davam-se por meio das polêmicas de forma que, segundo Edith P. Pinto (op.cit.: XLV):

(...) raramente tiveram ausentes argumentos de ordem subjetiva (nas polêmicas), posto a serviço das conveniências pessoais do interessado, ou de seus ideais nacionalistas. Com raras exceções, não há reflexão ponderada, estudo alongado, com vistas à análise e à interpretação objetiva do caso brasileiro.

Ainda, no direcionamento da autora, em 1881, Júlio Ribeiro publicou a *Grammatica Portugueza*. Obra que, na opinião de muitos, inaugura uma nova época nas letras vernáculas brasileiras. Embora seguisse as normas lusitanas, propõe-se representar os usos da língua. Afastou-se da influência de Portugal e dá início à gramatização brasileira.

Trazendo para a reflexão, o conceito de gramatização desenvolvido por Sylvain Auroux (2001), podemos dizer que, no Brasil, a gramatização se dá a partir da segunda metade do século XIX, em meio, inicialmente, a uma polêmica sobre as diferenças entre Português do Brasil e de Portugal.

Para o Brasil a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal, conforme assevera Eduardo Guimarães (1994), e se desenvolve tanto na busca de outras filiações teóricas que não as vindas através de Portugal, quanto na medida em que os estudos da língua portuguesa do Brasil se dedicam a especificidades brasileiras do português.

Eduardo Guimarães, ainda, afirma que a gramatização brasileira do português ocorre ligada a uma militância a favor da especificidade do português do Brasil ou contra isso e a favor do classicismo, do purismo. Isso nos leva a pensar que a gramatização brasileira do português tem em si um efeito contraditório que inclui o efeito imaginário de que o Brasil não fala corretamente. De um lado, a independência, de outro a inferioridade como efeito ideológico da relação do brasileiro como a língua que fala e/ou escreve.

O processo de gramatização brasileira do português traz em si o movimento de afastar-se de Portugal, estabelecendo uma unidade lingüística brasileira específica, distinta da portuguesa. Tal processo é, também, uma forma de constituir o português como língua única e nacional.

É patente a intensificação da produção de estudos do Português no Brasil em meados do século XIX. Surgem as primeiras manifestações de critério filológico, o método histórico comparativo, aplicado à aprendizagem das línguas.

Segundo Eduardo Guimarães (1996), estes estudos do português são feitos por um grupo de lingüistas que, em torno das atividades do Colégio Pedro II, dedicaram-se a modificar os estudos acerca do português, desvencilhando-se da influência direta de Portugal. O Colégio Pedro II tornara-se o centro de onde se irradiava a nova orientação nos estudos de línguas.

Maximino Maciel (1918) afirma que, em 1887, quando publica a *Grammatica Analytica*, baseando-se em doutrinas modernas, concorre para romper com a velha tradição dos estudos da língua portuguesa. Assevera, também, que a orientação e o método que o nortearam no aprendizado das línguas foram ditados pelos antigos gramáticos portugueses. Os estudos de língua despontam para difundir na lingüística o critério experimental e positivo, rompendo de vez com a tradição.

A gramática de Júlio Ribeiro surge, baseada em trabalhos de filólogos alemães, ingleses e franceses. Essa gramática não representa a individualidade do autor, seus

processos, o seu método, enfim uma direção própria, é mais uma adaptação à língua vernácula do que um trabalho de assimilação do autor. Entretanto, Júlio Ribeiro foi o primeiro a transpor para um compêndio didático a nova orientação no estudo da língua, o que serviu de norma para algumas gramáticas que foram publicadas depois como a de Pacheco Júnior e Lameira de Andrade.

Embora as pesquisas em torno da língua estivessem presentes no Colégio Pedro II e em outros institutos de ensino particulares, havia a necessidade de o Brasil remodelar o aprendizado das ciências humanas, outorgando-lhe nova orientação que atendesse às necessidades da época.

Nos anos 80 do século XIX, o diretor da Instrução Pública, Dr. Emygdio Victorio, propôs a um dos professores do Colégio Pedro II a tarefa de remodelar o plano do ensino de cursos preparatórios, especialmente, o plano de línguas. Esse fato assinalou nova época na docência de línguas, pois emancipava o ensino de línguas das retrógradas doutrinas de autores portugueses que até então faziam parte da educação brasileira.

As novas gramáticas passaram a ser escritas revelando o critério filológico e a nova direção para o estudo e o ensino da língua portuguesa.

Realizara-se, deste modo, a remodelação da gramática, eliminou-se as características do ensino clássico em contraste ao ensino positivo e, assim, a língua vernácula passou a ser estudada como fenômeno natural.

2.3.2. A gramática na segunda metade do século XIX

Como vimos, o século XIX foi marcado por mudanças acentuadas ocorridas no Brasil em vários segmentos. Nosso objetivo é verificar os estudos gramaticais da língua portuguesa em um momento de transição para, em seguida, procedermos a uma abordagem acerca dos pronomes e das expressões de tratamento em três gramáticas da segunda metade do século XIX. A primeira refere-se à *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro publicada em 1881; a segunda, à *Grammatica da Lingua Portuguesa* escrita por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, publicada em 1894 e, a terceira, à *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel, publicada em 1894.

Selecionamos tais gramáticas pelo período em que foram publicadas corresponder ao período em que as cartas analisadas em nosso *corpus* foram escritas, também pelo fato de essas gramáticas serem produzidas em um momento de grandes mudanças na língua portuguesa que se praticava no Brasil e, sobretudo, pelo fato de a gramática de Júlio Ribeiro ter sido a primeira escrita sob uma nova orientação com bases científicas e, servindo de modelo para as gramáticas que foram publicadas posteriormente à sua.

Antes de entrarmos na questão dos pronomes, julgamos conveniente conhecer qual era o *status* atribuído à gramática na segunda metade do século XIX e, assim, incluir o contexto em que as gramáticas de Júlio Ribeiro e de Pacheco e Lameira foram produzidas.

Desde o século XIX, a concepção de gramática, segundo Ricardo Cavaliere (2000), é polissêmico, assim sendo, seu significado pode apresentar-se sob diversos aspectos, de acordo com o critério de investigação analítica adotado pelo pesquisador.

Na segunda metade do século XIX, assiste-se ao início do processo de gramatização da língua portuguesa do Brasil. À Filologia coube a função de atribuir a base teórico-científica para a elaboração das gramáticas nessa época.

É, então, a partir da segunda metade do século XIX que os estudos da língua portuguesa no Brasil manifestaram caráter de destaque nos estudos científicos. Conforme a afirmação de Elisa Guimarães e Eni P. Orlandi (1996), expandiu-se um movimento de gramatização brasileira do português que produziu tecnologias e instrumentos lingüísticos como dicionários e gramáticas.

Para Eduardo Guimarães (1996), na segunda metade do século XIX, a ciência da linguagem passava por um momento de transição. Embora já contassem com diversos e importantes estudos realizados por brasileiros, tais estudos se restringiam aos aspectos filológicos, havendo uma cisão entre os fatos de língua e as doutrinas gramaticais, de modo que os estudiosos da língua não compartilhavam da evolução da linguagem.

Apesar de já se visualizar um processo, ainda que embrionário, do método histórico-comparativo aplicado aos trabalhos em língua, os estudos da língua estavam estagnados por ainda estarem centrados em autores portugueses. Conforme Ricardo Cavaliere (op.cit.:41), *a partir das duas últimas décadas do século XIX, vive-se [...] uma verdadeira Renascença dos estudos filológicos no Brasil [...] empregavam o método histórico comparativo então efervescente na escola lingüística européia.* A partir daí, começa-se a trazer o método da

lingüística para os estudos filológicos, desse modo, há uma ruptura com a tradição dos clássicos portugueses.

O conceito de gramática adquiria uma nova dimensão, visto que ia se emancipando dos cânones prescritivos. Com isso a concepção de gramática vai adquirindo ligações com a história, pois passa a ser concebida como leis que regem a língua em sua evolução histórica.

Dá-se início ao surgimento de publicações gramaticais com uma nova orientação, como a de Júlio Ribeiro, que constrói sua *Grammatica* sob a influência européia, mas que imprime a ela a individualidade do autor com métodos próprios. Embora essa gramática se assemelhasse a uma adaptação dos modelos europeus à nossa língua, seu trabalho conquistou notoriedade por ser a primeira publicação didática construída sob nova orientação ou, ainda, por beneficiar outras gramáticas que o sucederam.

Nas palavras de Ricardo Cavaliere (2000), coube a Júlio Ribeiro a tarefa de inaugurar, no Brasil do século XIX, o uso do método histórico-comparativo na descrição da língua, induzindo os estudos gramaticais à área científica. Segundo Leonor L. Fávero (2006), inicia-se, em 1885, quando a obra de Júlio Ribeiro adquire sua forma definitiva em sua segunda edição, o período denominado científico.

Foi neste contexto que Pacheco e Lameira escreveram sua gramática. Os autores no prefácio da segunda edição, em 1887, afirmam que a gramática está calcada sobre as bases da história e da comparação, como único método de ensino racional.

Abrem a gramática com um histórico da língua portuguesa; em seguida, definem gramática geral e histórica. Conforme Leonor L. Fávero (op.cit.:139), *podemos constatar que os autores estão iluminados pela corrente comparativista dos estudos gramaticais.*

Por este estudo, observamos que a gramática pode ser considerada como uma ciência cujo objeto são os fatos da língua. A gramática geral relaciona-se aos princípios comuns a todas as línguas; a gramática comparativa detém-se aos fatos de uma determinada língua, associando-a aos fatos de outra, verificando o que há de comum e o que diverge entre elas; a gramática histórica refere-se à ciência dos fatos da linguagem, observados em sua evolução.

2.4. A questão do tratamento nas gramáticas de Júlio Ribeiro, de Pacheco e Lameira e de Maximino Maciel

Conforme nos aponta Maria Helena de M. Neves (2002), o pronome era definido como uma palavra empregada no lugar de um nome, revelando pessoas definidas.

Como se trata da primeira definição dada aos pronomes de que temos conhecimento, achamos conveniente que ela fosse colocada antes das definições posteriores.

Júlio Ribeiro divide as palavras da língua em discursivas e interjectivas, e classifica os pronomes como palavras discursivas. Afirma que há cinco classes de palavras declináveis, sendo que uma delas é o pronome. Essa declinação pode se dar em nível de gênero, número, pessoa e modo.

O autor atribui também aos pronomes a terminologia *pronome substantivo* e *pronome adjetivo*; este emprega para os pronomes que têm função de adjetivo; enquanto aquele para os pronomes pessoais, abrangendo todas as suas formas.

Na gramática de Pacheco & Lameira, há o conceito de *pronome substantivo* e de *pronome adjetivo*, afirmam os autores (1894:145), que *são pronomes substantivos quando exercem a função de substantivo, isto é, quando ocupam o lugar do sujeito, objecto, etc. Pronomes adjectivos são os que determinam os substantivos juntando-lhe uma relação de posse ou indicação.*

Segundo Ricardo Cavaliere (2000), Pacheco e Lameira admitem que o pronome adjetivo constitui categoria gramatical que se distingue muito precariamente do adjetivo determinativo.

Na *grammatica descriptiva* de Maximino Maciel, o autor afirma (1918:110) que:

Taxionomia é a classificação das palavras em grupos segundo as categorias logicas a que correspondem. As palavras se distribuem em três grupos: nominativas, modificativas e connectivas (...)

As nominativas são – o substantivo, o pronome e o verbo (...)

Para Maximino Maciel o pronome é um substituto do nome. Reconhece uma classe de pronomes *accidentales*, os pronomes adjetivos, afirmando que esses pronomes não substituem propriamente o nome, mas apenas lhe evitam a repetição.

O autor faz a subdivisão dos pronomes em: pessoais, demonstrativos, articulares, conjuntivos e indefinidos.

Acerca dos pronomes pessoais, afirma, ainda, que são aqueles que substituem e representam as pessoas gramaticais. Em seguida, divide os pronomes pessoais em 1^a, 2^a e 3^a pessoas. Acrescenta que a cada pessoa gramatical correspondem duas ou mais formas pronominais sinclíticas ou preposicionadas de acordo com suas relações sintáticas na proposição.

Observamos que a categoria dos pronomes, segundo a visão dos gramáticos mencionados, restringe-se aos pronomes pessoais. Em seguida, amplia-se a classe dos pronomes, acrescentado que são substitutos no nome, os pronomes substantivos. As palavras que exercem a função de adjuntas ao substantivo pertenciam à classe de adjetivo determinativo ou pronome adjetivo. Não fazem nenhum tipo de alusão aos pronomes de tratamento.

O pronome era pouco enfatizado nestas gramáticas, uma vez que se limitava a representar as pessoas do discurso, não lhe atribuindo o conceito semântico.

CAPÍTULO III

O GÊNERO CARTA COMO ESPAÇO DE INTERAÇÃO SOCIOCULTURAL

3.1. A carta como gênero histórico-textual-estilístico

A carta é a forma mais freqüente de correspondência, empregada desde a Antigüidade. O termo correspondência indica todas as formas de comunicação escrita que ligam indivíduos, entidades, entre outros, com a finalidade de manterem uma troca de informações.

Como vimos no capítulo anterior, o princípio da imanência está associado a uma compreensão abrangente dos aspectos lingüístico e histórico que toma o documento em sua materialidade lingüística representada pelo texto inscrito no documento.

Neste item, realizaremos um preâmbulo acerca de gênero, pelo fato de o *corpus* desta pesquisa ser organizado por cartas escritas na segunda metade do século XIX. Ingedore G.V. Koch (2004) assevera que as cartas constituem um gênero discursivo, pois são formadas em situações de comunicação ligadas a esferas sociais de relação humana.

As cartas, em geral, possuem caráter narrativo, e destaca um evento de modo partilhado e, algumas vezes, afetivo. É pela carta que emissor e receptor entram em interação, por meio de perguntas, respostas ou, ainda, para expor determinado assunto.

Em relação ao esquema de construção, as cartas apresentam as três partes constitutivas do gênero¹: a saudação inicial; o corpo do texto; e, uma despedida. Em algumas correspondências, geralmente nas cartas informais, o *post scriptum* está presente.

¹ Nesta pesquisa, optou-se pelo uso do termo *Gênero Textual*, que segundo Luiz Antônio Marcuschi (2003), são textos que encontramos em nosso cotidiano com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Os gêneros textuais constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situações comunicativas. O estudo mais detalhado sobre gênero textual será feito no Capítulo III.

A saudação inicial é constituída por um vocativo, podendo ser seguido ou não de marca de cortesia, como também pode ser acompanhado de marcas que expressam afeto ou que exaltem o receptor. As formas de despedida são menos estereotipadas, entretanto, possuem uma característica comum encontrada em grande parte das cartas examinadas. Na maioria das cartas tanto em seu caráter formal quanto informal, as despedidas trazem alguma expressão de afetividade.

As despedidas, que registram formas de afetividade apresentam, muitas vezes, em documentos de caráter informal, em que os laços aproximativos são mais estreitos, os pronomes possessivos – *teu, tua, seu, sua* – seguidos do nome do remetente; outras vezes, encerra-se a carta, colocando-se apenas o nome. Nas cartas de caráter formal, em que predominam as relações menos afetivas, o emissor encerra o seu texto com o emprego de formas pronominalizadas, como - *Vossa Excelência, seguida de um agradecimento* -; também há registro de que o emissor se coloca como fiel criado de seu receptor.

As partes inicial e final seguem uma forma pré-estabelecida para as correspondências escritas, fato que não ocorre com o corpo da carta, pois este não obedece a nenhuma fórmula. O texto flui como um monólogo que possui um interlocutor virtual, em que se estabelece a interação.

O domínio discursivo de um gênero só se realiza no ato da leitura. Os gêneros estão vinculados às necessidades do cotidiano e da ação social, historicidade no tempo e no espaço. Motivo esse que revela a heterogeneidade dos gêneros. A cada categoria do gênero é identificada a questão social e ideológica, a historicidade e a narrativa de dualidade emissor-receptor.

As cartas reorganizam padrões de representação social e crenças, pois, conforme Ingrid Fontanini (2002), mesmo sendo escritas de forma pessoal, a individualidade do escritor revela, de algum modo, o meio em que ele vive e os padrões ideológicos encontrados naquele contexto social. As cartas podem trazer implicitamente reflexos de padrões de conduta e valores que regem a sociedade. Por meio da linguagem, veiculamos significados que perpassam o objetivo comunicativo imediato.

Os gêneros textuais são fenômenos históricos associados à cultura e à sociedade. Na afirmação de Luiz A. Marcuschi (2005), os gêneros caracterizam-se não por suas particularidades lingüísticas e estruturais, mas por suas funções comunicativas, cognitivas e

institucionais. Diante dessa afirmação, inferimos que os gêneros não se definem por seus aspectos formais, porém, por seus aspectos funcionais.

Nesta perspectiva, a língua pode tomar a acepção de atividade social e, ao mesmo tempo, histórica. Em uma carta, por exemplo, os seus aspectos definidores podem ser representados por seu conteúdo, sua função, seu estilo e composição própria.

Ao se considerarem o estilo em um discurso histórico, como as figuras de linguagem, estas constituem mudanças em relação ao uso denotativo da linguagem. Isso não representa apenas um desvio de um determinado sentido possível, porém é também responsável pela produção de outros sentidos. As figuras representam formas que cerceiam a concepção de um só modo para explicar a História.

A carta selecionada no exemplo (1) revela-nos que a língua é portadora de história que se presentifica na materialidade do documento.

Observaremos, na análise da carta a seguir, que um fato histórico pode ter significados diversos, por possibilitar que seja compreendido de diversas formas, proporcionando interpretações distintas dos eventos, ainda que o emprego da metáfora, em um determinado texto, atribua-lhe possíveis interpretações, veremos, no documento a seguir, que as figuras de linguagem são revestidas de um determinado propósito do emissor.

Todo texto é produto de uma intencionalidade de quem o produz, refletindo, por sua vez, o nível de aproximação entre os envolvidos na interlocução como emissor e receptor. Assim, em um contato interpessoal, quando há vínculo afetivo estreito entre os interlocutores, o texto pode refletir essa proximidade afetiva por meio de figuras de linguagem, pois sendo estas um recurso da língua, o produtor da mensagem lançará mão desse recurso para expressar seus sentimentos em relação ao receptor, uma vez que as figuras de linguagem são possibilidades que nos permitem veicular, de modo eficiente, os sentimentos.

Deste modo, examinaremos as figuras de linguagem presentes, na carta a seguir, com o objetivo de relacioná-las tanto ao caráter da relação entre emissor e receptor quanto ao fato de o emissor externar seus sentimentos.

Carta nº 1

Local: São Paulo
Tipo de Texto: Carta de pedido
Data: 1867
Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade
Autor: Luiz Guimarães Jr.

Deslumbrante Luiz

Recebi a tua carta em resposta ao meu telegrama. Agradeço-te as cousas Vocês que me dizes: apanhaste-as todas no caminho que te for [?]² a alma.

Não te podes figurar [?] o cordial entusiasmo com que leio nos jornais de Madrid e de Lisboa a apreciação, tão justa quanto gloriosa, que por lá se tem feito à tua vibrante passagem e à de tua meiga e poderosa esposa – Rainha D. Lucinda primeira e unica.

Como me dóe não estar na capital de todas as Hispanhas, neste momento!

O rumor [?] das minhas palmas havia de echoar aos vossos ouvidos [?] tropicalmente.

Gentilmente peço-te que em outra oportunidade me convides a estar compartilhando de tua agradável companhia em uma viagem.

Consolo-me, atirando-nos flores d'este jardim da Europa á beira mar plantado.

Se eu lembrasse, ha tempo, teria feito uns versos á Hispanha p^a serem recitadas por Lucinda, na noite de seu beneficio. Sua agradável gloria para mim, meu caro!

Paciencia, paciencia e paciencia.

² O uso deste sinal [?] se dá em função da ilegibilidade na escrita da carta original.

Continuais a brilhar, amigos, e recordai-vos, de vez em quando, atravez de [?], d'aquelle que te abraça com sobressalto [?], e beija os pés – perdão! As azas [?] da Musa que faz estremecer de entusiasmo os ossos do Cid[?] na pátria de Calderon de La Barca.

Teu sem pesares [?]

Luiz Guimarães Jr.

Nesta carta, a metáfora traspassa a seqüência do texto. Há um misto de linguagem denotativa e de conotativa. O emprego da metáfora atribui ao texto um tom poético, ao mesmo tempo em que reflete o grau de aproximação entre emissor e receptor. O uso dessa figura de linguagem deixa transparecer uma relação mais próxima e, portanto, afetiva entre ambos.

O emissor se vale das metáforas para expressar a admiração e a amizade pelo receptor.

- *Vocês que me dizes: apanhaste-as todas no caminho que te for [?] a alma.*
- *Como me doe não estar na capital de todas as Hispanhas, neste momento!*
- *O rumor [?] das minhas palmas havia de ecoar aos vossos ouvidos [?] tropicalmente.*
- *Consolo-me, atirando-nos flores d'este Jardim da Europa á beira mar plantado.*
- *Continuais a brilhar, amigos, e recordai-vos, de vez em quando, atravez de [?], d'aquelle que te abraça com sobressalto [?], e beija os pés – perdão! As azas [?] da Musa que faz estremecer de entusiasmo os ossos do Cid[?] na pátria de Calderon de La Barca.*

Estes trechos da carta evidenciam a presença de figuras de linguagem, as quais possibilitaram ao emissor expressar a sua emoção, o seu carinho e a sua admiração em relação ao receptor da carta.

O texto da carta é carregado de subjetividade expressa por meio de figuras de linguagem que garantem veicular a comoção de quem escreve o texto, ao mesmo tempo em que nos mostram a estreita relação que une os interlocutores.

Ilustraremos com o próximo exemplo que a carta atende a um propósito comunicativo delineado pelo emissor, pois o gênero expressa uma ação social. Entendemos que o gênero reflete a vivência de seus usuários, e a carta é a materialização dessa vivência humana, por meio de sua forma e de sua substância.

Carta nº 2

Local: São Paulo

Data: 12 de abril de 1867

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Joaquim Serra

Meu caro

Eu e o Machado de Assis estamos convidados monsenhor Pinto de Campos para um jantar amanhã. Vi como é possível se arranjar banquete! Naturalmente intimaste o Machado para ouvir a leitura e elle, assim como eu, ti contará a mesma história.

É possível que ouvidos eu e elle, possamos demorar o jantar do Monsenhor. Não ver se conversando com o Machado agora, no Diário Official, descobre um meio de saber da dificuldade.

12.04.1867 / Joaquim Serra

Com base na análise do *corpus* usado para o estabelecimento da estrutura de uma carta veiculada entre amigos, conforme ilustra o modelo acima, o gênero carta configura-se por meio dos seguintes aspectos estruturais: vocativo, corpo do texto e encerramento.

O primeiro aspecto da estrutura da carta diz respeito ao – *início da interação* – por meio do vocativo, inicia-se um contato interpessoal entre os interlocutores, atualizado por um cumprimento, como mostra o exemplo abaixo:

Meu caro

A saudação, o primeiro elemento estrutural que compõe a carta, indica o grau de aproximação entre os interlocutores, assinalando a natureza da relação.

O corpo do texto, outro aspecto formal da carta, primeiro, traz uma informação ao receptor, com o objetivo de contar-lhe uma novidade que para o emissor parece ser um evento importante, fato enfatizado pelo material lingüístico que compõe a carta:

Eu e o Machado de Assis estamos convidados monsenhor Pinto de Campos para um jantar amanhã. Vi como é possível arranjar um banquete.

Observamos que o emissor se mostra satisfeito com o convite, pois, refere-se ao evento para o qual foi convidado empregando a palavra – *jantar* -, em seguida, faz alusão ao mesmo evento, utilizando um termo hiperbólico em relação ao primeiro, e utiliza o vocábulo- *banquete*.

Há outra evidência no emprego destas palavras – *jantar e banquete* -, verificamos que o emissor se reporta ao seu receptor com espontaneidade, pois, ainda, que o acontecimento, relatado na carta, seja realmente um jantar para três pessoas, passa a ser considerado como um *banquete* para o emissor.

Naturalmente intimaste o Machado para ouvir a leitura e elle, assim como eu, ti contará a mesma história.

O emissor segue o texto, fazendo suposições sobre o jantar, fato que deixa transparecer o nível de proximidade entre os interlocutores.

É possível que ouvidos eu e elle, possamos demorar o jantar do Monsenhor.

Podemos aferir, pelo trecho acima, que o tempo de duração do jantar é, antecipadamente, projetado pelo emissor.

No final do texto, o emissor expõe o segundo assunto e muda o foco principal que o motivou a escrita da carta:

Não ver se, conversando com o Machado agora, no Diário Oficial, descobre um meio de saber da dificuldade.

Este trecho traz informações sobre a forma de representação do emissor, que retrata o tema exposto acima como algo que já tivesse feito parte de alguma conversa anterior entre os interlocutores e, também, deixa implícito um pedido para descobrir a dificuldade de um amigo comum entre eles.

O último exemplo da estrutura da carta – *encerramento* – é constituído pela identificação do emissor, a data em que a carta foi escrita, finalizando a interação, como demonstra o exemplo a seguir:

12.04.1867 / Joaquim Serra

O exemplo revela que a organização de aspectos formais está relacionada à função social que o gênero realiza, fazendo com que a carta apresente um esquema pré-determinado, ainda quando se trata de uma correspondência informal.

Assim, a carta transcrita possui um gênero discursivo caracterizado por um conteúdo que expressa uma informação pessoal como tema central da carta. Em seguida, traz um tema secundário, quando faz um pedido ao enunciatário. De forma que a carta atende ao propósito comunicativo do enunciador, que é dar uma informação de um evento social ao seu enunciatário. Apresenta uma estrutura de informação, a partir de uma organização própria da carta, para uso em circunstâncias particulares. Esta carta representa uma unidade funcional da língua, uma vez que foi utilizada em uma situação específica de informação e de pedido ao interlocutor. O corpo da carta permite uma comunicação; a escrita desta correspondência nos remete a um gênero determinado.

Percebemos, nesta carta, que o propósito fundamental do enunciador está explicitado logo no início da carta, mas, ao longo do texto, há informações que não nos ficam tão claras e, deve ser inferido.

Os interlocutores da carta possuem um papel social definido, fato marcado na própria prática social em que se acham engajados, que se refere a uma situação comunicativa.

A estrutura da correspondência deixa transparecer o *status* social dos membros de uma sociedade, e o faz pela relação entre os papéis exercidos por esses membros. As associações entre esse *status* podem ser avaliadas como assimétrica ou simétrica. Esta se refere a vínculos sociais mais estreitos, entre iguais na hierarquia social; aquela está ligada às relações entre indivíduos de classes sociais superiores e inferiores e vice-versa.

É instaurada uma relação hierarquicamente simétrica entre os participantes da carta, esta questão pôde ser comprovada por meio da análise do material lingüístico desse documento, como as formas de tratamento empregadas e a própria estrutura do texto.

Assim, evidenciamos que o gênero, carta pessoal, tem interlocutores bem definidos, únicos, delineados e íntimos. No texto da carta, há informação de conhecimentos partilhados entre os interlocutores que escapam aos demais leitores.

Observamos, então, que ao entrarmos em contato com um determinado gênero discursivo, não dominamos uma forma lingüística, mas, ao contrário, passamos a ter o domínio de um modo de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais singulares. A esse propósito Luiz A. Marcuschi (2005:29) postula:

[...] os gêneros operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual.

Tal asserção pode ser ilustrada com a carta acima, uma vez que ela veicula a língua em uma relação sócio-histórica; pois, ao mesmo tempo, é uma forma que realiza objetivos em uma situação social em um tempo e espaço rigorosamente determinados, os quais são regulados pelo gênero aí utilizado.

O gênero carta envolve uma forma histórica por ser um produto cultural, isto é, formas sociais de expressar-se, entretanto, é essencialmente uma atividade social da

linguagem, pois o gênero engloba uma certa visão de mundo, segundo Mikhail Bakhtin (2003), o gênero do discurso que baliza o falante / autor no processo discursivo.

A competência comunicativa do falante / autor o autoriza à escolha adequada em suas práticas comunicativas. Essa competência garante-lhe a seleção conveniente do gênero em relação à situação comunicativa em que esse falante / autor é co-participante. Essa situação fixará o(s) gênero(s), com peculiaridades, como, tema, estilo e construção.

Se os enunciados se baseiam, como afirma Mikhail Bakhtin (2003), em formas-padrão, até certo ponto estáveis de estruturação de um todo, tais formas-padrão constituem os gêneros, que são, segundo o autor, seqüências estáveis de enunciados, pelo fato de serem passíveis de inovação, devido a fenômenos socioculturais.

Em geral, a investigação de um material lingüístico concreto, ainda, segundo o autor, seja esse material de história da língua, de estilística ou de qualquer outra linha, trabalha com enunciados concretos, podendo ser escritos ou orais, como, tratados, textos científicos, cartas, diálogos etc. É desse material que o pesquisador extrai os fatos lingüísticos de que necessita.

Ao analisarmos o gênero carta, entramos em contato com uma variedade de tipos de comunicação, como: pedido, agradecimento, informações, notícias familiares etc. Embora sejam cartas, não têm a mesma natureza, uma vez que circulam em campos de atividades diferentes e, por conseguinte, manifestam funções comunicativas diversificadas.

3.2. A carta e sua vinculação à cultura e à sociedade do século XIX

No item anterior, vimos como os gêneros, em especial, o gênero carta, são materiais culturais edificados historicamente por seu autor. Não podemos definir os gêneros como entidades estanques, pois um determinado gênero pode não possuir uma certa característica, que lhe é própria, e, assim mesmo, continuar pertencendo àquele gênero. Em uma carta íntima, por exemplo, se o enunciador não colocar o vocativo logo no início, ela não deixará de pertencer ao gênero carta.

Importa salientar que as cartas que compõem o *corpus* deste estudo estão relacionadas a assuntos vividos pela sociedade daquela época, refletindo, por meio dos pronomes e das expressões de tratamento e, também, das marcas lexicais o tipo de relação

que une o emissor e o receptor. Este fato é confirmado, quando notamos, já no início da carta, em seu vocativo, se ela possui um caráter formal ou mais espontâneo pela escolha dos tratamentos que variam desde *V. Ex^a ao vós* – como tratamento mais formal; e *tu* ou *você* para relações mais informais.

As cartas representavam, na segunda metade do século XIX, um meio de comunicação muito utilizado na sociedade, fato que poderia ser explicado pela ausência do desenvolvimento da tecnologia e pela escassez dos meios de transporte. Elas eram escritas para tratar de assuntos corriqueiros como para pedir uma receita, para demonstrar o apreço que um determinado indivíduo tinha pelo outro, para perguntar o nome de uma fruta cultivada na região em que o destinatário da carta residia. Enfim, eram temas sem grandes conteúdos, porém quando esses assuntos eram tratados entre pessoas de um mesmo nível social, percebemos que a formalidade que permeava a comunicação escrita era intensa, ainda que se referisse a um assunto sem muita relevância. O texto da carta, a seguir, comprova nossa afirmação.

Carta nº 3

Local: Rio de Janeiro

Data: 15 de julho de 1887

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Não revelado

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1887.

Exm^o. Am^o. Sr. Barão.

A ultima carta que recebi de V. Ex^a foi aquela em que me pediu a receita do vinho de laranja. Não podendo então escrever, contentei-me, para evitar demora, em copiar a receita e enviar-lhe para Pindamonhangaba. Provavelmente a terá recebido.

Na mesma carta me dizia V. Ex^a que viria [?] ao Rio de Janeiro e que me procuraria. Só soube de sua estada aqui, lendo casualmente o Diário de Notícias, anunciando a sua retirada para São Paulo. Sinto

não ter sabido em tempo de o procurar, tanto mais que tinha uma pergunta a fazer-lhe sobre producto vegetal de São Paulo.

Quando residia nessa província mostram-me uma caixa de fruta, a que davam o nome de Pacova. Diz Martins que essa planta cultivada em São Paulo é oriunda da Índia. Eu porém vi que o Pacova que me foi apresentado é planta indígena dessa província, tanto assim que, sem bem me lembro, vi-a no estado silvestre na Serra do Cubatão.

*A última vez que estive em São Paulo, comprei na praça do Mercado uma caixa de Pacova, que dei ao amigo Glorioso para cultivar. Não nasceu um só pé, ou porque a semente não estava bem madura, ou porque a teriam passado pelo fogo. Se V. Ex^a me poder arranjar alguma fructa dessa especie, em estado de ser plantada, me faria com isso um verdadeiro serviço. Teria um meio de verificar se o Pacova é indígena, ou se é realmente *Alpinia matans* da India oriental.*

Desejo saber se ensaiou a fabricação do vinho de laranja.

Apresento meus respeitos a Exm^a Sr^a Baroneza.

Se partirmos da premissa de que a escolha de uma determinada forma de tratamento, em uma interação comunicativa, tem um cunho histórico-social, podemos afirmar, então, que em uma comunicação escrita, no século XIX, era comum as pessoas terem um tratamento formal, ainda que o assunto tratado não fosse de grande relevância, pois o que se considera não é o tema discutido na carta, mas, sim, o papel social dos interlocutores, como é o caso da carta analisada.

O *status* social do emissor é representado por um barão, o receptor não foi identificado na carta, somente temos a informação de que é uma pessoa do sexo feminino. Os interlocutores representavam, à época em que a carta foi escrita, a elite da sociedade brasileira.

O assunto tratado nesta carta não é de grande relevância, visto que o emissor serve-se da carta para solicitar ao receptor a proveniência de uma fruta cultivada em São Paulo.

Desta forma, as cartas cumpriam a função de referir-se a temas com conteúdo sem grande relevância.

Na próxima carta em exame, evidenciaremos a formalidade que cerca uma carta de pedido, mesmo quando há um certo envolvimento afetivo entre os interlocutores, deixando transparecer nuances do comportamento do homem de então.

O produtor do texto, somente ele, é capaz de estabelecer um juízo de valor, expressar um estado psicológico mediante a realização de um enunciado concreto. A afetividade construída na interação pode regular as ações sociais do emissor. Há contextos cujas normas não aprovam a expressão de afeto, como é o caso de comunicações formais, ou seja, da próxima carta analisada.

Então, como interpretar cartas de pedido que ora apresentam um enquadre afetivo, mas são formais? Qual a possível intenção do emissor ao evidenciar a emoção, em um texto formal, endereçado a um Conselheiro, prestador de serviços ao Império brasileiro?

Carta nº 4

Local: não identificado

Data: 13 de fevereiro de 1863

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Joaquim Fernandes Pacheco

Ilmo Exmo Sr. Conselheiro

Passo as mãos de V. Ex^a os papeis relativos a Professora de Comunhão, esperando que V. Ex^a empregará sua valiosa protecção a favor desse negocio, não só pára como o Exmo Preside. D^o Mendonça e que o ultimo caso com a Assembléia provincial, afim de não ser inutilisada a apostilla. Se o meu empenho q. V. Ex^a não for suficiente, recorro ao Coração de [?] de V. Ex^a em beneficio de uma pobre moça que na idade de 15 annos perdeu pai, na idade de 22 perdeu a may e veio-se forçada a acolher-se com. [?] Comp^a de sua madrinha D. Maria [?] Elias [?], e de lá recolhe-se a aquelle deserto afim de ganhar o pão [?] E. sua velha estão c 2 irmaes menores.

Pretendo mandar d'aqui hum [?] ferio [?].

No monumento que receber as cartas de V. Ex^a.

Sou com respto. M^o. V^{os} Co^{as} [?]Meretíssimos Votos Cordiais.

Obr^o

Aos 13 de Fever^o

1863.

Joaquim Fernandes Pacheco

Nesta carta o emissor recomenda ao receptor uma moça, cujo nome não é citado no texto, para exercer a função de professora de primeira comunhão.

A relação entre emissor e receptor é construída em torno da formalidade entre ambos, visto que as formas de tratamento empregadas na carta, tanto no vocativo, como no corpo do texto e no fecho, referem-se a usos formais dos pronomes e, também, pela natureza da carta aludir-se a um pedido.

A formalidade é também observada na redação do texto, por meio de marcas lingüísticas, o emissor, ao reportar-se ao receptor, o faz, empregando expressões formais de tratamento. Entretanto, quando o emissor inicia o segundo período da carta, o tom formal prevalece, contudo, tornam-se claras nuances de que há um convívio social entre os interlocutores, pois de acordo com a seleção lexical feita pelo emissor, tal afirmação pôde ser comprovada.

No segundo período da carta, o emissor emprega a seguinte expressão: (...) *recorro ao coração de V. Ex^a em benefício de uma pobre moça (...)*. Quando o emissor emprega essa forma afetiva de linguagem, deixa transparecer contornos de um relacionamento mais próximo, embora o tom de polidez seja mantido. Verificamos que o emissor reitera o pedido feito no início da carta, fazendo um apelo emocional e com humildade ao receptor.

Este percurso instituído pelo texto tem como objetivo uma resposta positiva em relação ao pedido, de tal forma que o emissor edifica uma narrativa voltada a uma assertiva do receptor.

Pela língua, apreendemos a formalidade na relação em função da situação, embora outros fatores interfiram na escolha do tipo de linguagem adequado como, o *status* dos interlocutores, o gênero textual, que no caso da carta em análise, refere-se a um pedido.

Ao analisarmos o texto, verificamos as relações interpessoais por meio dos elementos lingüísticos que organizam funcionalmente a carta, pois devemos levar em consideração, na análise das cartas, o modo que esses elementos lingüísticos foram organizados. Assim, a análise deve ir além de sua superfície, ou seja, ao passarmos a observar a maneira como o texto foi construído, temos uma visão daquilo que está velado nele.

O emissor recorre ao que não é um protótipo em termos de recursos lingüísticos que possam atender ao contexto comunicativo. Nesse caso, as formas empregadas pelo emissor para fazer o seu pedido foram: *empregar á sua valiosa protecção a favor desse negocio*, e, também, *recorro ao Coração de V. Ex^a*, quando o esperado em uma carta de pedido seriam os verbos *solicitar* ou *pedir*.

O conteúdo informacional desta carta é um pedido, ou seja, o próprio ato de fala constitui o objeto de sentido. O pedido, como ato e objeto, traduz uma informação que envolve a expressão de um estado psicológico do emissor, em geral ter o seu pedido atendido, e que, assim, exige a participação do receptor, como foi ilustrado pela carta em exame.

Se como vimos no texto analisado, a intencionalidade de uma carta de pedido refere-se a ter a solicitação atendida, o emissor utilizou todos os recursos de que tem em mãos para construir o seu texto. Deste modo, o emissor, a princípio, vale-se da polidez, produzindo seu texto em tom de formalidade, porém, num determinado trecho do texto, a formalidade adquire uma forma pessoal, em que o nível afetivo toma conta do texto.

Pudemos aferir que o *status* social do emissor e do receptor, definido conforme Dino Preti (2000), como a posições sociais fixadas pelo indivíduo no grupo em que atua, foi delineado na construção do texto da carta em função de o emissor obedecer ao esquema de uma relação simétrica, sendo essa simetria estabelecida por meio das formas de tratamento.

Se, como neste estudo, os vestígios da realidade são palavras escritas, faz-se necessário descobrir o que é que essas palavras significavam para a pessoa que as escreveu, isto é, tal fato constitui em descobrir o pensamento expresso por meio delas na época em que os documentos foram produzidos.

Tomaremos trechos da carta examinada anteriormente para visualizarmos aspectos do texto, ainda, marcando a posição social do emissor:

Passo as mãos de V. Ex^a os papeis relativos a Professora de Comunhão, esperando que V. Ex^a empregará sua valiosa protecção a favor desse negocio(...)

Em situações de interação, há certos objetivos a serem atingidos pelos interlocutores e, assim, eles estão ligados em função do sucesso de tais objetivos. Estabelece-se, entre eles, um acordo tácito associado ao contexto da carta e aos papéis sociais do emissor e receptor.

No trecho citado, as escolhas lingüísticas autorizam-nos a identificar como o emissor formula o texto para convencer o seu receptor. Ao observarmos os efeitos de sentido produzidos pelo emissor, temos certos contornos de sua maneira de pensar e/ou de agir.

Para convencer o seu receptor a atender seu pedido, utiliza elementos lingüísticos com tom afetivo como demonstram os seguintes trechos da carta:

(...) esperando que V.Ex^a empregará sua valiosa protecção(...)
(...) recorro ao Coração de V.Ex^a em beneficio de uma pobre moça que na idade de 15 annos perdeu o pai, na idade de 22 perdeu a may (...)

O emissor atribui à moça, a beneficiária do pedido, um papel social de alguém vítima de opressão, pois ao afirmar que tal moça perdeu os pais, concede a ela o estado de estar sozinha no mundo, necessitando da ajuda de outras pessoas.

Em função dessa perda dos pais, o emissor afirma que:

(...) e veio-se forçada a acolher-se com Comp^a de sua madrinha D. Maria Elias, e de lá recolhes-se a aquelle deserto afim de ganhar o pão [?] E. sua velha estão c 2 irmaes minore. (...)

O papel vitimado da moça continua a ser delineado. A situação, em que se encontrava, forçou a moça a viver com sua madrinha, porque a vida não lhe ofereceu outra alternativa.

Por fim, com todas as informações a respeito da moça, perder os pais ainda, quando esta era jovem, viver em companhia de sua madrinha por necessidade, teve de morar em um deserto em função da sua subsistência e de duas irmãs menores, o emissor tenta seduzir, envolver o receptor, apelando aos sentimentos, tentando manipular o receptor.

O perfil do emissor é marcado pelo sentimentalismo, pois para atingir seu objetivo utiliza-se de meios subjetivos, ou seja, emocionais.

Vimos como a carta reflete a individualidade de quem a produz, constituindo-se um produto das atividades lingüísticas.

Por meio de marcas lingüísticas representadas pelos pronomes e pelas expressões de tratamento empregadas pelos interlocutores, nas cartas em exame, será evidenciado como o pensamento lingüístico está relacionado às diversas formas de contatos interpessoais e, também como se constrói a hierarquia social.

A carta contém um texto que pode ser, em um só tempo, livre e codificado; íntimo e público, e pode ser algo secreto ou voltado à sociabilidade. Tais aspectos podem ser verificados por meio da interpretação do uso das marcas de tratamento.

No exame da carta a seguir, observaremos que a diferente situação de escrever uma carta para ser lida por alguém do círculo privado ou por uma autoridade em instância oficial, qualquer uma dessas situações promove diferenças nas escolhas das formas de tratamento como na escolha de itens lexicais.

Assim, a carta, no próximo exemplo, evidencia, que pelas formas de tratamento e pelos itens lexicais selecionados pelo emissor, o pensamento lingüístico está associado às relações interpessoais, construindo, assim, a hierarquia social dos interlocutores.

Carta nº 5

Local: Rio de Janeiro

Tipo de Texto: carta de pedido

Data: 28 de julho de 1856

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Antonio José Silva

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Permita Vossa Excelência que eu tome a liberdade de sugerir-lhe huma ideia minha que hontem mereceu geral approvação de pessoas respeitaveis. Muitos são os fracassos que tem acompanhado o novo Dinheiro Papel, e de todos a maledicencia tem colhido alimento para apascentar-se. Cupim, emissão nesta Cidade pelo General Andreia, Notas inutilizadas por Numeradores, e assignatarios, algumas de 1\$000[R] circulando sem assignatura, as roubadas ultimamente a bordo do Paguete, o Grande roubo destes dias, e finalmente, por huma immensidade de Gente desconhecida a quem se incumbira a numeração; tudo, por, tudo já sido envenenado pelos Malevolos; tudo calumniosamente exagerado e não le.

He sem rasão que o susto se apodera dos homens de bem, e afugenta a confiança em semelhante meio circulante, confiança cujo estremecimento pode acarretar a horrorosos males. Dê-se pois huma satisfação ao Publico, da qual bom resultado se deve esperar: fassa-se ver por hum Balanço Geral, e detalhado em toda a entrada sahida e existencia de tal Papel, que nenhum abuso se há commetido por parte do Governo: seja esse Balanço dado por huma Comissão de toda a respeitabilidade. Nem se diga que a dignidade do Thesouro padece com a visita e exame de huma commissão tal: pelo contrario, sera por tal maneira que mais dignamente apparecerá a exactidão que em semelhante operação tem havido no thesouro. Eis Excelentíssimo Senhor, a idéia que me ocorreu, e que hontem apresentaria a Vossa Excelência se por mais alguns momentos houvesse tido honra de estar so, com Vossa Excelência recebê-la como filha de meu zelo pelo credito do Governo Geral, e do Senhor Ministro da Fasenda em particular.

De Vossa Excelência

Muito agradecido e respeitoso creado.

Antonio Joze da Silva

Rio 28 de Julho

De 1856

O emissor emprega no vocativo da carta as seguintes formas de tratamento – *Illustríssimo, Excelentíssimo e Senhor*, sinalizando a formalidade na relação entre ele e o seu receptor. Em seguida, abre o corpo da carta com a seguinte expressão: *Permita Vossa Excelência que eu tome a liberdade (...)*, essa escolha lexical deu-se em virtude de tratar-se de uma carta de cunho político, em que o emissor propõe uma idéia ao receptor.

O emissor ratifica a importância da idéia, ao afirmar que as pessoas a quem expôs seu pensamento, aprovaram a sugestão, atribuindo, desse modo, autoridade a essa idéia e prepara o receptor a aceitá-la.

Começa, então, a discorrer sobre o problema que vem envolvendo o dinheiro papel. O emissor afirma que as pessoas de bem estão amedrontadas com o que está acontecendo e vão perdendo a confiança no Governo, o que pode convergir para o caos.

Por último, solicita ao receptor que ponha fim aos comentários que denigrem a imagem do Governo perante o povo, informando à sociedade que não há envolvimento algum do Governo.

Ao mesmo tempo em que o problema relatado na carta é público, é, também, privado, uma vez que o pedido só faz parte das realidades dos interlocutores, embora o problema relatado na carta é de conhecimento de outras pessoas.

A língua atua como mediadora entre o emissor e o conteúdo expresso por ele, marcando as relações de hierarquia social do emissor e do receptor.

Quanto aos itens lexicais selecionados pelo emissor, podemos afirmar que a formalidade, entendida como adequação a um modelo subjetivo, ou seja, de acordo com as prescrições gramaticais vigentes à época em que a carta foi escrita ou, ainda, como uma atitude de distanciamento entre emissor e receptor, sendo os dois níveis independentes, embora relacionados, pôde ser observada no desenvolvimento do texto da carta. O primeiro indício dessa formalidade está expresso, como vimos no início da análise, pelo verbo *permitir*. Quanto à forma de tratamento, o emissor reporta-se ao receptor utilizando a forma de tratamento *Vossa Excelência* tanto no vocativo como no corpo da carta. Ao fazer o pedido a que se propõe, o emissor coloca os verbos no imperativo.

Nesta perspectiva, em uma comunicação escrita, o emissor estabelece seu papel social, assim como de seu receptor, em uma escala social, por meio dos elementos que o sistema coloca à disposição dos falantes. As formas de tratamento representam um recurso eficiente para percebermos a posição social dos envolvidos em uma interação.

Evidenciaremos, na carta do exemplo abaixo, o ideal de excelência por meio dos elementos da língua, que marcam uma rigidez lingüística, ainda que se tratasse de uma carta informal, entre familiares ou amigos.

Carta nº 6

Local: São Paulo

Data: 22 de setembro de 1867

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Gabriella

Meu querido filho e amigo

Barbacena, 22 de S. bro de 1867

Tenho-te escripto não sei se tens recebido minhas cartas esta vai por intermedio de Vicente, e por intermedio desse deveras responder-me pois he o meio mais seguro. Dezejo saber se fizeste feliz viagem chegaste com saude encontras-te minha filha e netos com saude, portanto peço-te que me diz noticias tuas e de todos. Mas a quem de coração abraço e lanço minha benção, e também a minha affilhada a qual espero esteja apprendendo.

Meu filho eu continuo a sofrer bastante mas o meu sofrimio não podera ter melhora sem quando o meu coração de May tiver sucego e vir meos filhos mto ligados, e mto amigos, e isto pesso a Deus constante, e esperando sempre ser ouvida.

Recebe tu e Adelaide saúdes de Antonio e de Adelaide os pequenos estão bem. Participo te que fico na caza q. Antonio vai lugar p^a mim p^a outra maior, Antonio pediu as razões q. lhe dei p^a dezejar maior so estou velha impertinente tenho escravos quero ter sucego o q. não se

pode ter murando [?] duas famílias e além disso a caza com q. fico he mt°. Barata pago 17.000 por mez e tenho mt° bons vizinhos.

Adeus meu mt° prezado filho recebe as saudes. E a benção q de criação te envia.

Tua may e fiel amiga

Gabriella

PS

*Saudes. A Antonio Anninha
e a Maria Barbosa se estiver em
S. Paulo Adelaidinha envia saudes.,
a todos os meninos e a voces*

Trata-se de uma carta familiar, o emissor escreve uma carta a seu filho, o receptor. Portanto, refere-se a uma situação comunicativa de informalidade, entre mãe e filho.

Quando afirmamos estar instaurado, no texto da carta, uma situação de informalidade, estamos considerando as relações sociais entre os interlocutores, o que poderia nos levar a tocar na questão, segundo Brown & Gilman (1960), de poder e solidariedade.

O aspecto da solidariedade, resgatado na carta em análise, estabelece uma relação simétrica, estabelecendo o mesmo nível de hierarquia social entre emissor e receptor, não havendo, portanto, controle de um dos interlocutores na situação comunicativa.

Em uma relação simétrica, é permitido o uso da forma de tratamento – *tu* -, como podemos constatar na carta em exame, assim o emprego de *tu* confirma a intimidade entre os interlocutores.

Embora seja comprovada a intimidade na relação por meio da hierarquia social dos interlocutores e pelo emprego da forma *tu*, há marcas lingüísticas que instituem um certo rigor à escrita da carta, como a colocação pronominal, o uso do pronome oblíquo na função de objeto e o emprego dos tempos verbais.

À vista disso, aferimos que a língua materializada nas cartas, por tratar-se de uma atividade que requer não menos de duas pessoas, é o resultado de uma conduta social de realização do ato comunicativo, em virtude da sua eficácia, isto é, obtenção de um efeito, no caso deste estudo, fazer um pedido, esperando uma concordância do receptor, é a base

sobre a qual se edifica o relacionamento social do homem da segunda metade do século XIX.

As funções de uma carta podem ser complexas, quando a analisamos com mais rigor. A carta-social, as cartas públicas que se ligam ao mundo da correspondência possuem aspectos de sociabilidade que cercam o universo das missivas, fazendo com que seus sentidos se configurem, se fixem ou, ao longo do tempo, se transformem. No uso que se faz desse instrumento portador da materialidade lingüística, que é a carta, e, por conseguinte, de seu texto, encontra-se um dos meios para a compreensão de seus significados.

A língua portuguesa praticada em território brasileiro, aos poucos, vai adquirindo os contornos da cultura brasileira, assume características do homem brasileiro, sendo mais espontânea e natural.

Observaremos esta mudança nos documentos em análise, evidenciando que, a rigidez lingüística própria dos moldes portugueses, começa a não se fazer presente em diálogos e textos produzidos no Brasil. É o que encontramos na seguinte carta.

Carta nº 7

Local: Rio de Janeiro

Data: 24 de novembro de 1857

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Casimiro José Marques d'Abreu

Rio de Janeiro 24 de novembro de 1857.

Presado Pai

Pelo primo Antonio, com quem estive hontem, sube que gozava de bôa saude e desejo a comtinação. Segundo me disse o Senhor Cabral antehontem, devo lembrar-lhe do dia 10 a 15 do futuro mez para matricular-me no Instituto Commercial. Rogo-lhe queira recommendar-me ao Tio Manoel Joaquim e familia, primo Manoel e a todos e lançar a benção sobre

Seu filho

amante

Casimiro José Marques d'Abreu.

A escolha da forma de tratamento a ser adotada depende de uma série de fatores como: o grau de conhecimento entre os interlocutores, a idade, o sexo, entre outros.

A carta em análise foi escrita pelo filho que se dirige ao seu pai, nessa relação assimétrica, uma vez que o filho deveria reportar-se ao pai com respeito, dada à época em que a carta foi escrita, o emissor, ao voltar-se ao receptor, deixa o sujeito implícito, assim, o sujeito não é preenchido lexicalmente, só o faz quando o receptor aparece na função de objeto e o marca por um pronome oblíquo de terceira pessoa, o que se esperava era um pronome de segunda pessoa pelo tom de reverência do emissor em relação ao receptor.

Verificamos que há, neste documento, uma certa liberdade lingüística do emissor, o que reflete aspectos da cultura brasileira.

A carta é portadora de um texto, ao mesmo tempo, livre e codificado, privado e revelado, que pode figurar como sigilo e como algo voltado às questões sociais.

Ao examinarmos a configuração interna de uma carta, observamos que ela é portadora de determinadas formas lingüísticas inflexíveis associadas ao seu modelo próprio.

O fato de o emissor iniciar uma carta com determinadas expressões de tratamento revela uma função de projeção em relação ao que será tratado na carta e ao grau de formalidade ou de informalidade que une os interlocutores, aspecto que encontraremos no texto da carta a seguir. É como se o viés de leitura se encontrasse pré-estabelecido, direcionado, como se a escolha de certas expressões de tratamento, no vocativo da carta, nos orientasse para um determinado sentido.

Carta nº 8

Local: Rio de Janeiro

Data: 26 de dezembro de 1858

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Autor: Romualdo Antônio de Sá

Meu charo Felipe

Acabo de receber uma carta tua, na qual, como nas outras, te mostras muito amigo. Não tens razão, meu Felipe. A minha estada no collegio me tem empedido de escrever-te. [?] Eu sou o mesmo homem. [?] Deos queira que não appareçam novas dificuldades! [?] Pesso-te que me escrevas dando-me novas notticias.

Teu

Romualdo

Verificamos que o vocativo “*Meu charo Felipe*” orienta a nossa leitura para uma situação de informalidade entre os interlocutores, uma relação em que prevalecem os laços afetivos. Ao passarmos à leitura da carta, tal fato se corrobora, pois pelas escolhas lexicais do emissor, pela construção das orações, por esses fatores puramente lingüísticos, vemos que há um vínculo simétrico entre emissor e receptor, em função de ambos possuírem *status* social semelhante na hierarquia social. A este respeito, M. Bakhtin (2003:283) afirma:

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). [...]e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume, uma determinada construção composicional, prevemos o fim.

O texto de uma carta une aspectos de forma e de sentido, que pode ser compreendido na tensão que se estabelece entre as formas lingüísticas empregadas e as formas socialmente estabelecidas de se expressar uma língua, ou conforme a expressão

utilizada por Mikhail Bakhtin (2003), os gêneros do discurso, são maneiras socialmente construídas, a carta é uma delas.

Ainda, na afirmação do autor, sociedades e culturas foram desenvolvendo-se ao longo da história, bem como suas atividades, cuja mediação é realizada pela linguagem. O caráter dessa linguagem é tão diverso quanto as atividades humanas, que adaptam a linguagem por meio de enunciados de certa forma estáveis, que atestam o ato da comunicação. Tais enunciados são chamados de gêneros discursivos. Quando utilizamos a língua, a realizamos em um determinado gênero.

Luiz A. Marcuschi (2005:19) postula que *os gêneros são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. [...] Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais*. Frente a essa concepção de gênero, deduzimos que ele é responsável por organizar a experiência humana, imputando-lhe sentido; segundo Charles Bazerman (2005), são os meios pelos quais vemos e interpretamos o mundo e nele agimos.

A interação só se torna possível por meio de algum tipo de gênero discursivo, essa é uma posição defendida por Mikhail Bakhtin (2003), tal concepção atribui à língua um caráter social, histórico e cognitivo, pois destaca o aspecto funcional da língua.

Os gêneros são caracterizados por textos empiricamente concretizados na forma de: carta, bilhete, artigo, crônica, entre outros, situados em um determinado tempo e espaço.

As cartas são de natureza diversa, pois percorrem vários segmentos de atividade do homem, e possuem funções comunicativas diversas, como, nas relações formais, nas informais, abrangendo, desta forma, contatos pessoais, de trabalho, de burocracia e outros, sendo conferido a elas o valor de gênero carta.

As missivas têm em comum a sua estrutura formada de vocativo, corpo da carta e a despedida, todavia diferem na intenção de seu remetente. Essas intenções divergem para várias realizações da carta. O nosso *corpus* é ilustrado por cartas de pedido, sendo que, desse modo, excluimos do nosso material de análise as outras realizações como: carta resposta, carta de exortação, carta pessoal, entre outras.

Na carta a seguir, focaremos a nossa análise na compreensão das relações que os documentos, expressos por cartas de pedido, têm com uma determinada época e como tais relações desempenham uma certa visão de mundo. Somente somos capazes de recuperar

um acontecimento histórico pelo fato de que essa realidade foi legada à posteridade, a qual resgatamos por meio da materialidade de documentos.

Carta nº 9

Local: São Paulo

Data: 21 de agosto de 1876

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: V. de Santos

Ilmº Srº

Os portadores desta Snes. Hugo Calgan, farás-me recomendações de Lisboa por pessoa de minha amizade. Me dizem-me ser bom pintor scenógrafo e n'outros generos; ella proffesora de musica e desenho. Não me lembrei de pessoa a quem os pudesse appresentar para os encaminhar se não de V.Sª que sendo artista de primeira ordem, deve interessar-se por ellas, encaminhando-os e procurando-lhes meios de começarem a torna-se conhecidos. Para ganharem a vida pelas artes que profissão. Faça-lhes o bem que poderia que o tomarei como favor.

Ainda não pude ter o gosto de o ver, e terei muita satisfação quando quiser apparecer E. [?] que eu mal posso dispor de tempo.

Desejo-lhe saudes o

Sou [?]

21 Agtº 1876 –

V. de Santos

Os documentos permitem-nos inferir que era comum, àquela época, enviar uma carta com o objetivo de fazer uma recomendação a uma pessoa de convívio social do emissor.

O documento em análise expressa o enaltecimento das qualidades profissionais da pessoa recomendada, como também das do receptor, o que era comum nas cartas de recomendação.

O tom de formalidade e de polidez no texto mantém a adequação lingüística, visto tratar-se de uma carta de pedido.

A cordialidade representa um traço da cultura brasileira, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1991), o brasileiro leva aspecto de cordialidade e polidez próprio de sua cultura aos seus relacionamentos interpessoais, de forma que, em uma carta de pedido, a expectativa é de que se instale no texto uma relação de cortesia e afetividade entre as partes. As cartas dividem-se em três tipos básicos, dependendo do grau de relacionamento dos interlocutores.

A *correspondência íntima* tem o tom de conversa, nela permeia a informalidade no uso da língua, geralmente, dirigida a amigos ou a familiares; a *correspondência comercial* está ligada a assuntos comerciais e financeiros, seguindo fórmulas fixas de estética, é empregado o registro formal da língua; a *correspondência oficial* é dirigida a instituições públicas ou delas provenientes, é representada por portarias, certidões ou avisos. O emprego da língua é bastante formal e, respeita padrões determinados.

As cartas íntimas são escritas em uma linguagem espontânea, muitas vezes, subjetiva. Essa estrutura de correspondência é representada: pelo local em que a carta foi escrita, pela data em que foi produzida colocados no início ou no final do texto; pela introdução, constituída por uma fórmula de cortesia que varia segundo o papel social exercido pelo receptor; pelo texto que, geralmente, apresenta uma linguagem livre e espontânea; pela despedida, também, formada por uma fórmula de cortesia; pela assinatura, em geral, sem sobrenome; pelo P.S. – *post scriptum*: traz as informações que se fazem depois das despedidas, geralmente, verificado em cartas de caráter informal.

A relação íntima predomina na carta a seguir. Observaremos, por meio das expressões e dos pronomes como o emissor veicula a proximidade e, por conseguinte, fixa a informalidade na relação.

Carta nº 10

Local: São Paulo

Data: 19 de setembro de 1865

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Gabriella

Meu querido filho

Rio de Janeiro 19 de Sbro de 1865

Recebi ultimamente huma carta tua (em data) a qual mto prazer me deu por dizer q. tanto tu como minha filha e Netos gozao saúde, es tão [?] bem graças a Deus estão passando mto bem estou gorda, e corada, só o reumatismo na mão direita he que não quer dezaparecer, e por isso te não escrevo mais a miudo. Meu José da-me noticias circunstanciadas tuas de minha Adelaide, e de meus Netos, todos quero saber se minha affilhada Narciza já sabe ler, e escrever, se Juca já esta apprendendo, pois aprender não faz ninguém doente, se o esperto Mas tenzinho [?] já principio a ler, em fim não quero huma carta lacônica que tanto desconsola huma May Extremeza que vive só p^a Deus, e seus filhos; assim responde as minhas perguntas, e manda-me dizer se trazer minha filha e Netos. Saudades de todos os parentes. Tenho tido noticias de Antonio, está bem, mto estimado, e respeitado de todos, elle quando me escreve pergunta pellas irmaes, pesso te q. lhe escrevas pois elle te estima mto e he desconfiado [?]. Adeus meu prezado filho recebe as saudades, e a benção de

*Tua May, e fiel amiga
Gabriella*

PS

Saudades a minha filha, e Netos

Martinzinho sabis aprovado

Plenamente em todos os Exames.

O vocativo da carta construído pela expressão, *Meu querido filho*, é o primeiro índice de que há laços estreitos na relação entre os interlocutores, não só por se tratar de uma carta de mãe para filho, mas, principalmente, pelos elementos lexicais adjuntos do substantivo *filho*, um pronome que atribui posse ao substantivo e um adjetivo.

No corpo da carta, evidenciamos o uso do pronome pessoal de 2ª pessoa *tu* que, dentre outras, tinha a conotação, segundo Maria Teresa.C. Biderman (1972/73:361), *de intimidade, afeto, emotividade*.

Tomaremos o seguinte trecho da carta para comprovar a subjetividade na linguagem do emissor, (...) *bem graças a Deus estão passando mto bem estou gorda, e corada*, (...), esse trecho é permeado por adjetivos e advérbios.

O texto sugere um tom de conversa íntima e, assim, a subjetividade é predominante na carta, desde o vocativo, corpo do texto, despedida, até o *post scriptum*.

A evidência do registro informal da linguagem acentua a relação de proximidade - amizade ou parentesco – entre o emissor e receptor da carta.

As cartas comerciais e oficiais, por serem essencialmente formais, iniciam com formas respeitosas e encerram com protestos de estima, agradecimentos e saudações formais.

Os documentos oficiais são aqueles utilizados para tratar de assuntos da competência dos órgãos públicos.

A carta a seguir refere-se a uma correspondência oficial. Verificaremos o *status* social dos interlocutores, estabelecidos pelas formas de tratamento e pela escolha lexical do emissor.

Carta nº 11

Local: Rio de Janeiro

Data: 17 de junho de 1855

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Marquês do Paraná

Excelentíssimo Collega Amigo e Senhor

Consta-me que ahi chegou um navio Portuguez; em uindo ua'porção de colonos, entre os quaes vem ua' família de 4 ou 5 pessoas, todas lazaras, e que se pretende introduzir estes enfermos no Hospiatl dos Lázaros a'esta Corte, o qual tem recusado recebê-los. Entendo que convém que Vossa mercê se entenda com o Senhor Ministro do Império

para que não se consinta na importação d'esses colonos assim enfermos, pois já temos no país lázaros de sobra, e precisamos de colonos sadios e não de morpheticos; e que, obrigando-se o Comandante do navio, que os trouxe, a reexportal-os para fora do Império, se tem ao mesmo tempo a cautella de fazel-o prestar ua'fiança pelo exacto cumprimento d'essa obrigação, visto que pode sahir com os colonos doentes e desembarcal-os em qual quer logar nas Costas do Brasil. Seria igualmente conveniente que antes de tudo se mandasse proceder a um exame de sanidade nos colonos d'este Navio, cujo nome não sei ainda.

*Como Sempre
De Vossa mercê*

Rio 17 de Julho de 1855

*Muito Collega amigo e Criado
Marques do Paraná*

Torna-se manifesto o acatamento do emissor à hierarquia social do seu receptor, fato comprovado pelo emprego das formas de tratamento as quais encontramos no vocativo - *Excelentíssimo e Senhor*.

No corpo da carta e na despedida, há, também, a ocorrência da forma de tratamento cerimoniosa - *Vossa mercê*-, cujo emprego, no século XIX, segundo Maria Teresa C. Biderman (1972), era autorizado em uma situação de extrema formalidade.

Os interlocutores são pessoas ligadas à política do Brasil, tendo o *status* social bem delineado na carta, o que, também, justifica a formalidade na relação e, assim, o uso de tratamento cerimonioso entre eles.

A escolha de itens lexicais concorre para objetividade da mensagem, visto que o conteúdo da carta trata de um assunto de interesse público.

Na afirmação de Maria Teresa C. Biderman (op.cit:340), *O 'status' social de cada um dos membros da díade humana no diálogo, determina as regras que devem ser observadas por cada um deles*. Inferimos, assim, que a questão principal que norteia o

emprego de determinada expressão de tratamento entre os interlocutores refere-se à posição de hierarquia que cada um deles ocupa em uma escala social. Neste sentido, fica evidente que a sociedade dividida em classes, persiste em cultivar uma etiqueta que marque o vácuo entre a elite e a massa, esse fato é constatado pelo uso de expressões de tratamento.

Ao lermos uma carta entramos em sintonia com o outro de modo direto, íntimo, uma vez que a carta é a possibilidade de um elo em uma sociedade que se caracteriza pela dispersividade dos relacionamentos.

Diferente de outras fontes como os diários, as memórias; a correspondência estabelece uma relação mútua. A prática de escritura de cartas só é possível em função do outro, para quem se enuncia uma fala e, ao mesmo tempo, em que se espera uma resposta.

Ressaltaremos, na carta seguinte, que o documento é o dado da história, assim, a história espelha aspectos da realidade de quem produziu o documento.

O emissor da próxima carta a ser analisada, Barão de Cotegipe, refere-se a um político da segunda metade do século XIX. Exerceu funções como: de 1852 a 1855 foi deputado e presidente da província da Bahia; em 1856 foi Senador pela província da Bahia; de 1882 a 1885 presidiu o senado; de 1885 a 1888 presidiu o Conselho de Ministros; foi, também, Ministro da Fazenda, Ministro da Marinha, fundador do Instituto Pasteur, presidente do Banco do Brasil, advogado e diplomata.

O receptor, José Martiniano de Alencar, é um escritor brasileiro. Em 1851, fixa residência no Rio de Janeiro, exercendo a advocacia e militando na imprensa; em 1861, foi eleito deputado geral pelo Ceará, teve grande papel na política; de 1868 a 1870 foi Ministro da Justiça.

Carta nº 12

Local: Rio de Janeiro

Data: 20 de agosto de 1873

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Barão de Cotegipe

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1873.

*Illustríssimo Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Martiniano
d'Alencar*

*Tenho presente a sua carta de 5 de Julho por findo. Parece-me ella
annunciar que o clima de sua provincia natal lhe vae restaurando as
perdidas forças, o que muito me alegra.*

*A intervenção de Vossa Excelência a favor da estrada de Baturité
não é suspeita, mas legitima, e o seu juízo no mais alto valor para mim.*

*A sessão vae adiantada, e as aspirações provinciaes ameaçam tudo
complicar, á iniciativa de qualquer medida parcial, e por isso já se trata
de uma autorização, que, se passar muito aproveitará á estrada de
Baturité! Como quer que seja, fique Vossa Excelência certo de que sua
intervenção neste negócio dá-lhe para mim o cunho de interesse
público, e que farei quando esteja de minha parte para essa empresa
seja auxiliada.*

*Peço ainda que Vossa Excelência me mantenha informado sobre as
mudanças occorridas aí.*

Sou, em particular estima e consideração.

*De Vossa Excelência
Muito attento amigo e criado
Visconde do Rio Branco*

O papel social do emissor é alguém ligado à política do Brasil. O receptor além de escritor é, também um político.

O emissor enaltece a intervenção do receptor a favor da Estrada de Baturité, situada no Ceará. Em seguida, relata que os objetivos da provincia podem dificultar a iniciativa de qualquer medida parcial.

Observamos, também, que há uma troca de interesses políticos entre os interlocutores, uma vez que o emissor afirma que a intervenção do receptor na questão da

estrada representa algo de interesse público, também, ao emissor. E este fará tudo o que estiver ao seu alcance em relação à estrada de Baturité.

Pela análise, tem-se o quadro político do Brasil, ou seja, uma troca de interesses, visto que o emissor utiliza a sua influência política para conseguir aquilo que lhe é favorável, ao mesmo tempo em que se firma como aliado do receptor nas questões políticas.

A forma de despedida desta carta tem uma característica que vale ressaltar, pois sendo uma carta que envolve dois políticos proeminentes do século XIX, o fecho é formalizado por expressões lingüísticas afetivas, aspecto não esperado em uma correspondência formal. Esse dado fixa os aspectos histórico-sociais do documento, pois comprova a afetividade e a solidariedade do homem brasileiro em suas relações interpessoais, ainda que se trate de um documento formal, perpetuando, nas cartas, um traço da cultura brasileira da época.

Por meio dos elementos lingüísticos presentes na carta, principalmente, as expressões de tratamento, procuramos identificar o grau dos atos relacionais, visto que tais elementos nos permitem vislumbrar traços das relações sociais.

Sobre a correspondência, Cécile Dauphin (1995:91) assevera:

ser um termo polissêmico, ou seja, possui significados distintos. Tem o sentido de traço, indício, aquilo que corresponde ao que resta da realidade de um acontecimento; é, ao mesmo tempo, texto produzido e objeto trocado entre aqueles que se (co)respondem e designa ainda o processo de escritura, a lógica que funda os gestos e as práticas, é a correspondência entre os indivíduos que testemunha as suas trocas efetivas e intelectuais.

Uma carta é muito mais do que portadora de uma materialidade lingüística que nela contém. Seu sentido justifica a condição e o estilo de sua redação. A análise da construção da carta e a identificação de seu(s) enunciatário(s) permitem a compreensão de determinadas escolhas lingüísticas.

A carta escrita por um indivíduo é um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É por meio dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem inteirar-se uma da outra, trocam afetos, fazem pedidos, estabelecem pactos, firmam negócios comerciais, dão notícias, organizam ações, entre outros. Esse documento nos atribui a possibilidade de delinear a rede de relações sociais que une seus interlocutores.

A categoria carta não é homogênea, ao contrário, ela é portadora de uma vasta quantidade de formas discursivas distintas e uma infinidade de práticas. Isso resulta em uma grande diversidade na escolha do material lingüístico que será empregado pelos enunciadores das cartas, indo do emprego formal ao informal da língua. Tal fato nos auxilia no resgate do tipo de vínculo que une emissor e receptor.

As missivas podem referir-se tanto às correspondências oficiais e públicas, como às privadas e íntimas, aliam intenções distintas, como, troca de informações, discussões intelectuais, solicitação de empregos, pedidos de favores, entre outros, entretanto, elas apresentam traços comuns em sua constituição e prestam-se a veicular qualquer tipo de comunicação.

A valorização do gênero carta pode ser analisada sob o aspecto de que esse gênero representa uma ação de interação que espelha a mais profunda individualidade daquele que a produz. A carta de cada um retrata o papel social do homem na sociedade sem artifícios. Ao considerar este plano da atuação social como aspecto primário do conteúdo de uma carta, não implica colocar a língua em segundo plano, ao contrário, as marcas dos papéis sociais, da hierarquia dos interlocutores da carta estão representadas na materialidade lingüística desvelada na carta em que, também, encerra-se o viés histórico e sócio-cultural.

Desde a composição e normas gráficas da carta, aos códigos de expressão, títulos e formas de tratamento constituem-se como fatores interligados que consideramos fundamentais na configuração desse quadro comunicativo.

Os elementos que tipificam o esquema do diálogo nas cartas, como, uma comunicação entre amigos, nesse quadro compreende-se que a carta aparece como uma das múltiplas implicações do diálogo, a alternativa de comunicar, quando a distância não permite a conversação.

Como as cartas são consideradas paradigmas da comunicação em sociedade, merecem destaque dois traços que, de certo modo, caracterizam textualmente as cartas: a

continuidade temporal da comunicação e o igual direito dos participantes da comunicação em relação ao ato comunicativo, isto é, uma interação que é continuada e retomada pelo estímulo da sociabilidade.

Não é possível analisar o gênero carta sem levar em consideração o seu receptor. Quando há um receptor explícito ele não pode deixar de condicionar o emissor da carta no momento da escrita. É evidente que o receptor torna-se, sobretudo, razão e o limite da comunicação.

Manuela P. da Silva (1998:134) postula:

Quando aquele que escreve escolhe aquele a quem se dirige, vai naturalmente modular o seu discurso de acordo com essa escolha. E a escolha não é arbitrária, pois que num normal circuito da carta, aquele que escolhe, será virtual e posteriormente escolhido. Dessa permutabilidade de vozes (activa, passiva, activa) e de escolhas se faz, de resto, a comunicação.

O receptor efetivo é aquele mesmo a que o emissor pretende visar, dando ou pedindo informações ou, ainda, expondo idéias, opiniões, transmitindo sentimentos. De modo que, diante da afirmação da autora, podemos afirmar que o interlocutor da carta, cuja clivagem é inconsciente, alimenta o imaginário do autor da carta.

Observemos a carta (15), na qual destacaremos o papel social do emissor e do receptor, pois vale lembrar que, quando o emissor faz as escolhas lingüísticas, a fim de compor seu texto, tem como base o seu receptor.

Carta nº 13

Local: São Paulo

Data: 1853

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: ABV

Nhonhozinho

*Rogo-lhe o especial favor senão possível.
Vs^a remediar-me em 2\$000, emprestados até o mez que vem que é
quando lhe posso pagar, favor este que lhe ficarei summamente
agradecida.*

Sua Sra. ABV

A carta em análise pode representar o espaço propício para o desnudamento, para a exposição de uma necessidade essencial que é o dinheiro. Nesta situação comunicativa, o sujeito, defendido pela ausência do outro, sem o constrangimento do seu olhar, estaria mais apto a ser ele próprio, mostrando-se em sua imediatez e em sua espontaneidade.

Assim, em uma carta, em que se pede dinheiro emprestado, podemos ter uma visão mais aprofundada do seu autor. A emissora utilizaria essa carta com amigos, confidentes, companheiros com os quais mantém laços estreitos de intimidade.

O pronome encontrado na abertura da carta – *Nhonhozinho* -, conforme Maria Teresa C. Biderman (1972/73:370), *o senhor coexiste com muitas corruptelas e variantes no Brasil (nhonhozinho, nhonho, nhozinho, nhô, sô)*. *Algumas delas caracterizam a fala de negros no Brasil*.

Pela afirmação da autora, inferimos que havia, entre os interlocutores, uma relação assimétrica, pelo emprego do pronome, que poderia ser uma escrava solicitando dinheiro ao seu senhor, como também, pelo aspecto de que, no século XIX, o *status* atribuído à mulher, em relação ao homem, era de inferioridade.

A expressão de tratamento – *V.S^a* -, observada no texto da carta, no século XIX, era empregada nas relações de poder, tal forma indica respeito, hierarquia e é usada de acordo com o *status* atribuído ao receptor.

O *status* social da autora fica manifesto por meio das marcas lexicais presentes no texto, expresso pelos verbos – *rogar* e *remediar* -, segundo a acepção de Antônio Houaiss

(2001), o vocábulo - *rogar* - tem o sentido de *pedir com insistência e humildade; suplicar, implorar, instar*; e - *remediar* - *contar com recursos parcos; dispor apenas do suficiente para aliviar falta ou dificuldade*.

A emissora apresenta-se como alguém que desempenha um papel social inferior ao seu receptor. Fato comprovado pelas marcas lingüísticas da carta.

Em linhas gerais, observamos como os gêneros são responsáveis por organizar a experiência humana, conferindo-lhe sentido; referem-se aos meios pelos quais interpretamos o mundo e nele atuamos.

O gênero estrutura a ação social à medida que se torna ligação entre os indivíduos. Como ação sociocultural, qualquer correspondência endereçada a alguém, com quem estabelecemos diversos tipos de distância ou proximidade social, é determinada com base em nossa experiência sócio-discursiva, fixamos finalidades comunicativas e fazemos com que sejam alcançadas. Assim, os sistemas sociais são reproduzidos nas interações sociais. Vejamos, a esse propósito, a afirmação de Charles Bazerman (2005:84):

Os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, as idéias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde isso tudo cabe em nossa vida.

Vemos, então, que as cartas vinculam a representação da interação social que as engendrou. Elas são revividas no interior de circunstâncias que reatualizam a interação escrita.

Ao considerarmos que a carta representa uma comunicação direta entre, pelo menos, dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas, podemos dizer que ela se caracteriza como um meio fluido no qual diversas funções, relações e práticas institucionais podem desenvolver-se.

Segundo Charles Bazerman (2005), as cartas podem ter exercido uma ampla e significativa influência na formação dos gêneros, partindo do princípio de que os gêneros

nos auxiliam a interpretar os complexos meios da comunicação escrita. Reconhecemos diversos aspectos acerca da situação social e institucional, os papéis exercidos pelo escritor e pelo leitor, as idéias, a ideologia e o conteúdo do documento. Assim, o texto da carta evoca diferentes aspectos sociais que cercam a atividade comunicativa.

A língua será tomada como prática social e os usos expressivos e formais revelam que a carta, embora, historicamente, inicie por transmitir temas pessoais, revela, também, relações sociais. Tal consideração se confirma, quando verificamos que o meio social age sobre o homem, transformando-o em um ser lingüístico e ao mesmo tempo social.

Depois da interação oral, o laço social mais extenso e variado é a comunicação que se estabelece nas cartas. Elas aproximam os ausentes dos presentes, encurtam as distâncias, mitigam as saudades, adoçam o dissabor da separação, estreitam os vínculos de amizade, nutrem na alma a esperança e, ainda, depois da morte conservam-se como um monumento durável à espera da leitura de outrem, para atribuir ao texto nova vida, novo sentido e reviver o que um dia já foi vivido por outras pessoas. Este representa um dos aspectos que faz da carta um documento histórico, pois ela perdura no tempo, aguardando por alguém que possa dar-lhe vida.

Segundo Teresa S. de Almeida (1998) a carta já foi definida no século XVII, como um escrito que enviamos a uma pessoa ausente para lhe fazer saber o que lhe diríamos se estivéssemos em condições de lhe falar. Há quem diga que uma carta exige apenas um enunciatário e uma assinatura. Entretanto, é uma forma que escapa a todas as definições que lhes possa ser atribuída, pois parece ter nascido para circular entre diferentes sistemas e gêneros diversos.

A leitura e escrita de cartas constituem-se em atividades que permeiam o cotidiano das pessoas nas sociedades letradas. Representam cartas amorosas, familiares, didáticas, doutrinárias ou comerciais e oficiais. A função da correspondência é essencialmente a de transmitir informações, estabelecendo uma interlocução entre emissor / receptor, por escrito.

A função explícita deste gênero de texto sugere ao produtor uma construção sujeita a regras definidas pelo contexto e pelo receptor real; os demais leitores virtuais, principalmente, se se tratar de uma correspondência informal, nem sempre conseguem recuperar os implícitos da interlocução.

Estas questões funcionais e organizacionais representam aspectos que diferenciam a carta em relação aos outros tipos de textos. A carta é marcada pelo diálogo direto estabelecido entre emissor e receptor, de uma mensagem pontual e de características como: saudação, desenvolvimento e fecho. O desenvolvimento apresenta a marca verbal com uma determinada concordância pronominal, dependendo do grau de familiaridade entre os interlocutores. Podemos identificar, por meio dos pronomes e das expressões de tratamento, as relações sociais e interpessoais, permitindo-nos, desse modo, reconhecer o tipo de relação entre os interlocutores.

Devido à nossa vivência, Charles Bazerman (2005) afirma que, passamos a reconhecer quando um texto pertence a um ou outro gênero, geralmente, porque reconhecemos algumas características que nos sinalizam que tipo de mensagem pode ser aquela. O formato de um memorando, por exemplo, assinado por alguém que exerce uma alta função numa organização, indica-nos que se trata de um comunicado. Assim, tendemos a identificar e a definir os gêneros por essas características sinalizadoras e, depois, por todas as características textuais que virão a seguir, sugeridas pelas marcas lingüísticas do texto. Observamos, então, que essa identificação de gêneros por meio de características é um conhecimento representativo para interpretarmos e atribuirmos sentido a documentos.

Há um exemplo em que a estrutura do gênero carta de pedido possui as partes constitutivas da estrutura de um requerimento, a saber, o vocativo, o corpo do texto construído em torno do pedido, o motivo que levou o emissor a fazer tal solicitação e o encerramento do texto.

Carta nº 14

Local: São Caetano (MG)

Data: 20 de fevereiro de 1875

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Museu da Língua Portuguesa – São Paulo

Autor: Francisco Luiz

Illustrissimo Senhor

Antonio Martins Ferreira

São Caetano

Illustrissimo Senhor Antonio Martinz Ferreira

20 de Fevereiro de 1875

Estimo que tenha passado bem e todos noços de caza. constam que minha horta esta aberta de todo por isso lhe rogo pagar o Manoel Jorge para me fazer huma serca de varas no portam de terciro athe caza do Chiquinho afim dos a cão não por a caza digo não estragar a caza por de trás eu já mandei falar com o Francisco Junior para fazer isso mais pede lhe não poder fazer por isso previno quando elle [?] a elle o em parte de seu serviço epeso que não se discuide desse pois he muito preciso, Mandem 2 libras de bacalhão Seu Amigo

Francisco Luiz

O vocativo é representado pelas formas de tratamento pronominalizadas – *Illustrissimo* e *Senhor* -, estas formas indicam formalidade na interação.

O segundo período do texto inicia com a exposição de um problema do emissor e, conclui essa exposição, ao solicitar ao receptor que o ajude na solução desse problema. Em seguida, o emissor apresenta os motivos de tal solicitação e, encerra a carta com o seu nome.

Vemos, então que a estrutura desta carta assemelha-se à estrutura do gênero do requerimento, uma vez que a carta analisada é portadora dos elementos lingüísticos, e estrutura própria de uma carta de solicitação.

3.3. Formas de tratamento como marca de relações interpessoais nas cartas

As cartas exercem uma função especial na formação dos gêneros, pois para interpretar qualquer tipo de correspondência, por mais simples que nos possa parecer, como, por exemplo, propagandas enviadas pelo correio, é exigida dos leitores uma

compreensão do sistema postal, das propagandas, das malas diretas, de promessas feitas. De acordo com Charles Bazerman (2005), os gêneros nos auxiliam a participar das complexas realidades da comunicação escrita, visto que, ao reconhecermos um gênero de texto, identificamos, também, muitos elementos acerca da situação social e institucional, os papéis atribuídos ao escritor e ao leitor, as idéias, o conteúdo do documento e o espaço onde esses elementos podem ocupar em nossa vida.

Nesta perspectiva, o texto faz emergir vários aspectos sociais que cercam a comunicação humana. Tal afirmação pode ser observada nas cartas, que serão aqui analisadas, pelo fato de simbolizarem a representação da interação social que as criou. Elas podem ser revividas no interior de espaços que reatualizam e ampliam a interação de que são portadoras. Conforme afirma Charles Bazerman (2005:87), *a manutenção e ampliação dos laços sociais modificaram as relações estabelecidas através das cartas para além do formal, em direção ao pessoal.*

Em virtude de seu amplo uso, podemos considerar a carta, em vista de ser produzida para mediar a distância entre dois indivíduos, como um espaço de interação social. As relações e os acordos, que fazem parte das correspondências, são apresentados para o leitor e o escritor por meio das saudações, dos conteúdos e dos fechos que passam a definir posições sociais. Nesse aspecto, as cartas podem descrever de modo explícito a relação entre os interlocutores e a natureza da negociação.

Na carta abaixo, atentar-se-á à língua como objeto que adquire a feição dos homens que a empregam e da época em que é utilizada.

Carta n° 15

Local: Rio de Janeiro

Data: 25 de fevereiro de 1876

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz

Autor: Francisco Otaviano Almeida Rosa

Meu caro Doutor

Minha filha Alice, desejando poupar-lhe maior incommodo, veio comigo ao seu escriptorio consultalo sobre um regimen e tractamento a seguir em Friburgo para onde deve partir terça feira. Como não tivemos a fortuna de o encontrar, eu e ella lhe pedimos o obsequio de deixar aqui por escripto a hora e dia, em que você pode ir vê-la á rua Santo Ignácio, chácara n° 15, Cattete. A hora que Vossa Senhoria marcar estará o carro á sua espera no lugar que nos indicar. Ouso pedir-lhe brevidade; por causa da viagem, a qual se tornou urgente pelo estado de saúde de minha senhora e de um filhinho.

*Todo seu
Amigo obrigado criado
Francisco Otaviano*

76 – fevereiro 25

O emissor emprega formas de tratamento de 3ª pessoa, esse uso, na segunda metade do século XIX, época em que a carta foi escrita, concorria com o uso de 2ª pessoa, embora o emprego que predominava no Brasil eram formas de tratamento de 2ª pessoa.

Vale lembrar que no Brasil a substituição de *tu* por *você*, como formas de tratamento íntima e familiar, ocorreu na passagem do século XIX para o XX. Por isso, no *corpus* sob análise, a forma *você*, embora seja encontrada, é menos freqüente.

Cabe observar que o emprego da forma pronominalizada *você*, empregada pelo emissor, implica uma certa aproximação entre os interlocutores, entretanto, ao prosseguirmos a leitura da carta, deparamo-nos com o emprego da expressão de tratamento *Vossa Senhoria*, expressão essa que à época era própria de relações formais.

O uso da forma *você*, como forma de tratamento de maior intimidade, mescla-se com um uso de uma forma mais respeitosa de tratamento *Vossa Senhoria*, esse fato vai ao encontro da afirmação que a língua vai ganhando os contornos da sociedade brasileira da época, marcada pelo uso de uma modalidade mais espontânea da língua, aspecto verificado por meio dos elementos lingüísticos, em especial pelas formas de tratamento.

Nesta carta, observamos a construção da relação entre os interlocutores em um momento de transição dos costumes brasileiros, fato constatado por meio da língua, pois,

ainda que tenha sido instaurado na carta um contato formal entre os interlocutores, verificamos a utilização de forma de tratamento informal.

Neste momento, importa observar a relação entre os papéis estabelecidos na carta sob análise e as formas de tratamento da língua e como a linguagem é um componente essencial no desempenho do papel social.

Quanto a questões sociais, culturais e aos padrões de comportamento vigentes, na segunda metade do século XIX, a carta selecionada, no próximo exemplo, mostrar-nos-á como esses aspectos interferem na língua empregada pelo emissor ao construir seu texto.

Carta nº 16

Local: São Paulo

Data: 5 de julho de 1864

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: José Bonifácio

Exm^o Amigo,

O portador d'esta é o Mm^o Senhor Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, que pelas suas distintas qualidades é digno de toda estima e consideração. Espero que V.Ex^a lhe prestará todos os favores possíveis, dando-me assim o direito de acrescentar mais um título de gratidão à tantos que se ligam á V.Ex^a

Sou como sempre

*5 de Julho_
-1864-*

V. Ex^a

Amigo e Collega

J. Bonifacio

Verificamos que, além dos elementos constitutivos da carta, como, emissor que se dirige ao seu receptor por meio de um documento, cujo conteúdo contém uma recomendação da pessoa do Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, há, também, aspectos sociais que envolvem o ato da comunicação, como, posição social dos interlocutores, papel

social que exercem na sociedade, simetria na relação; e aspectos culturais, como, valores morais do emissor, padrão de comportamento.

A carta é constituída pelo vocativo – *Exmº Amigo*. O nome do receptor não é explicitado no vocativo, de modo que não sabemos a quem a carta é dirigida. Embora o nome do receptor não tenha sido revelado, pelo uso do tratamento *Exmº Amigo* podemos inferir que se trata de uma pessoa que faz parte do convívio do emissor, como também esse uso revela o respeito na relação e o papel social desempenhado pelo receptor.

A carta é organizada em torno de um pedido. Em primeiro lugar, o emissor apresenta o portador da carta, que se refere à pessoa que se beneficiará com o pedido – *Mmº Senhor Dr. José Avelino Gurgel do Amaral*. Ao apresentá-lo ao receptor, o emissor utiliza as seguintes formas de tratamento – *Mmº Senhor* - e, ainda, o título de *Doutor*. Tais formas indicam que o portador da carta tem um *status* bem definido na hierarquia social, pois é alguém que mantém relações de amizade com o emissor, José Bonifácio, ministro.

O receptor receberá algo em troca, se o pedido for atendido; a ele será acrescentado mais um título de gratidão. Isso deverá ser considerado, uma vez que o pedido parte de um ministro, homem de confiança do imperador do Brasil.

Os valores culturais e os padrões de comportamento do emissor são dados desvelados pela recomendação feita a um amigo para outro amigo, pois solicita ao receptor que se cumpra a função de prestar favores à pessoa recomendada pelo emissor.

Ao término do texto, há uma expressão para a despedida, o nome do emissor e a data em que o documento foi escrito, inserindo a carta no âmbito da história.

Quando se investiga a relação entre os papéis sociais dos envolvidos, em uma interação comunicativa, e a modalidade lingüística adequada para representá-los, não podemos deixar de lado as formas de tratamento, ou seja, a maneira por meio da qual os interlocutores se tratam e o que pode representar na interação a escolha de uma forma em detrimento de outra disponível na língua.

Concebemos o conceito de papel social de acordo com Dino Preti (2000). Na visão do autor, cada indivíduo tem uma posição dentro de um grupo social, mas pode pertencer a vários grupos, pode ocupar também várias posições sociais.

Assim, o papel social será concebido neste trabalho como a maneira de o indivíduo estabelecer sua correlação com outros indivíduos.

Carta nº 17**Local:** Barbacena**Data:** 18 de dezembro de 1867**Tipo de Texto:** carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** Gabriella*Meu querido e prezado filho**Barbacena 18 de D_{bro}, de 1867**Pesso te que me mandes dizer como tens passado, pois há hum tempo que não recebo carta tua e ando cuidadoza julgando q. esta falta seja por moléstia tua e de minha filha e netos.**Meu filho eu graças à Deus na perto de 3 semanas tenho passado bem, e estou nutrindo, creio que devido a não ter mtas inquietações de Espírito, Deus queira q. em Maio a enfermide. Não volte com força. Envio saudes. A minha filha, e Netos q. mto amo.**Antonio e Adelaide estao bons, e mto se te recommendas e a Adelaide e beijao aos sobrinhos, os dois pequenos delles não te criando, mas a Martinzinho sempre ciente, manda-me dizer se ja batizaste a menina, quem são os padrinhos, e como ella se chama. Responde a tua May q. tanto te ama e sente tanto a falta de noticias tuas e da familia.**Adeus meu querido, mande me dizer se minha Affilhada, José e Martins estão apprendendo.**Recebe saudes. Do Barão de Prados, q. mto te estimas, e fala em ti.**Adeos ainda outra vez, e recebe a benção que bem de coração te manda.**PS**Tua May, e amiga**Saudes. De Adelaidinha**i Henriqueta**Gabriella*

O emissor é uma mãe que envia uma carta a seu filho, pedindo-lhe notícias, pois há algum tempo não recebe carta desse filho. Está apreensiva e julga que o interlocutor ou alguém de sua família esteja com problema de saúde.

A emissora mostra-se ao receptor uma pessoa sensível, adoentada. À medida que o texto progride, vai sendo delineada a figura de uma mãe vítima, quase implorando pela atenção de seu filho. Ao descrever o seu estado, faz, de alguma forma, uma chantagem emocional com o receptor. A emissora pede a Deus que a enfermidade não volte a incomodá-la no mês de maio, pois há três semanas tem passado bem.

Por meio das marcas lingüísticas, esboçamos a relação entre os interlocutores. De um lado, a emissora exerce o papel de vítima da própria vida, dedicada à sua família, ao implorar por notícias acerca do receptor, ao mesmo tempo em que dá autoridade ao seu pedido, afirmando que está debilitada e, assim, anseia por atenção; por outro lado, o receptor é um filho, que estando longe de sua mãe, pouco se dedica a esta.

No final da carta, ao reiterar seu pedido, quase suplica ao receptor que lhe envie uma carta para lhe dar notícias sobre ele e sua família.

Trata-se de uma carta de circulação particular, em situação informal. A informalidade pode ser defendida ao menos nas formas de tratamento com que o emissor se dirige ao receptor. As expressões de carinho e saudade revelam uma relação que não comporta o distanciamento típico entre os interlocutores quando em assimetria.

O uso da segunda pessoa do singular marca a afetividade na relação. Verificamos, então, que a forma *tu*, empregada pelo emissor, denota intimidade em relação ao papel social desempenhado pelo receptor.

Assim, visualizaremos na carta em exame alguns aspectos, como, os papéis sociais, o *status* atribuído aos interlocutores, a questão da hierarquia social, ou seja, fatores que convergem para determinação do gênero como espaço histórico de interação lingüístico-social e de prática institucional.

Carta n° 18

Local: São Paulo

Data: 29 de junho de 1865

Tipo de Texto: Carta de pedido

Autor: Não revelado

Mm^o Exm^o Sem^o Consellheiro D^or. Jose Bonifácio de Andrada

Iguape 29 de junho de 1865

Estimadissimo Parente e am^o

Como sigo amanhã para S. Paulo tratar de fazer o meu exame, para Professor da 2^a Cadeira de 1^{as} Letras desta Cidade, por isso rogo a V. Ex^a, empenhar-se por mim ao Presidente da Província para que eu obtenha a escola e pesso igualmente que se empenhe por mim aos seus amigos, para que tenham benevolencia comigo no meu exame para saber approved. Conto me com esta protecção de V. Ex^a, e terá a bondade, de sem falta alguma escrever me p^a S. Paulo as cartas a mim dirigidas, que eu lá no correio as procurarei. Deseja as cartas a mim que eu as entregarei a seus amigos. Desejo-lhe saude e conte sempre com um seo correligionário e sou

De V. Ex^a

Parente am^o obr^o

Jose Bonifacio de Andrada

O emissor emprega, no vocativo, expressões pronominalizadas de tratamento e títulos ao seu receptor que afluem para uma interação permeada pela formalidade. O uso das expressões de tratamento, no vocativo, – *Meritíssimo* e *Vossa Excelência* – está autorizado para o tratamento de pessoas que ocupam cargos nas esferas Estadual ou Federal.

A carta veicula um pedido que beneficiará o próprio emissor, pois este prestará um concurso público para professor e pede para que o receptor intervenha em sua aprovação. O conteúdo da carta, portanto, é sigiloso.

Pelas formas de tratamento e títulos utilizados logo no início da carta, torna-se claro que o receptor é um homem, cujo *status* social é elevado, ocupando um lugar de destaque

na hierarquia social. Entretanto, os interlocutores mantêm uma relação próxima, pois só se faz um pedido com contornos ilícitos para quem se confia e para que isso ocorra, antes, deve haver laços íntimos entre os participantes da interação.

No fechamento da carta, a nossa hipótese, em relação à proximidade entre os interlocutores é confirmada, pois o emissor emprega o substantivo *parente*, tornando evidente a relação entre os interlocutores.

Por meio do léxico que compõe o texto, encontramos os verbos *–rogo*, *peço*, *conto*, *empenhar*. O emissor não apenas *pede* um favor, mas *roga* no sentido de suplicar, implorar, insistir por aquilo que ele julga ser premente em sua vida. Ao manifestar que *conta com a proteção do receptor*, o emissor espera pela ajuda e apoio do seu receptor, de quem também pede *proteção*, ao fazer tal solicitação, coloca-se em uma posição de quem exerce menos poder e, assim, pede resguardo, guarita.

No final da carta, o emissor, após reiterar seu pedido, propõe ao receptor uma troca de favores, se concedida for sua cadeira de professor, coloca-se à disposição do receptor, além de posicionar-se como correligionário, marca lingüística essa que reforça a posição política ocupada pelo emissor da carta.

No contexto em que a carta foi produzida, inferimos que a posição social do receptor fica bem definida em todo corpo da carta. Por exercer um papel social político, goza de certos benefícios do Governo, fato que induz o pedido feito pelo emissor.

A posição social do receptor, bem como a solicitação da carta, inspiram no emissor as cortesias e as reverências dirigidas ao seu interlocutor.

Observamos que o estudo da carta relacionado à proliferação dos gêneros textuais representa um meio de se trabalhar com a língua em seus mais diversos empregos no dia-a-dia, pois tudo aquilo que realizamos lingüisticamente estará caracterizado como um determinado gênero.

Vimos que as expressões de tratamento revelam marcas essenciais ligadas à estrutura social na interação dos interlocutores das cartas que constituem nosso *corpus*.

Foi também possível resgatar, por meio das análises, que o *status* de cada membro, envolvido na interação da correspondência, define as regras que cercam a interlocução,

como se houvesse um acordo tácito entre os interlocutores. Assim como vimos que o *status* social é fator determinante nas escolhas lingüísticas dos participantes de uma interação escrita.

Um estudo aprofundado das formas de tratamento pode ser feito sob duas perspectivas. A primeira, como uma abordagem histórico-social, que se fundamenta nas mudanças ocorridas na estrutura social; e a outra, seria voltada à intencionalidade do locutor, que o leva a certas escolhas no momento da interação.

Ao voltarmos-nos aos aspectos histórico-sociais, vemos que o uso da forma – *você* - intensificou-se, na segunda metade do século XIX, época em que essa forma pronominalizada concorria com a forma – *tu*-. Em um contexto de uso, ambas as formas eram empregadas em uma mesma situação de informalidade entre os interlocutores, entre os membros de uma família, entre amigos, ou seja, entre iguais em uma escala social, e mesmo em um contexto de formalidade tais formas já se tornavam aceitas. E, assim, a forma *tu* foi, paulatinamente, cedendo seu lugar ao emprego do *você*.

Em oposição às formas –*tu* e *você* -, a expressão –*Vossa Mercê* – representava, em meados do século XIX, uma forma de tratamento empregada em ocasiões de extrema formalidade, entretanto, a essa época, seu uso já era restrito.

Maria Teresa C. Biderman (1972-73:364) assevera:

Até meados do século XIX ‘você’ circunscreve-se ao trato do superior ao inferior, a saber: 1) critério de idade (pais a filhos, tios a sobrinhos); 2) de posição (magistrado a cidadãos comuns, professor a aluno); 3) iguais não íntimos ou de relação assimétrica (homem e mulher, quando primos).

Embora o uso da forma *você*, em meados do século XIX, fosse registrado em situações de informalidade e intimidade, verificamos o seu emprego, ainda, embrionário, tanto nas cartas que expressavam uso formal da língua como naquelas com tom informal. O que nos leva a pensar que o seu uso, àquela época, restringia-se mais às interações verbais do que às escritas.

A carta que será examinada traz, no encerramento, a forma *–Vossa Mercê*. Nosso objetivo será o de observar o contexto sócio-histórico dessa carta, a fim de percebermos o motivo que levou o emissor a empregar tal forma de tratamento.

Carta nº 19

Local: Rio de Janeiro

Data: 21 de fevereiro de 1856

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: José Luiz

Secretaria de Policia da Corte

21 de Janeiro de 1856

Remetto lhe uma ambulância com os medicamentos do costume para o tratamento dos cholericos da Ilha do Governador; e sendo precisos mais alguns objectos para essefim, com a sua requisição serão em viados. Rogo-lhe não faltar medicamentos aos cholericos.

Deos guarde a Vossa Mercê

José Luiz

Senhor Doutor Antonio de Souza Gomes, encarregado dos doentes da Ilha do Governador.

Esta carta tem como tema central um aviso, pois informa sobre a remessa de medicamentos que a Secretaria de Polícia envia ao médico para tratamento dos coléricos e, também faz uma solicitação para que não falem medicamentos a esses doentes.

Não há vocativo na correspondência. A carta inicia somente com a designação da secretaria remetente. No corpo do texto, o emissor marca a presença do receptor, ao empregar os pronomes de terceira pessoa *–lhe e sua -*, embora não fique claro, no corpo da carta, a quem o emissor destina a correspondência.

Tais fatos registrados na carta atribuem a ela impessoalidade tanto de quem a envia, como daquele que a receberá. No fecho da carta, há uma menção ao receptor, com a expressão – *Deos guarde a Vossa Mercê*, seguindo o nome do emissor e do receptor. O tom de impessoalidade que havia no corpo da carta é substituído no final com essa expressão, imputando à carta um tom mais pessoal.

O fato de o emissor empregar a forma de tratamento *Vossa Mercê* no encerramento da carta, confere o respeito e distância na relação, visto que na perspectiva de Maria Teresa C. Biderman (1972/73), a forma *Vossa Mercê* indicava não intimidade, distância ou respeito e superioridade.

Trata-se de uma correspondência oficial, pois a carta cumpre a função de avisar sobre a remessa de medicamentos feita por um órgão público e, também, apresentar um pedido desse mesmo órgão. Nesse tipo de interação o que importa não são os laços afetivos, mas, sim, o cumprimento de uma tarefa.

Os pronomes ou expressões de tratamento são selecionados pelos interlocutores em uma interação escrita. É evidente que existem razões que os levam a empregar determinadas formas de tratamento, excluindo outras. Essas escolhas são pautadas pela imagem que o autor tem de seu leitor, isto é, de um lado, como o emissor posiciona, hierarquicamente, o seu receptor em relação a ele – emissor -; de outro; em função do papel social exercido pelo interlocutor na sociedade.

A linguagem é um fator essencial na atuação do papel social, pois é por meio da língua que revelamos, em determinada situação de interação, aspectos ligados à posição sociocultural, ao grupo social de que fazemos parte, à faixa etária a que pertencemos, ao nível de escolaridade, ao lugar onde residimos, à profissão em que atuamos entre outros.

O uso de certas formas de tratamento é estabelecido, também, por fatores da esfera social, como, intimidade, formalidade, informalidade, polidez, afetividade, poder, hierarquia, reverência. Fato verificado, principalmente, nas correspondências, em que os vocativos são atualizados em uma diversidade de expressões de tratamento, devido à relação instaurada entre os participantes da interação; no texto de uma carta essa questão também pode ser avaliada e, por último, nas despedidas.

As formas de tratamento, na língua portuguesa, podem ser representadas por alguns tipos de palavras ou expressões:

- formas pronominais: *tu* e *vós*;
- formas pronominalizadas: *você*, *senhor*, *Vossa Excelência* e variações;
- formas nominais: *nomes próprios* ou *nomes empregados como vocativo*.

Vemos que, nas cartas, a escolha de qualquer uma dessas formas está ligada às relações entre *status* sociais e os papéis sociais que os atualizam. Essa escolha também está relacionada à dinâmica das transformações sociais. De forma que qualquer escolha das expressões de tratamento feita por um indivíduo em uma interação irá marcar o *status* social de seu interlocutor.

Assevera Maria Teresa C. Biderman (1972/73), que há uma visão da sociedade polarizada entre duas forças: o poder e a solidariedade. O poder foi a força dominante das formas de relações sociais no passado.

No exemplo (19), verificaremos a questão de poder entre os interlocutores.

Carta n° 20

Local: Rio de Janeiro

Data: 27 de fevereiro de 1852

Tipo de texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Maria Antonia Ignacia de Silva

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martim Francisco de Andrade

Como a minha modéstia me prive o hir os pés de Vossa Excelência e das Illustríssimas Minhas Senhoras e já vou ficando por empolitica. Vou por esta aos pés de Vossa Excelência a dar os parabéns do despacho do Excelentíssimo Senhor Joze Benifacio eas Illustríssimas Senhor as eestimarei que Cada vês Conte maiores felicidades e Com boa saude que he quanto lhedezejo Também me dizem he chegado o Senhor Antonio Carllos estimarei viesse com saude agradesso' a Vossa Excelencia meu filho hir jo comalgum emcarego que ainda não sei para o que foi porem fico certa que Vossa Excelência se ade Lembra delle Como quem he e das em justicias que lhefes o seu chefe sem motivos

alguns os quais se a de ver a seu tempo, agora participo a Vossa Excelência que chegou a portaria do Rio de Janeiro para eu ser paga por esta Captamia e ser paga dès do dia que Bachou o decreto que foi a 16 de Janeiro de 1851 que já fes treze mezes a ordem foi para a Junta agora para eu ser feles he perzizo opatrosino de Vossa Excelência para meman dar pagar eos atrazados que me vejo bem alCansada que sode despeza o procurador tenho que dar sento e sinco enta e seis milRe eu sem amparo algum so' comdespezas que te esta somana pasada arematarão a minha escrava [sem] [risco] que perdi esta Conta eadespeza que Conela fez sem co bra o montefio há dois mezes Veja Vossa Excelência Como eu retarei custo eu doente de hú pe sem poder dar hú paso toda minha felicidade decho na porteção ereta Jus tisa com que pratica comtodos enquanto mais eu que a tenho espre mantado espero que Vossa Excelência me detrimina muitas oCau Zians demostre que sou D e Vossa Excelência amaisalenta e Vene rado ra Criada.

Dona Maria Antonia Ignacia de Silva

P.S. 27 de fevereiro de 1852

O receptor da carta, Martim Francisco de Andrade, exerceu a função pública de Presidente de Câmara dos Deputados de 1842 a 1843.

Em linhas gerais, a carta é constituída por um emissor do sexo feminino, o receptor um homem que ocupa o *status* social de político. Esse aspecto já fixa o primeiro indício de assimetria na relação entre os interlocutores, levando-se em conta o papel social da mulher no século XIX, pessoa que estava em posição inferior à do homem.

A emissora dirige-se ao receptor para, em primeiro lugar, expor um pedido implícito que beneficiará o filho dela; em seguida, apresenta o pedido principal que a levou a escrever a carta, solicita ao receptor que intervenha a seu favor, para que ela receba uma quantia em dinheiro, pois espera por esse pagamento há treze meses.

Por reconhecer o *status* social do receptor, a emissora recorre a ele, como um político que poderá ajudá-la a resolver seu problema.

O contexto da carta explicita traços do aspecto sociocultural da emissora, o que nos induz à afirmação de que ela possui um baixo nível cultural, fato que fica inscrito no modo como ela utiliza a língua. Presumimos que o ato de escrever não é um hábito corriqueiro para a autora da carta, pois há alguns aspectos no texto que denunciam um produtor pouco afeito ao ato de escrever. Esses traços são marcados pela segmentação das palavras regulada pela fala, alterações gráficas, omissão ou acréscimo de letra, que podem ser entendidas como o reflexo da pronúncia e, outros aspectos que tornam claros a pouca familiaridade com a forma escrita das palavras. Fazem parte desse caso os seguintes exemplos:

A segmentação das palavras é feita da maneira que o falante a emprega em sua fala, como observamos nos exemplos abaixo:

1. *empolitica* → em política
2. *eas* → e as
3. *lhedesejo* → lhe desejo
4. *comoalgum* → como algum
5. *ade* → há de
6. *em justicias* → injustiças
7. *lhes* → lhe fez
8. *dês do dia* → desde o dia
9. *meman dar* → me mandar
10. *sode* → só de
11. *sentoe sinco enta e seis milre* → cento e cinquenta mil réis
12. *comdespezas* → com despesas
13. *eadespeza* → e a despesa
14. *conela* → com ela
15. *co bra* → cobrar
16. *ereta Jus tisa* → e reta Justiça
17. *comtodos* → com todos
18. *espre mantado* → experimentado
19. *ocau zians* → ocasiões

20. *amaisalenta* → a mais alenta

21. *vene rado ra* → veneradora

O descuido na grafia das palavras é reflexo dos hábitos articulatórios, infiltrados na escrita. Aspecto evidenciado nos exemplos que se seguem:

1. *hir* → ir

2. *Benifacio* → Bonifácio

3. *eestimarei* → estimarei

4. *vês* → vez

5. *cheguado* → chegado

6. *agradesso* → agradeço

7. *emcarego* → encargo

8. *pagua* → paga

9. *bachou* → baixou

10. *ser feles* → ser feliz

11. *perzizo* → preciso

12. *opatrosino* → o patrocínio

13. *sode* → só de

14. *somana* → semana

15. *retarei* → reterei

16. *hú* → um

17. *detrimina* → determina

18. *hir os pés* → ir aos pés

19. *porteção* → proteção

20. *que te esta somana* → que até esta semana

Como mencionamos, todas essas ocorrências convergem à questão que nos induz a traçar o perfil sociocultural da produtora da carta, por um lado, alguém que ocupa uma posição social inferior ao seu receptor. Por outro lado, uma mulher com baixo nível

cultural. Porém, ao se reportar ao interlocutor, emprega a forma de tratamento adequada ao papel social desempenhado por ele.

O vocativo é representado pelas formas de tratamento – *Illustríssimo, Excelentíssimo, Senhor* –, instaurando formalidade e assimetria na relação.

Percebemos que em nenhum emprego das expressões de tratamento, mesmo no corpo da carta, a autora usa abreviações para essas expressões. De acordo com J. I. Roquette (1997:272), *às pessoas de maior hierarquia escreve-se sem abreviaturas, tudo por extenso, inclusive o tratamento.*

Ao fazer uma solicitação ao receptor, observamos que a emissora consegue definir tanto o seu *status* social como o de seu receptor, e, assim, consegue adequar a sua linguagem à interação, no que diz respeito ao emprego das formas de tratamento. A emissora tem internalizado que o seu discurso deve se ajustar à situação comunicativa. Isso incide na situação que cerca o ato comunicativo e, também, no respeito da emissora pelo receptor, devido ao papel desempenhado por este na sociedade.

O tratamento entre as classes e os membros de uma parceria comunicativa obedece à relação de poder, e como vimos nesta carta, a relação de poder sendo prevalecida, a assimetria pôde ser claramente identificada na carta pela ocorrência de determinados pronomes.

A língua marca a diferença das posições hierárquicas pelo uso assimétrico dos pronomes e/ou expressões de tratamento; é patente que, ao verificarmos nas cartas tais aspectos, podemos afirmar que a estrutura social e os padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade, como se fosse um acordo, fixam, em uma interação, a escolha de determinados tratamentos entre os interlocutores.

A enunciatória encerra a carta apenas colocando seu nome, seguido do pronome – *Dona*. Na afirmação de Carmen D'Ávila (1892), quando nos referimos a uma mulher, devemos sempre lhe antepor o pronome – *Dona* – ao nome, como sinal de respeito ou quando ela exerce somente as funções do lar.

Outro aspecto a ser levantado é quanto à posição das elites, pois estas querem deixar marcada a sua posição social superior em relação às demais camadas sociais, determinando, inclusive, o modo de serem tratadas em sociedade. Essa imposição camuflada da elite é percebida pelos empregos das formas de tratamento.

Segundo Maria Teresa. C. Biderman (1972/73), a sociedade dividida em classes faz questão de cultivar uma etiqueta que deixe marcada a diferença entre a elite e a massa.

A elite, em nome de marcar a sua diferença entre as classes sociais menos privilegiadas, regula condutas e posturas no convívio social. Tal diferença, em favor da civilidade e da etiqueta, deu início a uma normatização de comportamentos na vida social, inclusive a língua foi sendo moldada e regulada para atender a essa posição social superior da elite.

Nesta direção, o desempenho de um mesmo papel social pelo emissor e receptor induz a uma interação escrita mais espontânea, simétrica, ainda que os envolvidos nessa comunicação escrita exerçam funções na esfera do Governo Federal ou Estadual, ocupando posição de evidência na hierarquia social.

Para ilustrar que a relação de proximidade, entre os interlocutores, prevalece em uma correspondência de cunho político, tomaremos a carta (20).

Carta nº 21

Local: Rio de Janeiro

Data: 23 de janeiro de 1871

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa

Autor do Texto: Salvador Antonio Moniz

Amigo Ruy,

Rio, 23 de Janeiro de 1871.

Satisfaço a tua encomenda enviando-te a reforma Judiciária impressa em um folheto. Creio que achará ainda oportunidade pois as férias do foro estende-se além do dia 2 de Fevereiro. Não vão os regulamentos pois ainda não existem impressos aqui e porque não fazes grande empenho em tel-os, mas logo que apparecer encomendarei a meu mano Pedro para te enviar.

Aqui cheguei no dia 19 as 8 horas da manhã depois de ter partido d'ahi a 16 as 3 horas razão porque não te fui ver como havia prometido

caso não chegasse o vapor. Parto para São Paulo a 26 do corrente e ahí fico ao teu dispor. Um grande favor te peço, escreva-me e não me poupe para nada, pois sabes que sou teu amigo e estou prompto a servir-te com grande prazer.

Estimarei que o Doutor João Barbosa continue a gozar saúde e desejo que apresentes os meus respeitos a Excelentíssima sua irmã.

Aquí fica ao teu dispor.

O amigo verdadeiro do Coração.

Salvador Antonio Moniz

P.S.

Commuinique-me imediatamente as accurencias do processo do divorcio.

O conteúdo da carta constitui-se de dois temas; o primeiro refere-se à remessa de impressos com a reforma judiciária, cujo receptor é Ruy Barbosa; o segundo a uma solicitação.

A interação é mesclada pelas 2^a e 3^a pessoas, quase em toda a carta o emissor empregou pronomes e verbos em 2^a pessoa, entretanto, no penúltimo parágrafo, usa o pronome possessivo *sua* de 3^a pessoa.

O vocativo fixado pela forma nominal – *Amigo Ruy* - e o uso do pronome – *tu*- incidem a uma interação em que prevalece o aspecto informal, ou seja, uma relação simétrica, pois as posições sociais dos interlocutores são semelhantes e, ainda que se utilizem da carta para resolver assuntos políticos a relação de proximidade prevalece.

O material lingüístico em comunhão com o contexto da carta revela que há, entre emissor e receptor, um contato pessoal que perpassa a relação profissional, quando reconhecemos estreitos laços de amizade entre ambos.

José L. Monteiro (1994) assevera que nos fica claro que os pronomes não se submetem a regras rígidas derivadas de princípios estruturais da língua. Em nossa visão, o que preside à seleção e combinação de formas pronominais é menos um conjunto de regras

de estruturação sintática do que os tipos de relação social e as inferências intersubjetivas, mutáveis de instante a instante. À medida que varia o modelo desses relacionamentos, tenta acomodar-se também, como se estivesse girando em sua órbita, todo o sistema dos pronomes pessoais.

Retomaremos a carta nº 6, a fim de observarmos que o emprego de certos pronomes de tratamento, em uma interação escrita, permite que identifiquemos as mudanças ocorridas no emprego desses pronomes no decorrer do tempo, fixando as alterações ocorridas no uso da língua portuguesa no Brasil.

Carta nº 6

Local: Barbacena

Data: 22 de setembro de 1867

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Gabriella

Meu querido filho e amigo

Barbacena, 22 de S.bro de 1867.

Tenho-te escripto não sei se tens recebido minhas cartas esta vai por intermedio de Vicente, e por intermedio desse deveras responder-me pois he o meio mais seguro. Dezejo saber se fizeste feliz viagem chegaste com saude encontras-te minha filha e netos com saude, portanto peço-te que me diz noticias tuas e de todos. Mas a quem de coração abraço e lanço minha benção, e também a minha affilhada a qual espero esteja apprendendo.

Meu filho eu continuo a sofrer bastante mas o meu sofrimto não podera ter melhora sem quando o meu coração de May tiver sucego e vir meos filhos mto ligados, e mto amigos, e isto pesso a Deus constante, e esperando sempre ser ouvida.

Recebe tu e Adelaide saúdes de Antonio e de Adelaide os pequenos estão bem. Participo te que fico na caza q. Antonio vai lugar p^a mim p^a

*outra maior, Antonio pediu as razões q. lhe dei p^a dezejar maior so
estou velha impertinente tenho escravos quero ter sucego o q. não se
pode ter murando [?] duas familias e alem disso a caza com q. fico he
mt^o. Barata pago 17.000 por mez e tenho mt^o bons vizinhos.*

*Adeus meu mt^o prezado filho recebe as saudes. E a benção q de
criação te envia.*

Tua may e fiel amiga

Gabriella

PS

*Saude. A Antonio Anninha
e a Maria Barbosa se estiver em
S. Paulo Adelaidinha envia saudes.,
a todos os meninos e a vocês*

As formas de tratamento – *tu* e *vocês* –, empregadas na carta em exame, traçam um perfil de algumas mudanças no uso dessas formas. Conforme Célia R. dos S. Lopes & Maria E. L. Duarte (2003), na passagem do século XVIII para o XIX, há um aumento do emprego do *tu* em situações comunicativas, o emprego da forma *você* ainda é pequeno. Ainda segundo as autoras, a forma gramaticalizada *você* invade paulatinamente o sistema pronominal no final do século XIX.

Pela análise da carta, torna-se perceptível a alteração no emprego das formas pronominais, pois há a coocorrência das formas *tu* e *vocês* no mesmo texto para referir-se ao receptor.

3.4. Modalizadores: nível de envolvimento do emissor na carta

Vimos como o gênero carta é, na concepção de Luiz A. Marcuschi (2005), de natureza sócio-comunicativa, visto que a sua sedimentação ocorre por meio de práticas sociais desenvolvidas para atingir propósitos comunicativos.

No universo do gênero carta, observamos como as formas de tratamento desenvolvem a sua função de demarcar os papéis sociais, o *status* dos participantes da interação, estabelecendo, assim, o tipo de envolvimento entre os interlocutores.

Sabemos que a classe dos advérbios modalizadores, sendo bastante ampla, expressa diferentes valores em um enunciado, mas a sua característica fundamental é expor de modo, às vezes, velado, algum tipo de manifestação do falante na definição do valor do enunciado que ele produz.

Partindo dessa concepção de modalização, observaremos, no texto das cartas, se o uso, o não uso ou o uso excessivo dos modalizadores está vinculado ao tipo de interação estabelecida pelo emissor e receptor; à situação comunicativa ou à proximidade dos interlocutores. E, ainda, quais os tipos de modalizadores são mais comuns nas correspondências.

Partiremos do pressuposto de que os modalizadores definem a marca dada pelo locutor a seu enunciado. O aspecto de envolvimento ou de distância do emissor, em relação ao seu ato comunicativo, é sentido pelo receptor e tal processo pode ser recuperado por meio dos modalizadores que o emissor emprega.

Segundo Maria Helena de M. Neves (2000:244),

Os advérbios modalizadores compõem uma classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria lingüística.

Entendemos que a presença de modalizadores em um discurso cumpre o propósito de fixar uma atitude do locutor em relação ao que ele fala. Essa atitude pode ser representada por modalizadores que se associam a outros termos do enunciado para marcar a ênfase ou para delimitar um pensamento, por meio de termos que reflitam essas idéias.

Ao afirmarmos que os modalizadores se relacionam a outros termos, essa idéia está vinculada ao fato de que em uma análise lingüística não podemos considerar as palavras de modo isolado, uma vez que, dependendo das relações entre elementos da frase, são possíveis várias construções em uma língua.

Observaremos com que propósito o emissor emprega os modalizadores na carta a seguir.

Carta nº 22

Local: São Paulo

Data: 14 de junho de 1885

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor do Texto: J. Couto de Magalhães

Sociedade de Imigração de S. Paulo

S. Paulo, Brasil, 14 de junho de 1885

Ilmº Exmº Senº Senador José Bonifácio

A Sociedade de Imigração de S. Paulo pede a V. Excia. e aos outros senhores Senadores de S. Paulo, se dignasse [?] esforçar-se p^a que seja votada na presente sessão a lei da reforma das execuções hypothecarias, projecto em que já se acha adiantado no Senado.

Tomo a liberdade do pedido a V. Excia., que se digne encarregar-se de appresentar ao Senado, a representação inclusa que a mm^a Sociedade lhe dirige.

Se a conversão do trabalho escravo é livre é, como ninguém póde contestar, a mais urgente das aspirações nacionaes, não se concebe como Estado difficile a circulação do capital terra e bens de raiz diminuindo assim tão consideravelmente o seu salarº, já deixando de votar a lei de execuções, já conservando imposto de 6% p^a a transmissão de propriedade. Na Inglaterra, onde o aluguel do numerário custa 2%, faz-se actualmente uma propaganda [?] para

abolir o imposto de meio % na transmissão do imovel, meio % que reputam 1% um erro econômico e uma extorsão. Aqui onde a terra esta indivisa, com pequeno valor, onde o preço do aluguel do numerário é de 9%, exigimos 6% de imposto de transmissão! Como não é possível porem tratar de tudo, pedimos os esforços de V. Excia. Um favor da medida que já se acha adiantada.

Sou com maior respeito:

D. V. Excia.

Discipulo Servo Aff.

J. Couto de Magalhães

O documento representa uma correspondência formal entre dois políticos, sendo conservada a formalidade na relação entre os interlocutores.

Passaremos à análise dos modalizadores. A primeira ocorrência encontramos em:

- [...] a mais urgente das aspirações nacionaes,[...]

O advérbio – *mais*- incide sobre seu núcleo, o adjetivo *urgente*, intensificando-lhe o sentido. É essencial percebermos que o advérbio – *mais*- exprime uma determinada posição do emissor em relação ao que foi dito.

Ao sintagma - *a mais urgente*- é atribuído o valor de adjetivo, uma vez que ele se relaciona com as *aspirações nacionaes*, exacerbando o sentido dessa expressão.

Outro aspecto a ressaltar é que o emissor fala, não em seu nome, mas em nome da Sociedade de Imigração de São Paulo, e esta tem como objetivo a aprovação do pedido pelo Senado.

É explicitado na carta que o pedido não é em nome do emissor, mas em nome de uma Sociedade, porém como a carta foi escrita por um autor determinado e não por uma Sociedade, o texto traz marcas lingüísticas que fixam os valores sócio-político-históricos de

quem redige o texto, uma vez que todo o conteúdo nele contido subjaz da maneira como o autor vivencia os fatos que vêm ocorrendo no Brasil.

Por meio desse exemplo, vemos que a modalização está vinculada ao significado do enunciado. Dessa maneira, o enunciado passa a refletir o julgamento do emissor sobre a possibilidade de tratar-se de uma verdade aquilo que foi enunciado por meio da modalização. O emissor poderá atribuir ao que foi dito um *status* de verdade, de acordo com as suas crenças, e para isso, utiliza-se da modalização.

No seguinte trecho:

- [...] *não se concebe como Estado dificulte a circulação do capital terra e bens de raiz diminuindo assim tão consideravelmente o seu salar^o [...]*

Segundo Maria Helena de M. Neves (2000), o advérbio de modo - *assim* - tem natureza pronominal, funcionando como referenciador textual.

Assim, no contexto da carta, tem o sentido de – *desse modo que a seguir será indicado* -, estamos diante de uma indicação que o emissor projeta sobre o que vai ser dito, logo, trata-se de uma catáfora que incide sobre a expressão –*consideravelmente o seu salário*.

O modalizador – *tão* – manifesta, neste contexto, uma crença ou opinião do interlocutor, pois expressa o tamanho de sua indignação frente aos fatos que vêm ocorrendo no Brasil.

Em – *consideravelmente* -, há um juízo de valor do emissor, visto que este exprime uma avaliação que passa pelo seu filtro. Esse modalizador marca uma adesão do emissor aos fatos que ele afirma acontecerem no país.

Na expressão, – *assim tão consideravelmente* -, o emissor exterioriza os acontecimentos políticos e econômicos como uma afronta aos brasileiros, e pede ajuda ao Senado para que esse quadro seja revertido a favor do Brasil.

A construção de um determinado enunciado obtém marcas de sentido ligadas à atitude do emissor. Tal questão concretiza-se na apassivação do verbo *conceber*, pois tal emprego tem a função de isentar o emissor das responsabilidades daquilo que foi enunciado

na carta. Uma vez que ele não representa o sujeito do verbo, pode omitir-se do enunciado, passando toda a responsabilidade do que foi expresso na carta à Sociedade de Imigração.

Essa idéia do emissor deixa transparecer que ele, por algum motivo, quer se isentar da responsabilidade do que foi informado na carta. Como se trata de uma correspondência endereçada ao Senador da República, o emissor quer marcar a sua oposição às atitudes políticas, porém, ao mesmo tempo, quer se isentar do comprometimento do conteúdo da carta, deixando explícito que fala em nome de todos, neste caso, da Sociedade de Imigração de São Paulo. Neste aspecto, ele modaliza o conteúdo da carta, também, por meio da apassivação do verbo, a fim de conseguir o sentido intencionado por ele.

Em:

- *Na Inglaterra, onde o aluguel do numerário custa 2%, faz-se actualmente uma propaganda [...] para abolir o imposto de meio % na transmissão do imovel [...]*

Inferimos que a forma *actualmente*, época atual, refere-se a um período determinado na intercomunicação, podemos afirmar que se trata de um tempo não-cronológico, pois não há ligação com o calendário.

Passemos ao seguinte trecho:

- *[...] já deixando de votar a lei das execuções, já conservando imposto de 6% pº a Transmissão de propriedade.*

Verificamos neste trecho que – *já* –, nas duas ocorrências, refere-se ao momento em que o enunciado foi produzido, visto que podemos substituí-los pela locução *neste momento*. O – *já* - reveste-se de uma acepção que modaliza o enunciado no sentido de que, por meio dele, também, expressa-se o antagonismo de idéias daquilo que o poder público vem executando política e economicamente no Brasil.

Ao afirmarmos que a forma – *já* - tem o sentido de “*neste momento*”, revela que diante de todas as coisas negativas que vêm acontecendo no Brasil, na visão do emissor, esse modalizador ressalta que, *já (neste momento) deixa de votar a lei de execuções, já (neste momento) conservando o imposto de 6%*.

No exemplo abaixo, podemos verificar que:

- *Aqui onde a terra esta indivisa, com pequeno valor, onde o preço do aluguel do numerário é de 9% [...]*

a forma – *aqui* – constitui o aspecto espacial que fixa a referência do evento da interação. Nesse caso, - *aqui* – nos transporta a um elemento fora do texto, mas conseguimos recuperá-lo pelo contexto. *Aqui* indica um lugar que está próximo do emissor, é uma situação apoiada no eixo da comunicação, ligada aos participantes da interação.

Em linhas gerais, os modalizadores estão presentes em uma interação formal, em que o principal propósito da carta é fazer solicitações a um Senador representante do Brasil. No entanto, o emissor vai moldando o seu texto, de modo que este atente às suas expectativas interativas e, para isso, o emissor lança mão de modalizadores para dar à carta o tom que ele deseja.

Observamos que existe uma certa maleabilidade nos termos e nas expressões modais que, ao serem utilizados, essa flexibilidade envolve a mensagem, fazendo com que o texto se molde aos objetivos do autor.

Todo este processo de envolver o texto sob determinada intenção do emissor torna-se legítimo pelo fato de a língua permitir várias realizações e por ela representar um espaço discursivo aberto que possibilita as várias significações que o locutor deseja dar ao seu texto.

É lícito afirmar que o emissor modela o texto da carta tendo em vista o papel social de seu interlocutor, assim, como o acatamento ao pedido veiculado pela carta. A fim de que esses objetivos sejam alcançados, o emissor precisa contar com as formas lingüísticas para representar, não só o que ele quer fazer saber a seu receptor, mas, principalmente, o modo como o fará, considerando o *status* social do receptor.

A seguir, ilustraremos o uso de modalizadores em uma carta informal, na qual há proximidade entre os interlocutores, com a finalidade de visualizarmos qual o objetivo do emissor ao empregar os modalizadores nesse tipo de correspondência. Para essa análise, retomaremos a carta nº 6.

Carta nº 6**Local:** São Paulo**Data:** 22 de setembro de 1867**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** Gabriella*Meu querido filho e amigo**Barbacena, 22 de S.bro de 1867*

Tenho-te escripto não sei se tens recebido minhas cartas esta vai por intermedio de Vicente, e por intermedio desse deveras responder-me pois he o meio mais seguro. Dezejo saber se fizeste feliz viagem chegaste com saude encontras-te minha filha e netos com saude, portanto peço-te que me diz noticias tuas e de todos. Mas a quem de coração abraço e lanço minha benção, e também a minha affilhada a qual espero esteja apprendendo.

Meu filho eu continuo a sofrer bastante mas o meu sofrimto não podera ter melhora sem quando o meu coração de May tiver sucego e vir meos filhos mto ligados, e mto amigos, e isto pesso a Deus constante, e esperando sempre ser ouvida.

Recebe tu e Adelaide saúdes de Antonio e de Adelaide os pequenos estão bem. Participo te que fico na caza q. Antonio vai lugar p^a mim p^a outra maior, Antonio pediu as razões q. lhe dei p^a dezejar maior so estou velha impertinente tenho escravos quero ter sucego o q. não se pode ter murando [?] duas familias e alem disso a caza com q. fico he mt^o. Barata pago 17.000 por mez e tenho mt^o bons vizinhos.

Adeus meu mt^o prezado filho recebe as saudes. E a benção q de criação te envia.

*Tua may e fiel amiga**Gabriella*

PS

*Saudes. A Antonio Anninha
e a Maria Barbosa se estiver em
S. Paulo Adelaidinha envia saudes.,
a todos os meninos e a vocês*

Como a carta analisada é pautada por uma relação familiar em que os laços afetivos, que unem os interlocutores, são estreitos, prevalece o tom informal na comunicação.

Passaremos a verificar os modalizadores, nesta correspondência, para atualizarmos o caminho percorrido pelo emissor e entendermos como a mensagem ganhou os contornos das experiências mundanas do emissor, transformando-se, assim, no material lingüístico que compõe o texto.

Ao verificar o texto contido na carta, observamos que a correspondência não possui modalização. Esse fato evidencia que, em uma carta de caráter informal, o emprego da modalização, muitas vezes, torna-se mais raro que em uma carta formal.

Podemos daí aferir que o emprego dos modalizadores, em uma interação, pode variar de acordo com o conteúdo da carta, a relação entre os interlocutores e o grau de formalidade da correspondência.

Por vezes, pelo fato de a correspondência ligar-se ao gênero carta de pedido, pautada por uma relação de formalidade entre os interlocutores, o emissor permeia seu texto com termos modalizadores, a fim de tornar a mensagem mais amena e polida.

O emissor, ao utilizar a modalização em uma carta de pedido, também, pode ter a intenção de não ter um envolvimento acentuado com o que solicita, havendo, desse modo, um apagamento do sujeito representado, veladamente, pelo emissor.

Ao contrário das cartas formais, as correspondências informais em que o emissor, por compartilhar com o seu interlocutor uma interação mais distensa, pode dispensar o emprego das palavras ou expressões modalizadoras, pela própria natureza do conteúdo da carta de espontaneidade e despojamento. Nesse tipo de comunicação, não faz parte da preocupação do autor ser sutil ou, ainda, de isentar-se de alguma afirmação, pois seu objetivo principal é expor o seu pedido a alguém de seu convívio social.

3.5. O papel do léxico na arquitetura da carta

O nosso propósito até aqui foi o de eleger questões lingüísticas que nos aferissem instrumentos necessários para verificar os recursos que os autores das cartas utilizam ao marcarem a sua posição social, assim como a de seus interlocutores em uma escala hierárquica da sociedade, para atingirem os seus objetivos comunicativos. Notamos que os emissores recorrem a mecanismos lingüísticos diversos que o sistema lhes oferece para atender às suas finalidades.

A elaboração composicional do texto envolve vários fatores, como, intenção, estilo, seleção do léxico, conteúdo e a interpretação da intenção do autor. Nesse processo de construção e de interpretação do texto pelo emissor e receptor, o texto torna-se um produto dinâmico, histórico, determinado por práticas sociais e diferentes visões de mundo.

De modo geral, a interpretação de um texto não é somente de responsabilidade do leitor, pois o autor deve oferecer possibilidades para que o texto seja inteligível ao seu leitor, por sua constituição que abrange fatores, como, coerência, emprego adequado dos recursos lexicais e gramaticais da língua, relacionando ao tema e à intenção do autor.

Há também fatores associados à história da sociedade e à evolução histórica por que passou essa sociedade. Os aspectos lingüísticos associados aos históricos são transmitidos pela escolha lexical, pois o processo de nomeação em uma língua é conseqüência de uma operação perceptiva e cognitiva. O conjunto desses fatores torna-se responsável por um texto atingir as expectativas do emissor e receptor.

O vocabulário selecionado pelo emissor na construção do seu texto desempenha uma função fundamental na interpretação do significado global do texto, pois na afirmação de Maria Teresa C. Biderman (1996:27):

O vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação lingüística. A informação veiculada pela mensagem faz-se, sobretudo, por meio do léxico, das palavras lexicais que integram os enunciados. A referência à realidade extralingüística nos discursos humanos faz-se pelos signos

lingüísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas.

Entendemos que o léxico é o lugar onde se deposita a significação e os conteúdos significantes da língua. É também o lugar marcado pelos interesses do locutor aliado ao conteúdo escolhido para a interação lingüística.

A seleção lexical efetuada pelo autor na composição de seu texto não tem um significado exclusivo para ele, mas, também e, principalmente, para o leitor que terá de interpretar os explícitos e os implícitos do texto.

Ao tomar posse de um texto, o leitor preocupa-se em atribuir sentido a ele, e trilha caminhos que o conduzem à significação global do objeto lingüístico de que tomou posse. Assim, ele se prende, muitas vezes, a componentes situacionais para sanar as suas dúvidas interpretativas, deixando para um segundo plano ou, ainda, não se atendo às escolhas lexicais feitas pelo autor do texto. Ressaltamos o quanto a observação da escolha do léxico na produção de um texto pode contribuir para uma interpretação mais eficaz.

Vemos, assim, que a escolha lexical representa um aspecto fundamental para que o leitor perceba os sentimentos, a visão de mundo e as intenções do autor.

Na produção do texto de uma carta, o discurso dual pressupõe a existência de um leitor. Ao redigir uma carta, o emissor seleciona o léxico de acordo com a sua experiência de mundo, suas intenções de escritor e, intuitivamente, presume que esse léxico faça parte do universo lingüístico do seu leitor, para que a interpretação do texto seja eficaz.

Há também elementos que determinam de diferentes modos a forma e o significado do texto das cartas como, emissor, receptor, situação e o canal. Esses fatores moldam o texto, pois este se reveste de características próprias de cada aspecto.

Uma determinada seleção lexical é capaz de revelar o *status* social, o papel social e a posição na hierarquia social do autor do texto, uma vez que, pelo léxico, o emissor deixa transparecer sua ideologia, cultura e, por vezes, a atividade exercida por ele.

Passaremos, então, à análise de uma carta, evidenciando a ligação da seleção lexical no estabelecimento do papel social do emissor e receptor e, também, do assunto principal da carta. Utilizaremos a carta (3) para essa análise.

Carta nº 3**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 15 de julho de 1887**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** Não revelado

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1887.

Exm^o. Am^o. Sr. Barão.

A ultima carta que recebi de V. Ex^a foi aquela em que me pediu a receita do vinho de laranja. Não podendo então escrever, contentei-me, para evitar demora, em copiar a receita e enviar-lhe para Pindamonhangaba. Provavelmente a terá recebido.

Na mesma carta me dizia V. Ex^a que viria [?] ao Rio de Janeiro e que me procuraria. Só soube de sua estada aqui, lendo casualmente o Diário de Notícias, annunciando a sua retirada para São Paulo. Sinto não ter sabido em tempo de o procurar, tanto mais que tinha uma pergunta a fazer-lhe sobre producto vegetal de São Paulo.

Quando residia nessa província mostram-me uma caixa de fruta, a que davam o nome de Pacová. Diz Martins que essa planta cultivada em São Paulo é oriunda da Índia. Eu porém vi que o Pacova que me foi apresentado é planta indígena dessa província, tanto assim que, sem bem me lembro, vi-a no estado silvestre na Serra do Cubatão.

*A última vez que estive em São Paulo, comprei na praça do Mercado uma caixa de Pacova, que dei ao amigo Glorioso para cultivar. Não nasceu um só pé, ou porque a semente não estava bem madura, ou porque a teriam passado pelo fogo. Se V. Ex^a me poder arranjar alguma fructa dessa especie, em estado de ser plantada, me faria com isso um verdadeiro serviço. Teria um meio de verificar se o Pacova é indígena, ou se é realmente *Alpinia matans* da India oriental.*

Desejo saber se ensaiou a fabricação do vinho de laranja.

Apresento meus respeitos a Exm^a Sr^a Baroneza.

Ressaltamos, nesta análise, que o léxico deixa transparecer características socioculturais, como os padrões de comportamento do emissor. Pelas escolhas lexicais, constatamos que o emissor da carta é detentor de um nível de instrução cultural favorecido, ocupa um *status* social privilegiado na sociedade em que convive, tem acesso a informações de jornais, pois, no século XIX, época em que a carta foi produzida, poucos cultivavam o hábito da leitura de jornais. Constatamos o acesso à leitura pelo emissor no seguinte trecho: *Só soube de sua estada aqui, lendo casualmente o Diário de Notícias (...).*

Pela seleção lexical do emissor, apreendemos que a linguagem tem uma inclinação à especialização contínua, criando novas construções a partir da vivência e da necessidade do homem.

A língua é o meio mais eficaz na transmissão da cultura. E o léxico é o recurso do qual dispomos para que nossas intenções lingüísticas sejam alcançadas. Desse modo, a escolha do léxico, em um ato comunicativo, desempenha uma função fundamental, pois ele representa o objeto da interação.

A referência à realidade extralingüística nas interações comunicativas, também, se dá por meio das unidades lexicais, que representam os elementos dessa realidade, segundo o recorte feito pela língua e pela cultura de quem a emprega.

Selecionamos alguns elementos lexicais da carta, a fim de ressaltar que pela amostra do léxico que compõe a carta podemos inferir sobre o *status* social do emissor e do receptor:

Só soube de sua estada aqui (...)

(...) uma pergunta a fazer-lhe sobre produto vegetal (...)

(...) essa planta cultivada em São Paulo é oriunda da Índia.

(...) vi-a no estado silvestre na Serra de Cubatão.

(...) me faria com isso um verdadeiro serviço.

Teria um meio de verificar se o Pacova é indígena, ou se é realmente Alpinia matans (...)

Desejo saber se ensaiou a fabricação do vinho de laranja.

As palavras e expressões destacadas revelam o *status* social do emissor como uma pessoa de cultura apurada, assim, como, alguém com habilidade na escrita. Ao se produzir um texto, o foco é o leitor, dessa forma, o léxico é selecionado de acordo com o assunto da carta, mas, antes, em função do leitor.

Quando se constrói um texto para um receptor detentor de uma certa cultura, tem-se o cuidado de elaborar melhor o texto, elegendo vocábulos com maior rigor. Este fato foi verificado na análise da carta.

Como o tema central da carta é ter conhecimento sobre a fruta *pacová*, faremos um levantamento dos vocábulos associados ao termo fruta, com o objetivo de verificarmos qual é a relação da escolha lexical com o tema principal da carta.

Pacová:

1. produto vegetal;
2. caixa de fruta;
3. planta;
4. cultivada;
5. planta indígena;
6. oriunda da Índia;
7. estado silvestre;
8. caixa de pacová;
9. cultivar;
10. nasceu;
11. um só pé;
12. semente madura;
13. fructa dessa espécie;
14. ser plantada;
15. *Alpinia matans*.

Notamos que em um pequeno trecho da carta, no qual o emissor discorre sobre o tema central, expondo que gostaria de obter informações acerca da fruta, há, no total, quinze termos relacionados ao vocábulo fruta.

Isto comprova que há uma incidência maior de termos ligados ao tema principal da carta. Logo, a seleção lexical de uma correspondência é feita a partir do *status* social do emissor e receptor e do estabelecimento do assunto principal.

Se como já sabemos, o léxico reflete a realidade histórica do homem, questão essa identificada no texto da carta, a partir da seleção lexical, podemos inferir a época em que a carta foi escrita, uma vez que há termos empregados na carta que atualmente não fazem parte do uso dos falantes como: *província, barão, baronesa*.

A efemeridade do léxico, para acompanhar as mudanças socioculturais que ocorrem em uma determinada sociedade, pôde ser recuperada nessa carta. Ao encontrarmos termos, numa correspondência do final do século XIX, que hoje não mais se utilizam, prova o fato de que a linguagem humana tende a uma renovação contínua.

Ao depararmos-nos com vocábulos na carta que hoje já caíram em desuso, sabemos que esses termos foram substituídos por outros, o que origina a dinamicidade do léxico.

O léxico também deixa transparecer características socioculturais, como os padrões de comportamento da emissora. Por meio das escolhas lexicais, constatamos que a emissora da carta é detentora de um nível de instrução cultural favorecido, ocupa um *status* social privilegiado na sociedade em que convive, tem acesso a informações de jornais, o que para a época não era comum, principalmente, para mulheres.

Pela análise do léxico, apreendemos que a linguagem tem uma inclinação à especialização contínua, criando novas construções a partir da vivência e da necessidade do homem.

Podemos afirmar que a língua é o meio mais eficaz na transmissão da cultura. E o léxico é o recurso do qual dispomos para que nossas intenções lingüísticas sejam alcançadas. Portanto, a escolha do vocabulário, em um ato comunicativo, desempenha uma função fundamental, pois ele representa o objeto da interação. A referência à realidade extralingüística nas interações comunicativas, também, se dá por meio das unidades lexicais, que representam os elementos dessa realidade, segundo o recorte feito pela língua e pela cultura.

Neste sentido, uma seleção lexical bem elaborada, no texto de uma carta, tende a fixar detalhadamente o emprego das formas de tratamento, marcando nitidamente a posição social dos interlocutores.

CAPÍTULO IV

A LÍNGUA PORTUGUESA E AS FORMAS DE TRATAMENTO EM USO NA ATUALIDADE

4.1. Língua, História e relações interpessoais

De acordo com as concepções de língua portuguesa ressaltadas no capítulo II, podemos afirmar que, em meados do século XIX, começa a constituir-se uma geração culturalmente formada no Brasil, que ansiava em romper com os padrões lusitanos de cultura. Nesse século, instaura-se, então, no Brasil, o fenômeno do nacionalismo, que perdurou durante todo o século.

Nosso objetivo, neste capítulo, é verificar o estado da língua portuguesa na contemporaneidade utilizada no Brasil, como também, observar os usos das formas de tratamento em relações interpessoais, procurando focar como são construídas, atualmente, as relações de hierarquia social por meio dessas formas.

A necessidade de abordarmos a língua portuguesa do século XXI torna-se essencial para produzirmos um trabalho em HL, uma vez que ela nos oferece uma visão das mudanças lingüísticas ocorridas em função do uso no percurso do tempo.

As línguas sofrem alterações ao longo do tempo e, assim, mesmo dentro do território brasileiro a língua portuguesa sofre mudanças para atender às necessidades comunicativas do homem inserido em sua cultura.

Na afirmação de Mário Vilela & Ingedore V. Koch (2001:5), *a língua portuguesa só poderá ser definida dentro de uma dada perspectiva, como, por exemplo, língua e cultura, língua e sociedade, língua e história, língua e conhecimento, língua e aprendizagem, língua e desenvolvimento, etc.*

Contudo, ao falarmos em língua e sociedade, estamos tocando em língua e cultura e em língua e história, uma vez que não podemos dissociar a sociedade de sua cultura, tampouco de sua história.

Os estudos lingüísticos, a partir do século XX, têm sido norteados pelo binômio língua / sociedade. Desse modo, a língua representa um elo entre o homem e a sociedade, é por meio dela que o indivíduo adquire sua cultura e passa às gerações futuras.

A oralidade ganha força nos estudos lingüísticos, divulga-se a sociolingüística, começa, a partir de então, surgir pesquisas em torno da modalidade oral da língua portuguesa, cuja preocupação com o ato concreto de fala repercute até mesmo na concepção de língua literária e no ensino.

No século XX, os brasileiros passam a valorizar sua realidade cultural, principalmente, a língua que se pratica no Brasil. Assim, o que ocorre é que a língua, representada em cada período, leva consigo os vestígios de suas mudanças, ou seja, marcas de seu desenvolvimento histórico, fixadas não só pelas mudanças internas, que vão sendo, paulatinamente, amalgamadas no decurso do tempo, como também pelas mudanças externas, que são absorvidas, da mesma maneira. No final, tem-se uma realidade lingüística diversa daquela de origem.

O uso pauta-se pela língua portadora de todas as mudanças que sofreu ao longo dos séculos e, por isso, somos autorizados a afirmar que a língua representa a história do homem que a emprega.

A realidade lingüística brasileira reflete-se mais na modalidade oral da língua, pois é nessa modalidade que resgatamos o perfil do homem brasileiro, uma vez que a língua portuguesa em uso no Brasil é mais natural, descontraída, sem muitos artificialismos. Enquanto a modalidade escrita da língua, ainda, preserva a tradição lingüística ligada aos cânones portugueses. Porém, cabe salientar que quando se trata de carta pessoal, a língua ganha contornos de oralidade, pois encontramos uma língua livre e distanciada dos padrões tradicionais da gramática. É o que observamos na carta a seguir:

Carta n° 23

Local: São Paulo

Data: Sem indicação

Tipo do Texto: Carta de pedido

Autor: Dino

Aí, Ana, valeu pelo material!

Como você pode ver estou lhe enviando uma camisa para estampar o logo do “LAST DAYS OF HUMANITY” ok?

Também estou enviando uns flyers para caso você queira arriscar uns contatos???

Fico nessa ao som do BLOOD!!!

Dino

Esta carta pertence ao século XXI. O emissor da carta emprega como vocativo a expressão – *Aí, Ana* -, no próprio corpo da carta, sem que esse vocativo tenha algum destaque no texto, sendo somente ressaltado pela vírgula. De modo que a forma de tratamento – *Aí Ana* - corresponde à saudação inicial.

O emissor emprega a forma de tratamento – *você* - para referir-se ao receptor, fato que determina o tipo de relação interpessoal entre ambos, pois verificamos que há laços de intimidade, próprio da amizade entre eles.

O pedido é feito de maneira informal. O emissor ao fazer o pedido, não cita nenhum termo que nos remeta ao pedido. Somente escreve - *Como você pode ver estou lhe enviando uma camisa para estampar o logo do “LAST DAYS OF HUMANITY” ok?*-, essa colocação indica que o emissor já esperava por uma concordância do receptor em acatar o seu pedido, assim, não faz um pedido formal, seguindo o tom da carta de total informalidade.

A carta não possui data, tampouco alguma expressão de afetividade na despedida, esta é representada apenas pelo nome do emissor.

Assim, o que constatamos é que o texto da carta constrói uma relação simétrica entre os interlocutores. O modelo de informalidade, num texto contemporâneo, demonstra as mudanças da língua e de costume no curso do tempo.

Embora haja uma informalidade acentuada nessa carta de pedido, que foge aos modelos de carta do século XIX, ainda, assim, essa correspondência preserva aspectos do gênero carta de pedido que também foram recuperados nos documentos do século XIX.

A língua em uso, na carta, aproxima-se da oralidade, como marca de intimidade entre os locutores.

A realidade lingüística que era ancorada na prescrição normativa, em cartas informais do século XIX, vem sendo modificada. Os meios de comunicação de massa que, também, pautavam-se pelo rigor lingüístico, passam a ter um uso mais informal, aproximando-se da modalidade oral da língua, por ser esta mais natural. Nos meios publicitários, principalmente, a ruptura com o formalismo lingüístico é mais acentuada. Nesse meio, encontramos formas lingüísticas que não eram aceitas em propagandas, por infringirem a prescrição gramatical.

Os meios de comunicação de massa, que no século XX e XXI, tiveram um crescimento acentuado para atingir seus consumidores de forma mais agressiva, utilizam-se de vários meios, essencialmente, da língua em sua variedade coloquial, para criarem seus anúncios e propagandas. A finalidade de empregar-se uma linguagem mais distensa é a de aproximar-se de seu consumidor.

Quando a mídia transgride uma norma lingüística, ela autoriza o uso dessa transgressão pela sociedade. O que antes representava infração à prescrição gramatical, hoje, começa a ser aceito pela sociedade, o que gerou, segundo Dino Preti (1997:22), *um verdadeiro processo de desmitificação da chamada linguagem-padrão (norma culta)*. Há de se considerar que, hoje, existe uma gama diversificada de fatores sociais que interferem na língua.

Este aspecto da variação lingüística coocorre com a língua, suscitando outras maneiras de realização de uma unidade da linguagem que pode se atualizar em um determinado espaço geográfico ou, ainda, ocorrer em diferentes níveis socioculturais e, também no estilo ou aspecto expressivo.

Para Evanildo Bechara (1999:37),

uma língua histórica encerra em si várias tradições lingüísticas, de extensão e limites variáveis, em parte análogas e em parte divergentes, mas historicamente relacionadas (...); por isso se diz que uma língua histórica nunca é um sistema único, mas um conjunto de sistemas.

Nesta perspectiva, ao se ater à língua sob um enfoque histórico, podemos considerar as variações do ponto de vista geográfico, sociocultural e situacional, sendo, respectivamente, as variações diatópicas, diastráticas e diafásicas.

De acordo com a afirmação de Dino Preti (1997), as variedades ligadas ao espaço geográfico ou diatópicas ocorrem em um plano horizontal da língua, na concorrência das comunidades lingüísticas, são responsáveis pelos regionalismos e conduzem a uma oposição linguagem urbana / linguagem rural. As variedades ligadas ao falante ou diastrática afluem em um plano vertical da língua, ou seja, dentro da linguagem de uma comunidade específica, são as variedades socioculturais, constituídas pelo nível popular da língua e o nível culto. As variações diafásicas ou situacionais ligam-se ao estilo, em diferentes situações comunicativas de língua oral e língua escrita. Essas variações convergem aos níveis coloquial e culto da língua.

Estas possibilidades de variação lingüística é que vão, no decorrer do tempo, construindo a sua história, e demonstrando sua maleabilidade frente a uma situação de uso da língua, o que caracteriza a sua dinamicidade.

Porém, ainda que haja variações dentro de uma mesma língua, a norma assegura a uniformização do uso, garantindo a unidade lingüística.

A língua passou por várias mudanças até encontrar-se em seu estado atual e deixou as suas marcas, isto é, a sua história em cada período. Os documentos por nós analisados perpetuam os usos àquela época, assim podemos atualizar o passado e entrever o futuro. Essa afirmação será examinada na carta a seguir. Retomaremos a carta (23).

Carta nº 23

Local: São Paulo

Data: Sem indicação

Tipo do Texto: Carta de pedido

Autor: Dino

Aí, Ana, valeu pelo material!

Como você pode ver estou lhe enviando uma camisa para estampar o logo do "LAST DAYS OF HUMANITY" ok?

*Também estou enviando uns flayers para caso você queira arriscar
uns contatos???*

Fico nessa ao som do BLOOD!!!

Dino

Voltar no tempo e analisar alguns aspectos da língua em um determinado contexto, nesta pesquisa, cartas de pedido da segunda metade do século XIX, e contrapor esses aspectos aos usos lingüísticos atuais, permite-nos que visualizemos as mudanças por que passou a língua até chegar em seu estado atual.

Ao estudarmos o emprego das formas de tratamento em relações sociais, vimos que a segunda metade do século XIX foi um período em que ocorriam determinadas mudanças no emprego de tais formas, especialmente, no uso das formas de tratamento – *tu* e *você*. A forma pronominalizada – *tu* – começa a tornar-se mais usual nesse século, embora ainda coexistam as formas - *tu* e *você* -, sendo que a incidência da forma –*tu* -, nos documentos analisados, ainda, é maior em relação a – *você*.

Salientamos, então, que um uso que começa a delinear-se em séculos anteriores, perpetua-se na contemporaneidade. Conseguimos, assim, observar um fenômeno em um estágio de transição em que há reflexos de um passado e projeções do que já está consolidado no presente, marcando a descontinuidade da língua.

Ao analisarmos as cartas que constituem o *corpus* desta pesquisa, observamos que os documentos nos dão possibilidades de entendermos as realidades que são edificadas, a partir das análises lingüísticas desses documentos e, assim, podemos nos voltar a esses documentos com o olhar da atualidade.

Neste novo milênio, novas linguagens vêm compor a língua, em várias situações de uso, como a linguagem da informática, da fotografia, entre outras linguagens icônicas.

Há também freqüentes construções populares que são incorporadas ao falar das pessoas de instrução superior, por isso acreditamos que o conceito de norma culta é, de certo modo, relativo.

Neste estudo, vimos delineando, por meio dos documentos de nossa análise, o emprego das formas de tratamento voltado ao aspecto social da linguagem, para comprovar

que os usos dessas formas variam de acordo com o tipo de relação que une enunciador e enunciatário e o papel social que ambos exercem dentro de uma hierarquia.

Examinaremos qual o comportamento dos pronomes de tratamento dentro do contexto atual, segundo algumas gramáticas. Seleccionamos uma gramática normativa da língua portuguesa, uma gramática de usos do português e, por último um estudo feito sobre os pronomes pessoais, cujo autor seleccionou o material de análise do Projeto NURC.

Evanildo Bechara (1999) faz os seguintes apontamentos acerca dos pronomes de tratamento:

Há ainda formas substantivas de tratamento indireto 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa. São as *formas substantivas de tratamento* ou *formas pronominais de tratamento*:

- você, vocês (no tratamento familiar)
- o Senhor, a Senhora (no tratamento cerimonioso)

A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam:

- *Vossa Excelência* (para altas patentes militares, ministros, Presidente da República, pessoas de alta categoria, bispos e arcebispos)
- *Vossa Mercê* (para pessoas de tratamento cerimonioso)
- *Vossa Senhoria* (para oficiais até coronel, funcionários graduados, pessoas de cerimônia)
- *Você*, hoje é usado familiarmente, e a redução da forma de reverência *Vossa Mercê*. Caindo o pronome *vós* em desuso, só usado nas orações e estilo solene, emprega-se *vocês* como plural de *tu*.

Conforme aponta Maria Helena de M. Neves (2000):

- a forma *tu*, assim como *vós*, pode, ainda ser usada como vocativo;

- as formas *você* e *vocês* se referem à 2ª pessoa, mas levam o verbo para a 3ª pessoa, do mesmo modo como ocorre com os **pronomes de tratamento**, como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *o (a) senhor(a)*;

O emprego de *você*, afirma a autora, é muito mais difundido do que o emprego de *tu*, para referência ao interlocutor. Além disso, ocorre frequentemente (embora mais especialmente na língua falada), que se usem formas de segunda pessoa em enunciados em que se empregam o tratamento *você*, de tal modo que se misturam formas de referência pessoal de **segunda** e de **terceira pessoa**. Esse uso ocorre especialmente na fala espontânea.

Os **pronomes plurais** se destinam a outros usos que não o de simples pluralização:

- Com a *primeira pessoa*, o falante institui a sua fala como se ela fosse de todo um grupo, com o qual ele se identifica.
- Com a *segunda pessoa*, o pronome *vós* é usado em estilo cerimonioso. Em referência singular ou plural.

A referência singular é evidenciada quando o pronome pessoal se acompanha de um outro elemento que com ele faz concordância.

A referência plural, na linguagem bíblica, ou religiosa oficial.

Em referência **singular** (apenas um interlocutor):

- Em preces ou invocações a Deus.
- Em linguagem ditada por cerimonial próprio de algumas comunidades particulares (especialmente, da oratória parlamentar ou acadêmica)
- Em linguagem literária que reproduz tratamento dado a um membro da nobreza ou do clero.

José L. Monteiro (1994), em seu estudo sobre os pronomes pessoais, utiliza como análise sessenta inquéritos pertencentes ao *corpus* do Projeto NURC. Esses inquéritos foram distribuídos equitativamente de acordo com a região, o sexo e a faixa etária: doze de cada uma das cidades envolvidas no Projeto (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife).

O resultado dos inquéritos avaliados foi:

- para a segunda pessoa do singular, a forma generalizada é *você*, as ocorrências do pronome *tu* são muito esporádicas nas amostras;
- o pronome *vós* se encontra absolutamente extinto, tanto para indicar um só ouvinte como para referir-se a vários; neste caso, o tratamento geral é *vocês*, mesmo quando se usa o *tu* para o singular;
- o pronome *nós*, foi substituído por *a gente*, com alta frequência;

Posteriormente, a esse resultado, o autor traça o seguinte quadro dos pronomes pessoais:

EU
 VOCÊ
 ELE(A)
 NÓS, A GENTE
 VOCÊS
 ELES(AS)

A extinção da forma – *vós* - acarreta também a do oblíquo –*vos*- e do possessivo - *vosso*. Segundo José L. Monteiro (1994), essas formas são substituídas por - *você(s)*. Gera-se, por outro lado, um novo desequilíbrio com a desvalorização do –*tu*- e, o pronome – *você*- se generaliza no Brasil como expressão do tratamento de intimidade.

Desse modo, o pronome – *você* - ocupa não só a lacuna deixada pelo –*vós*-, como ameaça a existência do – *tu* -, estabelecendo um molde nas relações de tratamento que se resume a duas opções: *você* e *senhor*. Ainda na visão do autor, a expressão – *senhor* - tende a ser usada de preferência pelos mais idosos, em que a noção de respeito ou formalidade talvez seja levada mais a sério, visto que os raros empregos que aparecem no *corpus* dos inquéritos examinados são, em geral, empregados por falantes da terceira faixa etária.

Ao cotejarmos estas três visões acerca dos pronomes de tratamento, observamos que as prescrições da gramática normativa, quanto ao emprego desses pronomes, não correspondem ao uso. A análise dos usos dos tratamentos por meio do *corpus* do projeto NURC, que retrata a realidade lingüística, diverge em relação à que costuma aparecer em nossas atuais gramáticas.

Outro aspecto observado é que tanto a gramática normativa quanto à gramática de usos do português não relacionam o emprego dos pronomes de tratamento às relações interpessoais, tampouco às de hierarquia social dos falantes.

4.2. A norma-padrão culta no gênero carta

As cartas de pedido, por nós analisadas, pautam-se ora pela modalidade formal, ora pela informal da língua, de acordo com o tipo de relação entre emissor e receptor. Uma grande parte dos documentos, por nós analisada, tem como parâmetro de constituição de seu texto a modalidade formal da linguagem.

Se considerarmos a língua como um fator social, pela sua função comunicativa, chegamos a um entrave, uma vez que fatores de várias ordens contribuem para a diversidade lingüística. Todavia, há uma tendência em conservar a unidade lingüística, mantendo a nivelção da língua.

A língua não é estática, sofre mudanças constantes no tempo, embora seja conservadora. A esse respeito, Dino Preti (1997:48) assevera que:

A oposição diversidade/uniformidade mantém a língua num contínuo fluxo e refluxo: de um lado, uma força diversificadora, constituída pelas falas individuais, em sua interação com fatores extralingüísticos; de outro, uma força disciplinadora, prescritiva, nivelando os hábitos lingüísticos.

Diante disso, podemos afirmar que a língua portuguesa não constitui uma realidade monolítica e homogênea, visto que está sujeita ao fenômeno da variação diante de comportamentos lingüísticos diversos. Em nosso estudo, verificamos esse fenômeno do uso das formas de tratamento que visualizamos na carta que se segue:

Carta nº 24**Local:** Campo Limpo Paulista**Data:** 21 de dezembro de 2004**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Autor:** Rodrigo

E aí Ana, beleza? Espero que sim! Depois de tanto tempo sem escrever, resolvi aparecer!!! É nada, tô zuando, eu não estou escrevendo para quase ninguém, tá foda! E aí meu, como você está, eu estou na mesma, sempre bem loco! Hoje eu escrevi p/ o Kexo também p/ pedir umas capas do INFAMOUS GLORY, eu estou trombando com ele direto, toquei junto com eles em São Paulo, vi ele no show do FARSCAPE em SP, junto c/ seu namorado e depois o MANIAC tocou em Jundiaí e eu fui também. E você não foi em nenhum desses né?! Porquê??? Todos esses roles foram fudidos. Aonde você vai passar o natal? Eu vou p/ São Paulo ficar com a minha mãe um pouco, hahaha... Eu não te liguei mais também porque na casa dela o telefone é a tal de linha econômica e não dá p/ ligar mais. Mas espero te encontrar por aí p/ trocarmos idéia, já que faz mó cara que isso não acontece, né?! Vê se me empresta aqueles discos que já tinha te pedido. Bom meu, vou ficando nessa e espero o seu contato em breve!!! Falou e até mais.

Beijos

Mindu

Ao dirigir-se ao receptor, o emissor usa formas diversificadas de tratamento. Há casos em que emprega o pronome de tratamento – *você* -; já em outros utiliza o pronome oblíquo de 2ª pessoa na função de objeto direto – (...) *não te liguei*; (...) *te encontrei*, (...) *tinha te pedido*; há empregos que marcam a informalidade, visto que a forma de tratamento empregada é representada por uma gíria em - *E aí meu como você está*; *E aí meu*.

Quando o emissor emprega o pronome possessivo *–meu – com função de uma forma de tratamento*, deixa marcada a heterogeneidade da língua portuguesa, e as possibilidades que ela oferece ao usuário em uma interação.

O comportamento lingüístico do emissor em comunicação verbal torna explícito o seu papel social, ou seja, o grupo a que pertence, essa informação nos revela pela ocorrência do pronome possessivo *–meu –* em substituição a uma forma de tratamento convencional. Assim, podemos afirmar que a língua em uso é suscetível ao fenômeno da variação frente a comportamentos lingüísticos diversos.

O que freia esta variação é a norma lingüística. O falante atua em diversos grupos sociais, empregando, no interior desses grupos, a variedade lingüística utilizada pelos iniciantes, também, desse mesmo grupo social e, assim, acontece com os indivíduos que participam de outros grupos sociais.

Ainda que os falantes estejam em contato com grupos sociais distintos, eles são capazes de comunicar-se, pois esses indivíduos possuem certos comportamentos lingüísticos constantes na sociedade. Tais comportamentos são apontados como ideais em situações comunicativas.

Os hábitos coletivos que atingem a sociedade constituem as suas normas lingüísticas. Os escritores, os meios de comunicação de massa, entre outros intervêm na implantação das normas lingüísticas.

A norma culta representa uma entidade culturalmente superior. As pessoas, que a utilizam, são os falantes com cultura e escolarizados. Essa norma é a detentora de maior prestígio social em uma sociedade.

Há de se ressaltar que a norma culta assegura a língua nacional. É em nome dessa unidade, de grande importância do ponto de vista cultural, que a língua é ensinada nas escolas e difundida nas gramáticas. Ela comporta dois padrões: o *formal* e o *informal*.

Ao debruçarmo-nos sobre cartas de pedido, não raro, constatamos que elas são produzidas com formalidade, em função da natureza da carta e do gênero a que elas correspondem.

Os documentos de análise foram escritos, quando pudemos identificar os papéis sociais desempenhados pelos enunciatários, por políticos, por professores, por pessoas com pouca escolarização, por barões, e outros.

A polidez, a competência pragmático-afetiva e suas relações com a cultura são aspectos identificados nos documentos em análise, por meio da sua organização, da escolha do material lingüístico e das formas de tratamento em uma situação de interação comunicativa.

O uso formal da língua nos documentos deu-se em função de seu gênero serem cartas de pedido e do nível de relação entre os interlocutores. Entende-se aqui como uso formal da língua o modelo culto utilizado na escrita, que segue as normas prescritivas da gramática, é uma linguagem elaborada e refletida.

Esse emprego formal da língua se estriba nas normas e convenções agregadas à gramática tradicional e que tem a validade de servir como modelo de correção para qualquer forma de expressão lingüística.

Neste sentido, há uma realidade heterogênea que, por abrigar diferenças de usos que refletem a dinâmica social, exclui a possibilidade de imposição ou adoção como única, de uma língua-modelo baseada nas normas da gramática tradicional, a que, por sua vez, ancora-se nos grandes escritores da língua, sobretudo nos clássicos, sendo, pois, conservadora. E, justamente, por se valerem de escritores que as prescrições gramaticais se impõem ainda mais na escrita do que na fala.

A cultura escrita, ligada ao poder social, suscitou, ao longo da história, um processo unificador – capaz de abarcar as atividades verbais escritas -, que visa a uma relativa estabilização lingüística, buscando controlar as mudanças, sendo, como já vimos, a norma-padrão culta da língua.

Ao examinarmos documentos escritos no Brasil, na segunda metade do século XIX, o que se pode inferir é que, à época em que se produziram as cartas, havia um padrão ideal lingüístico a se alcançar, uma regra que controlava o comportamento lingüístico dos enunciadores dessas cartas.

Embora, os emissores, em geral, tenham se valido do padrão lingüístico formal para produzirem as cartas, verificamos que algumas, ainda que infimamente, não se adequavam ao padrão formal da escrita.

Em contrapartida, ao padrão formal da língua, está a variante informal, que se refere a um padrão lingüístico mais espontâneo, utilizada nas relações interpessoais informais.

Aproxima-se mais da modalidade oral da língua, não tem muita preocupação com as normas lingüísticas.

Quando o emissor emprega o padrão informal na escrita da carta, comete algumas infrações à prescrição gramatical. Porém, a margem de afastamento desses padrões lingüísticos – formal e informal – é estreita e, embora exista, a permissividade com relação às transgressões às normas é pequena na modalidade escrita da língua.

Como mencionamos, anteriormente, algumas mudanças vêm ocorrendo em relação ao emprego das formas de tratamento nas relações interpessoais. O pronome –*você*–, que até o século XIX era empregado em contatos íntimos, hoje, substituiu o –*vós*–, pois o seu uso é validado tanto para situações formais, quanto informais.

Quanto ao uso do tratamento cerimonioso, José L. Monteiro (1994:153) faz a seguinte afirmação:

Os jovens quebraram preconceitos e tentaram modificar seu espaço na sociedade brasileira, difundindo um padrão de comportamento pautado pela idéia de liberdade ou autonomia face aos que se consideravam superiores em relação a eles.

Em decorrência dessa nova postura, o tratamento formal, respeitoso que se esperava do filho para o pai, do aluno para o professor e do empregado para o patrão deixou de ter a rigidez que caracterizava as relações assimétricas. Atualmente, é comum o uso de –*você*– nas mais diversas díades.

A forma *senhor*, em alguns contextos, é conservada como denotadora de polidez. Outros usos, como, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria* etc, são empregados em circunstâncias de extrema formalidade ou burocráticas. Tais expressões representam formas pronominalizadas e, por conseguinte, se ligam ao quadro de pronomes pessoais.

De modo que a escolha da forma de tratamento adequada a cada receptor é um aspecto cuja variabilidade se deve muito mais a implicações de questões sociais do que propriamente a fatores estruturais.

4.3. Aproximações do gênero carta nos séculos XIX e XXI

Salientamos no capítulo anterior que, ao longo de toda a história da humanidade foram desenvolvidas diferentes atividades sociais, nas quais foram produzidos tipos diversos de textos a elas associados o que Mikhail Bakhtin (2003) chamou de gêneros do discurso, afirmando serem tipos relativamente estáveis de enunciados, caracterizados por um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional.

Abordamos, neste item, os aspectos que envolvem a categorização dos gêneros do discurso, detendo-nos no gênero textual carta, em função do *corpus* desta pesquisa.

Charles Bazerman (2005) parte do princípio de que as cartas incitaram o aparecimento de tipos distintos de gêneros.

No contexto da carta, há uma situação interativa entre emissor e receptor, partilhando de uma relação específica em situações também específicas, em que se estabelecem e se desenvolvem práticas sociais e tipos variados de relações interpessoais. A comunicação é orientada para que novos usos sociais se atualizem, enquanto autorizam a forma de comunicação a caminhar em novas direções, conforme a intenção do emissor. A interpretação de uma carta, por mais simples que possa nos parecer, depende de que tenhamos internalizada a estrutura de cada gênero de correspondência.

Como a leitura de uma carta de pedido requer que compreendamos os elementos que a compõem, a escolha do material lingüístico, as modalizações, a formalidade, ou seja, as evidências contidas no texto levam-nos a reconhecer não só o gênero representado pelas cartas de pedido, como tantos outros gêneros.

Reconhecer um determinado gênero implica termos acesso a aspectos extralingüísticos veiculados por meio da língua, pois, assim, desvelamos aspectos relevantes acerca daquela realidade social presente nas cartas, os interesses e objetivos do enunciador, o caráter da carta, os papéis sociais atribuídos aos interlocutores, como as suas ideologias.

Ao se criarem espaços de interação e comunicação sociais, que se distanciam do encontro face a face dos participantes desse ato interativo, atribui-se ao texto a possibilidade de evocar os aspectos sociais que cercam um ato comunicativo oral.

Da mesma forma, o texto escrito, enquanto documento histórico, pode ser um instrumento para que possamos reconstituir realidades sociais que envolvem tais documentos, na época em que foram produzidos e, a partir da reatualização de um texto contido nesse documento, construir novas realidades moldadas conforme os documentos originais.

Mikhail Bakhtin (2003) afirma que as condições de produção textual estão envolvidas com a cultura e com a direção afetiva definida entre os participantes. Os aspectos culturais são tão marcantes que afetam do mesmo modo a constituição dos gêneros do discurso que vão se ajustando às novas e diferentes realidades.

Ao entrarmos em contato com um determinado gênero textual, não temos acesso somente ao material lingüístico expresso em um documento, mas, principalmente, a escolha e a organização desses elementos lingüísticos que são portadores de um sistema de práticas e valores, ideologias e interesses que estão vinculados à língua e expressos por ela.

Para se compreender o pedido em uma carta, antes, há de se investigarem as suas condições de produção, e observar que aquilo que é intenção do emissor realiza-se, acima de tudo, na escolha de um determinado gênero, uma vez que esse gênero, segundo Mikhail Bakhtin (2003), apresenta uma ligação direta com a realidade existente, como também representa uma resposta a enunciados anteriores no interior de uma situação comunicativa.

Se examinarmos um determinado gênero, considerando seu aspecto funcional e concebendo a língua em uso inserida em um contexto comunicativo, assevera Vera Lúcia S. Paredes (1996b), que cada gênero determina certas condições exclusivas de como se inicia ou se finaliza um texto e se associa a determinadas situações de uso e não a outras.

Quando analisamos uma carta, como unidade comunicativa e funcional da língua, Vera Lúcia S. Paredes (1996a) afirma que pode ser escrita com vários propósitos, como, carta de pedido, carta de amor, carta de reclamação, entre outras; pode também atingir o mesmo objetivo por meio de formas diferentes: escolhas lexicais atualizadas em expressões de polidez e modalizações.

O emissor, ao fazer a seleção de palavras no processo de constituição de seu texto, não as toma do sistema da língua em sua forma neutra. Acerca dessa afirmação, Mikhail Bakhtin (op. cit.: 292) defende a idéia de que *costumamos tirar as palavras de outros enunciados (...) de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela*

composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero.

Disto inferimos que a palavra, quando inserida em um determinado gênero, recebe uma acepção que lhe é característica, uma vez que os gêneros se associam a situações singulares de comunicação, como a temas específicos.

O exemplo (24) será ilustrado com uma carta da atualidade, em que observaremos que o gênero carta é delimitado não só pela sua forma, mas, acima de tudo, pela funcionalidade.

Carta nº 25

Local: Sorocaba

Data: 29 de julho de 2004

Tipo de Texto: Carta de pedido

Autor: Paula

Tudo bom com você fia? Espero que sim!

To aqui no meu quarto são 2:01 da matina to sem sono...aí fiquei com vontade de escrever, aproveitar que vou no centro e colocar a cartinha no correio.

As minhas férias foram uma porcaria!!! Não aproveitei nada, a única coisa legal é que fiquei uns 3 dias em São Paulo e fui na 25 de Março fui também na feirinha do parque Trianon na Paulista ACHO é que eu não lembro eu só lembro dos bonitões NOSSA cada cabeludo!!! Aí eu comprei várias coisas lá!!! 2 pingentes um calendário de prata e um OM piquinininho! 4 anéis dois p/ o dedão um deles celta e o outro tribal aliançinha sabg? Um de pedra preta com macaçita e um todo vasado, um relógio falso da Louis Vuitton HOHO farcetão mas é bonito é pretinho só não sei se vou usar! HAHAHA mas na 25 a gente compra por impulso né? Comprei também umas pulseirinhas indianas de dois tipos Umas brilhantinhas e outras em tons de vermelhos com uns detalhinhos dourados perfeita! Comprei também pulseirinhas de plástico 12 por 1 real o melhor! Fora isso minhas férias sux meu niver

sux não quero mais ter aniversário...é foda. Foda também que meu tio/avô ta com câncer por isso dei uma sumida as coisas tão pesadas aqui em casa...mas tudo bem uma hora tem que melhorar...aconteceram várias coisas com o Rodrigo também, não lembro se já te contei provavelmente sim, coisas pequenas mas que quase me mataram do coração mas isso eu conto depois.

Acho que chega né já te enxi muito o saco, maior perda de tempo minha carta inútil...

Se der vem na minha casa no fim de semana quero muito que você venha pra ca então vou te esperar.

To com muita saudade desculpa os erros de português e a falta de assunto só queria dizer que TE AMO!!!

Beijos

Paula

Esta carta pode ser inserida no subgênero carta de pedido, uma vez que ela apresenta todos os elementos característicos de uma carta dessa natureza, ou seja, há vocativo, texto que apresenta um pedido, uma despedida, e o envolvimento entre emissor e receptor. Entretanto, somos capazes de definir um determinado gênero muito mais pela sua funcionalidade do que pela sua forma.

Ainda que o texto que compõe essa carta possua uma série de termos gírios, alternância nas formas de tratamento, flutuando entre segunda e terceira pessoas, grafia que não segue as normas ortográficas da língua portuguesa, ele se insere no gênero carta de pedido.

Esta expressividade do gênero, ainda segundo Mikhail Bakhtin, não pertence à palavra, enquanto unidade da língua, por não fazer parte de seu significado, porém, reflete a relação da palavra e do seu significado com o gênero.

Deste modo, a expressividade só terá significado no plano contextual, quando o emissor expõe a sua posição emotivo-valorativa. Cabe a cada emissor estabelecer um juízo de valor, estabelecer um estado psicológico frente à concretude de um enunciado.

São oferecidas ao emissor, além das formas lingüísticas – estrutura gramatical –, material necessário para a construção do texto, os gêneros textuais, que são tão indispensáveis para a sua compreensão quanto às formas lingüísticas.

Os gêneros textuais são mais flexíveis, se comparados às formas da língua, para o emissor. Entretanto, possuem significado normativo, não são criados por ele e, sim, oferecidos a ele. Portanto, seja qual for o texto ou por mais peculiar que ele possa parecer, não será considerado uma construção livre de formas lingüísticas.

A diversidade dos gêneros é estabelecida em função de cada situação, de relações sociais, de posição social em relação aos interlocutores. Assim sendo, há formas respeitadas desses gêneros, paralelamente, as formas familiares e as formas mais íntimas.

Os gêneros textuais apresentam-se como elos de transmissão que nos levam da história da sociedade à história da língua.

Se compararmos as cartas a outros gêneros, o gênero carta pode parecer-nos simples por estarem tão próximos e associados às relações sociais, porém, esse fato nos revela a socialidade de que faz parte a escrita.

4.4. As ações da língua portuguesa em cartas de pedido

Nosso foco de análise, por estar orientado para cartas de pedido, em uma dimensão tanto formal quanto informal da língua, justifica-se em função do material lingüístico que constitui as cartas ser produzido por pessoas que exercem diferentes papéis sociais na comunidade, indo desde um político de alto escalão do Império, até pessoas sem função profissional definida.

Em nossa análise, foi priorizada a observação das relações interpessoais construídas pelos interlocutores das cartas, evidenciando a relação de hierarquia social entre eles e o papel social atribuído ao emissor e receptor.

A fim de constatar a construção dos papéis sociais dos interlocutores, e a relação interpessoal entre eles, valemo-nos das escolhas dos pronomes e das expressões de tratamento, assim como dos modalizadores e da escolha lexical feita pelo emissor das cartas, uma vez que a linguagem é um elemento fundamental no desempenho do papel social.

O contexto situacional que insere as cartas é desvelado em seu próprio texto. Tal informação é obtida pelo condicionamento entre o meio social e a organização funcional da língua.

A língua portuguesa dispõe de estruturas gramaticais para expressar particularidades das diversas atividades do homem e os papéis sociais por ele exercidos nessas atividades. Assim, segundo Mikhail Bakhtin (2003), *a própria estrutura da língua reflete o evento da inter-relação entre os falantes*.

A construção do texto de uma carta e a sua organização lingüística sofrem variações em função da pessoa representada pelo interlocutor, pois este pode ser alguém do mesmo grupo social do emissor; pode, também, ser inferior ou superior na hierarquia social em relação ao emissor; como pode estar ligado ao emissor por laços familiares.

Em referência às cartas de pedido, vale afirmar que estão ligadas a temas relevantes para a sociedade da época. Daí a importância da produção dessas cartas.

As cartas de pedido visam a atender a solicitação do emissor. De modo que este organiza o seu texto com o objetivo de convencer o seu receptor, recorrendo à língua, isto é, a recursos lingüísticos que estejam ao seu alcance.

Quando o emissor utiliza a língua para que seu pedido seja acolhido, emprega formas lingüísticas convencionais para organizar o seu texto. Para cada uma dessas formas lingüísticas o emissor dispõe de um conjunto de traços lingüísticos que podem ser identificados como seleção lexical e modalizadores.

A tematização das cartas refere-se a pedidos como: de emprego, de notícia, de intervenção política, de medicamentos, de empréstimo financeiro, descoberta de algum segredo de um amigo comum aos interlocutores, impedimento da entrada de leprosos no Brasil, de notícias sobre o enunciatário, de convite, de procedência de fruta cultivada em São Paulo.

Em algumas cartas, o pedido é feito pelo emissor logo no início da carta; em outras, o pedido está nos últimos parágrafos, sendo que os parágrafos que antecedem ao pedido são utilizados para enaltecer as qualidades do enunciatário e frisar a consideração e estima do emissor pelo receptor.

Quando o emissor é hierarquicamente inferior ao seu receptor, há maior incidência de expressões de tratamento formais, como também o respeito torna-se exacerbado, e o destaque das qualidades do emissor é, ainda, mais ressaltado.

A relação desses aspectos sociais com o sistema gramatical destaca-se, visto que essas questões lingüísticas apresentam-se como formas usuais na língua, sendo utilizadas de acordo com a permissividade do sistema da língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua pela sua característica histórica é ampla e complexa. Tal complexidade é devido a modificações inerentes à própria língua. Como os aspectos históricos materializam-se na e pela língua, analisá-la é entrar em contato com a sua dinamicidade, considerando o contexto social de sua realização. Para isso, são necessários os recortes feitos em tempo e espaço determinados para que possamos compreender os reflexos de suas mudanças e permanências. Isso pressupõe conceber tanto a sua dinamicidade como a sua continuidade.

De acordo com a HL, observamos que o uso da língua portuguesa em cartas de pedido é uma maneira de compreender o homem e a sociedade em que ele vive, ou seja, resgatar por meio da língua a história do homem.

Ao nortearmos esta pesquisa pelo emprego das formas de tratamento em relações interpessoais fixado em cartas de pedido escritas na segunda metade no século XIX, tivemos o objetivo de identificar como as expressões de tratamento, em uma situação de interação escrita, tornam-se reveladora do *status* social exercido pelos membros da interação comunicativa e, assim, deixam marcadas a função exercida pelo emissor e receptor na hierarquia social; e investigar se a escolha lexical e o uso de modalizadores estão relacionados ao papel social dos interlocutores das cartas.

Sabemos que o sucesso de um estudo histórico-lingüístico depende de que o pesquisador detenha o conhecimento de questões culturais, sociais, econômicas e políticas relacionadas à língua, a fim de que seja capaz de identificar a história contida no documento sob análise.

O estudo de fatos lingüísticos ligados ao tratamento e ao léxico, em cartas de pedido, deteve-se em identificar a construção dos papéis sociais dos interlocutores, para que fosse estabelecida a relação de hierarquia social entre emissor e receptor. Observamos que a escolha de uma determinada forma de tratamento se realiza em função de aspectos de ordem social dos interlocutores.

A eleição de um emprego formal ou informal dos pronomes de tratamento, em uma situação comunicativa, está associada a particularidades da língua que se ligam à complexa

teia de relações ditadas pela situação de interação e se ajustam ao padrão dos papéis sociais exercidos pelos interlocutores.

As formas de tratamento têm, pois, a força de ultrapassar os limites da normatividade gramatical, rompendo, por vezes, com as regras convencionais que ditam o emprego de determinado tratamento em uma interação de formalidade.

Para provar nossa hipótese, verificamos que isto só se tornaria possível, se buscássemos subsídios em uma perspectiva textual e histórica. O documento histórico-lingüístico revela uma realidade passada, produzida pelo homem, em um certo tempo e espaço e, assim, portador de história. Nele está marcado o desenvolvimento da língua portuguesa na segunda metade do século XIX, época em que as mudanças sócio-político-culturais revelavam-se acentuadas no Brasil, pois era evidente a renovação por que passava a cultura brasileira e a língua acompanhava essa renovação.

Em vista disso, as formas de tratamento presentes em cartas de pedido manifestam a ideologia de uma sociedade que ansiava por uma cultura própria, sem os contornos lusitanos. Em virtude disso, os pronomes utilizados nos documentos deixam transparecer aspectos sociais de relacionamento e, assim, tornou-se possível resgatar uma realidade pretérita, que já ganhava contornos da cultura brasileira, para que pudéssemos interpretar um acontecimento lingüístico com uma visão histórica.

Observamos que a escolha do tratamento a ser adotado pelo emissor depende de uma série de aspectos sociais, culturais, situacionais, o grau de intimidade entre os interlocutores, o nível instrucional, enfim uma gama complexa de elementos que, ligados a intervenientes fatores de natureza individual, definem a escolha da forma de tratamento.

A atuação dos papéis sociais revelou, em uma interação, a relação de autoridade e, conseqüentemente, nesse contexto, prevaleceram as relações assimétricas entre emissor e receptor, pois o uso das expressões de tratamento, nessa situação, denota a hierarquia entre os participantes do ato comunicativo.

Da mesma forma, a igualdade social entre os interlocutores pautou-se por uma relação simétrica, na qual sobreleva o conceito de solidariedade entre emissor e receptor.

A divisão hierárquica constitui fator determinante nas relações assimétricas e se reflete, necessariamente, na língua empregada na interação. De outro lado, a solidariedade,

que resultou de relações simétricas, foi definida pela identidade dos objetivos, como membros de uma mesma família e mesmo nível sociocultural dos interlocutores.

Constatamos que entraram em jogo algumas particularidades para a escolha do tratamento. Quando a relação entre os participantes da comunicação manifestava-se assimétrica, optou-se por formas de tratamento que traduzia essa não reciprocidade na relação; ao prescindir da desigualdade na relação, evidenciamos expressões de tratamento recíprocas, em uma relação familiar ou de amizade, em que os interlocutores eram unidos por laços afetivos.

Na esquematização das cartas, a saber, a saudação inicial, o corpo do texto e a despedida, vimos que tais itens foram obedecidos na produção dos documentos.

As formas de despedida tanto em contatos assimétricos, em que prevalecia a formalidade, como nos simétricos apresentaram-se com expressões de afetividade, em que o emissor, muitas vezes, colocava-se como criado de seu receptor, expressando estima, consideração e amizade por ele.

Ao contrapormos cartas do século XIX com cartas atuais, percebemos que a estrutura das cartas de ambos os séculos não difere. Porém, as cartas contemporâneas, por veicularem um nível de proximidade entre os interlocutores, traduzem simetria na relação entre os envolvidos na interação e, assim, os papéis sociais do emissor e receptor foram identificados pelas formas de tratamento, como: *você* na posição de sujeito, *te* e *lhe* na posição de objeto, havendo uma flutuação entre as 2ª e 3ª pessoas, fato evidenciado, também, nas cartas do século XIX.

Ao buscarmos pelos elementos lingüísticos, nas cartas, como manifestações de épocas passadas, o texto dessas cartas deixa entrever os tipos de vínculos instituídos pelo material lingüístico, por eles resgatarem a cultura de classes sociais distintas.

As formas de tratamento, ao sofrerem mudanças no decorrer do tempo, não perdem completamente suas propriedades originais e não assumem definitivamente os traços característicos da nova classe da qual passam a fazer parte. Se os homens refletem tão bem esse aspecto, ao produzirem suas cartas, ao empregarem uma forma de tratamento própria de contatos informais em relações formais, fixam a mudança contínua da língua para marcar as relações sociais.

A expressão de afeto permeia todo o tipo de ligação humana, e a recorrência a estruturas lingüísticas afetivas foi evidenciada mesmo em correspondências formais, que tratavam de assuntos políticos e que tinham o *status* social dos interlocutores definidos no interior na comunicação, refletindo traços da cultura brasileira do século XIX de solidariedade e acolhimento.

Em relação aos modalizadores, verificamos que seu emprego depende de alguns aspectos como, o papel social dos interlocutores, o conteúdo da carta e o grau de formalidade entre emissor e receptor.

A escolha lexical na construção das cartas deixou transparecer características socioculturais, como os padrões de comportamento do emissor. Pelo léxico, constatamos, por um lado que o emissor da carta era detentor de uma posição social privilegiada e possuía um nível cultural favorecido, porém, por outro lado, as marcas lexicais evidenciaram, também, a pouca cultura do emissor e, assim, exercia um papel social de pouco destaque.

A escolha de determinadas formas de tratamento, juntamente, com a escolha lexical e os elementos de modalização, em uma interação, correspondem a questões que desvelam os caminhos percorridos pelo emissor para formalizar seu pedido, deixando, desse modo, marcado o seu papel social dentro de uma hierarquia constituída na carta.

O gênero carta é portador de evidências lingüísticas que o caracterizam como tal. As escolhas lexicais, bem como a sua organização no texto, juntamente, com as expressões de tratamento ligadas ao aspecto social convergem para a determinação do gênero.

Foi possível recuperar, nas cartas, itens lexicais comuns em cartas de pedido, por exemplo, numa carta em que se solicitava um emprego encontramos sintagmas nominais ligados a esse tema, como também o excesso de formas de tratamento cerimonioso no vocativo da carta.

Na mesma perspectiva, as formas de tratamento desempenham importante função em cartas de pedido, pois observamos a preocupação de os emissores elegerem a forma de tratamento adequada ao papel social de seu interlocutor. Porém, as relações entre os papéis sociais atribuem uma certa liberdade, quando se trata, por exemplo, de um pedido formalizado a um receptor que possuísse laços de intimidade com o emissor.

Pudemos constatar que a expressão de afeto está presente em todas as esferas humanas, e a recorrência a estruturas expressivas pelos emissores reflete diversas possibilidades lingüísticas que, ao serem atualizadas, no texto, promovem variações quanto às escolhas das formas de tratamento, à seleção lexical e ao uso de modalizadores. O significado afetivo é socialmente construído e motivado nas cartas.

Pela natureza de nosso estudo ser histórico-lingüístico, retomamos alguns pontos da história e, em seguida, detivemo-nos em questões lingüísticas.

Em um primeiro momento, pareceu-nos simples estudar as formas de tratamento, concebendo-as como manifestações lingüísticas na construção dos papéis sociais em cartas de pedido. As reflexões feitas nesta pesquisa, porém, mostraram que, ao contrário do que pode parecer, o problema colocado sobre o uso de formas de tratamento em cartas de pedido torna-se complexo e requer um estudo exaustivo, para que obtenhamos resultados eficazes.

Esta pesquisa, longe de pretender esgotar o tema aqui exposto, abre perspectivas para outros estudos, para que respostas a novas indagações possam surgir.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Teresa Sousa de. *O Gênero Epistolar: Correspondências*. Lisboa: Colibri, 1998.
- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- _____. *Memórias da Lingüística na Lingüística Brasileira*. Revista da ANPOLL, número 2, p 173-189, 1996.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 2001.
- BAIRON, Sérgio. *Interdisciplinaridade: educação, história da cultura e hipermídia*. São Paulo: Futura, 2002.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Tratamento dos Corpora de Sincronias Passadas da Língua Portuguesa no Brasil: Recortes Grafológicos e Lingüísticos*. In: site – <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes> (acesso em 17/07/2007, 18h37).
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASTOS, Neusa Maria O.B. *et, alii*. Gramaticografia Novecentista: Raízes Maximinianas. In: BASTOS, Neusa Maria O.B. & PALMA, Dieli V. (orgs.). *História Entrelaçada 2: a Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, pp. 61 – 81.
- BAUER, Carlos. *Reflexões Sobre o Tempo e a Construção da História*. São Paulo: Pulsar, 1997.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BROWN, Roger & GILMAN, Albert. The Pronouns of Power and Solidarity. In: Thomas S.(org.). *Style in Language*. Cambridge: Press, 1960.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BIDERMAN, Maria Teresa C. *Formas de Tratamento e Estruturas Sociais*. Revista Alfa. Marília: FFLC, vol. 18/19, p. 339-381, 1972/73.
- _____. *Léxico e Vocabulário Fundamental*. Revista Alfa. São Paulo: UNESP, vol. 40, p. 27-57, 1996.
- BLOCH, March. *Introdução à História*. Portugal: Europa América, 1987.

- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Europa-América, 2000.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História da Lingüística*. 5. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1990.
- CASTILHO, Ataliba T. *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- _____. *História da Lingüística*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. 9. ed. Lisboa: Presença, 2001.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CRIPPA, Adolpho. *As Idéias Filosóficas no Brasil- séculos XVII e XIX*. São Paulo: Convívio, 1978.
- CUNHA, Celso. *Língua, Nação, Alienação*. São Paulo: Nova Fronteira, 1981.
- _____. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1994.
- DAUPHIN, Cécile. Les manuels épistolaires au XIXe siècle. In: CHARTIER, Roger. *La correspondance : les usages de la lettre au siècle XIX*. Paris, Fayard, 1991.
- _____ ; LEBRUN-PÉZERAT, P. & POUBLAND, D. *Ces bonnes lettres : une correspondance familiale au XIXe siècle*. Paris, Albin Michel, 1995.
- D'ÁVILLA, Carmen. *Boas Maneiras*. Rio de Janeiro. 1892.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.
- ECO, Humberto. *Interpretação e Superinterpretação*. 3.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- ELIA, Sílvio. *Ensaio de Filologia e Lingüística*. São Paulo: Grifo, 1975.
- FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAUSTO, Boris. *Corpo e Alma do Brasil*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1977.
- FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, A. G. Márcia. *As Concepções Lingüísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FONTANINI, Ingrid. Cartas ao Editor: a Linguagem Como Forma de Identificação Social e Ideológica. In: MEURER, J. L. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros Textuais*. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 225 – 238.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1980.
- GIDDENS, Anthony. *Em Defesa da Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. In: *Relatos*, n.1, agosto. Campinas: IEL-UNICAMP, 1994.
- _____. Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa. In: *Relatos*, n.3, junho. Campinas: IEL-UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo. e ORLANDI, Eni P. (orgs.). *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamin, 1978.
- _____. *Progress in Linguistics Historiography*. Amsterdam: John Benjamin, 1980.
- _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamin, 1989.

_____. *O Problema da Metalinguagem em Historiografia Lingüística*. Revista da ANPOLL, pp. 27-46, 1995.

_____. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. Revista da ANPOLL, n. 2, pp. 45-70, tradução Cristina Altman, 1996.

KUHN, Thomas S. *A Estruturas das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEROY, Maurice. *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

LE GOFF, Jaques. As Mentalidades – Uma História Ambígua. In: LE GOFF, Jaques & NORA, P. (orgs.). *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 68-83.

_____. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. 3.ed. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 133-161.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

LOPES, Célia R. dos Santos & DUARTE, Maria E. Lamoglia. De Vossa Mercê a Você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. Figueiredo & MOTA, Maria Antônia. (orgs.). *Análise Contrastiva de Variedades do Português: Primeiros Estudos*. Rio de Janeiro: 2003, pp. 61-76.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *A Questão do Suporte dos Gêneros Textuais*. Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Letras, 2003, (mimeo).

MARTINS, Nilce S. *Introdução à Estilística*. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

- MAUAD, Ana Maria, LOPEZ, Antonio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta, PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.). *História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.
- MELO, Gladstone Chaves. *A Língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes Pessoais*. Ceará: EUFC, 1994.
- NASCENTES, Antenor. *A Filologia Portuguesa no Brasil. Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1930.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos Teórico-Metodológicos da Historiografia Lingüística. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas (org.). *A historiografia Lingüística: Rumos Possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005, pp. 11-30.
- NEVES, Maria Helena M. de. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- _____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- OMNÈS, Roland. *Filosofia da Ciência Contemporânea*. Trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo: UNESP, 1995.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais de História da Língua*. 2.ed. Tradução de Maria Luisa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil – textos críticos e teóricos 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978.
- _____. *O Português Popular Escrito*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PRETI, Dino. *Sociolingüística – Os Níveis da Fala*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. Papéis Sociais e Formas de Tramento em *A Ilustre Casa dos Ramires*, de Eça de Queiroz. In: Beatriz Berrini (org.). *A Ilustre Casa dos Ramires – Cem Anos*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000, pp. 85-109.
- REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. São Paulo: Papirus, 1994.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1911.
- ROBINSON, Wendy P. *Linguagem e Comportamento Social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-tom*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- SANTOS, Boaventura S. de. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAPIR, Edward. *A Linguagem – introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SILVA JR, Manuel Pacheco da. & ANDRADE, Boaventura P. Lameira de. *Grammatica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C.,1894.
- SILVA, Manuela Parreira. Para uma Teoria da Prática Epistolar Pessoana. In: ALMEIDA, T. S. de. (org.). *O Gênero Epistolar: Correspondências*. Lisboa: Colibri,1998, pp. 127-147.
- SILVA NETO, Serafim. Da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.
- _____. *A Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica,1960 a.
- _____. *Língua, Cultura e Civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960 b.
- _____. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.
- SILVA. Vera Lúcia P. Variações Tipológicas no Gênero Textual Carta. In: I. G. V. Koch & K. S. Monteiro de Barros. *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, pp. 118-124, 1996a.
- _____. *Forma e Função nos Gêneros de Discurso*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996 b.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes,1997.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 127-162.
- _____. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Villaça *Gramática do Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed., São Paulo: EDUSP, 2001.

ANEXOS

Carta Nº 1

Local: São Paulo

Data: 1867

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Luiz Guimarães Jr.

Deslumbrante Luiz

Recebi a tua carta em resposta ao meu telegrama. Agradeço-te as cousas Vocês que me dizes: apanhaste-as todas no caminho que te for [?]a alma.

Não te podes figurar [?] o cordial entusiasmo com que leio nos jornais de Madrid e de Lisboa a apreciação, tão justa quanto gloriosa, que por lá se tem feito à tua vibrante passagem e à de tua meiga e poderosa esposa – Rainha D. Lucinda primeira e unica.

Como me dóe não estar na capital de todas as Hispanhas, neste momento!

O rumor [?] das minhas palmas havia de ecoar aos vossos ouvidos [?] tropicalmente.

Gentilmente peço-te que em outra oportunidade me convides a estar compartilhando de tua agradável companhia em uma viagem.

Consolo-me, atirando-nos flores d'este jardim da Europa á beira mar plantado.

Se eu lembrasse, ha tempo, teria feito uns versos á Hispanha p^a serem recitadas por Lucinda, na noite de seu beneficio. Sua agradável gloria para mim, meu caro!

Paciencia, paciencia e paciencia.

Continuais a brilhar, amigos, e recordai-vos, de vez em quando, atravez de [?], d'aquelle que te abraça com sobressalto [?], e beija os

pés – perdão! As azas [?] da Musa que faz estremecer de entusiasmo os ossos do Cid[?] na pátria de Calderon de La Barca.

Teu sem pesares [?]

Luiz Guimarães Jr.

Carta Nº 2

Local: São Paulo

Data: 12 de abril de 1867

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Joaquim Serra

Meu caro

Eu e o Machado de Assis estamos convidados monsenhor Pinto de Campos para um jantar amanhã. Vi como é possível se arranjar banquete! Naturalmente intimaste o Machado para ouvir a leitura e elle, assim como eu, ti contará a mesma história.

É possível que ouvidos eu e elle, possamos demorar o jantar do Monsenhor. Não ver se conversando com o Machado agora, no Diário Official, descobre um meio de saber da dificuldade.

12.04.1867 / Joaquim Serra

Carta Nº 3**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 15 de julho de 1887**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** Não revelado

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1887.

Exm^o. Am^o. Sr. Barão.

A ultima carta que recebi de V. Ex^a foi aquela em que me pediu a receita do vinho de laranja. Não podendo então escrever, contentei-me, para evitar demora, em copiar a receita e enviar-lhe para Pindamonhangaba. Provavelmente a terá recebido.

Na mesma carta me dizia V. Ex^a que viria [?] ao Rio de Janeiro e que me procuraria. Só soube de sua estada aqui, lendo casualmente o Diário de Notícias, annunciando a sua retirada para São Paulo. Sinto não ter sabido em tempo de o procurar, tanto mais que tinha uma pergunta a fazer-lhe sobre producto vegetal de São Paulo.

Quando residia nessa província mostram-me uma caixa de fruta, a que davam o nome de Pacova. Diz Martins que essa planta cultivada em São Paulo é oriunda da Índia. Eu porém vi que o Pacova que me foi apresentado é planta indígena dessa província, tanto assim que, sem bem me lembro, vi-a no estado silvestre na Serra do Cubatão.

A última vez que estive em São Paulo, comprei na praça do Mercado uma caixa de Pacova, que dei ao amigo Glorioso para cultivar. Não nasceu um só pé, ou porque a semente não estava bem madura, ou porque a teriam passado pelo fogo. Se V. Ex^a me poder arranjar alguma fructa dessa especie, em estado de ser plantada, me faria com isso um verdadeiro serviço. Teria um meio de verificar se o Pacova é indígena, ou se é realmente Alpinia matans da India oriental.

Desejo saber se ensaiou a fabricação do vinho de laranja.

Apresento meus respeitos a Exm^a Sr^a Baroneza

Carta Nº 4

Local: não identificado

Data: 13 de fevereiro de 1863

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Joaquim Fernandes Pacheco

Ilmo Exmº Sr. Conselheiro

Passo as mãos de V. Exª os papeis relativos a Professora de Comunhão, esperando que V. Exª empregará sua valiosa protecção a favor desse negocio, não só pára como o Exmº Preside. Dº Mendonça e que o ultimo caso com a Assembléia provincial, afim de não ser inutilizada a appostilla. Se o meu empenho q. V. Exª não for suficiente, recorro ao Coração de [?] de V. Exª em beneficio de uma pobre moça que na idade de 15 annos perdeu pai, na idade de 22 perdeu a may e veio-se forçada a acolher-se com. [?] Compª de sua madrinha D. Maria [?] Elias [?], e de lá recolhe-se a aquelle deserto afim de ganhar o pão [?] E. sua velha estão c 2 irmaes menores.

Pretendo mandar d'aqui hum [?] ferio [?].

No monumento que receber as cartas de V. Exª.

Sou com respto. Mº. Vºs Coªs [?]Meretíssimos Votos Cordiais.

Obrº

Aos 13 de Feverº

1863.

Joaquim Fernandes Pacheco

Carta Nº 5**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 28 de julho de 1856**Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**Autor:** Antonio José Silva

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Permita Vossa Excelência que eu tome a liberdade de sugerir-lhe huma ideia minha que hontem mereceu geral approvação de pessoas respeitaveis. Muitos são os fracassos que tem acompanhado o novo Dinheiro Papel, e de todos a maledicencia tem colhido alimento para apascentar-se. Cupim, emissão nesta Cidade pelo General Andreia, Notas inutilizadas por Numeradores, e assignatarios, algumas de 1\$000[R] circulando sem assignatura, as roubadas ultimamente a bordo do Paguete, o Grande roubo destes dias, e finalmente, por huma immensidade de Gente desconhecida a quem se incumbira a numeração; tudo, por, tudo já sido envenenado pelos Malevolos; tudo calumniosamente exagerado e não le.

He sem rasão que o susto se apodera dos homens de bem, e afugenta a confiança em semelhante meio circulante, confiança cujo estremecimento pode acarretar a horrorosos males. Dê-se pois huma satisfação ao Publico, da qual bom resultado se deve esperar: fassa-se ver por hum Balanço Geral, e detalhado em toda a entrada sahida e existencia de tal Papel, que nenhum abuso se há commetido por parte do Governo: seja esse Balanço dado por huma Comissão de toda a respeitabilidade. Nem se diga que a dignidade do Thesouro padece com a visita e exame de huma commissão tal: pelo contrario, sera por tal maneira que mais dignamente apparecerá a exactidão que em semelhante operação tem havido no thesouro. Eis Excelentíssimo Senhor, a idéia que me ocorreu, e que hontem apresentaria a Vossa Excelência se por mais alguns momentos houvesse tido honra de estar

so, com Vossa Excelência recebê-la como filha de meu zelo pelo credito do Governo Geral, e do Senhor Ministro da Fazenda em particular.

De Vossa Excelência

Muito agradecido e respeitoso creado.

Antonio Joze da Silva

Rio 28 de Julho

De 1856

Carta Nº 6

Local: São Paulo

Data: 22 de setembro de 1867

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Gabriella

Meu querido filho, e amigo

Barbacena, 22 de S.bro de 1867

Tenho-te escripto não sei se tens recebido minhas cartas esta vai por intermedio de Vicente, e por intermedio desse deveras responder-me pois he o meio mais seguro. Dezejo saber se fizeste feliz viagem chegaste com saude encontras-te minha filha e netos com saude, portanto peço-te que me diz noticias tuas e de todos. Mas a quem de coração abraço e lanço minha benção, e também a minha affilhada a qual espero esteja apprendendo.

Meu filho eu continuo a sofrer bastante mas o meu sofrimto não podera ter melhora sem quando o meu coração de May tiver sucego e vir meos filhos mto ligados, e mto amigos, e isto pesso a Deus constante, e esperando sempre ser ouvida.

Recebe tu e Adelaide saudes. de Antonio e de Adelaide os pequenos estão bem.

Participo te que fico na caza q. Antonio vai lugar p^a mim p^a outra maior, Antonio pediu as razões q. lhe dei p^a dezejar maior so estou velha impertinente tenho escravos quero ter sucego o q. não se pode ter murando [?] duas famílias e alem disso a caza com q. fico he mt^o. Barata pago 17.000 por mez e tenho mt^o bons vizinhos.

Adeus meu mt^o prezado filho recebe as saudes. E a benção q de coração te envia.

Tua may e fiel amiga

Gabriella

PS
Saudes. A Antonio Anninha
e a Maria Barbosa se estiver em
S. Paulo Adelaidinha envia saudes.,
a todos os meninos e a vocês

Carta Nº 7**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 24 de novembro de 1857**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**Autor:** Casimiro José Marques d'Abreu

Rio de Janeiro 24 de novembro de 1857.

Presado Pai

Pelo primo Antonio, com quem estive hontem, sube que gozava de bôa saude e desejo a comtinueação. Segundo me disse o Senhor Cabral antehontem, devo lembrar-lhe do dia 10 a 15 do futuro mez para matricular-me no Instituto Commercial. Rogo-lhe queira recommendar-me ao Tio Manoel Joaquim e familia, primo Manoel e a todos e lançar a benção sobre

Seu filho

amante

Casimiro José Marques d'Abreu.

Carta Nº 8**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 26 de dezembro de 1858**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**Autor:** Romualdo Antônio de Sá

Meu charo Felipe

Acabo de receber uma carta tua, na qual, como nas outras, te mostras muito amigo. Não tens razão, meu Felipe. A minha estada no collegio me tem empedido de escrever-te. [?] Eu sou o mesmo homem. [?] Deos queira que não appareçam novas dificuldades! [?] Pesso-te que me escrevas dando-me novas notticias.

Teu
Romualdo

Carta Nº 9**Local:** São Paulo**Data:** 21 de agosto de 1876**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** V. de Santos

Ilmº Srº

Os portadores desta Snes. Hugo Calgan, farás-me recomendações de Lisboa por pessoa de minha amizade. Me dizem-me ser bom pintor scenógrafo e n'outros generos; ella proffesora de musica e desenho. Não me lembrei de pessoa a quem os pudesse appresentar para os encaminhar se não de V.Sª que sendo artista de primeira ordem, deve interessar-se por ellas, encaminhando-os e procurando-lhes meios de começarem a torna-se conhecidos. Para ganharem a vida pelas artes que profissão. Faça-lhes o bem que poderia que o tomarei como favor.

Ainda não pude ter o gosto de o ver, e terei muita satisfação quando quiser apparecer E. [?] que eu mal posso dispor de tempo.

Desejo-lhe saudes o

Sou [?]

21 Agtº 1876 –

V. de Santos

Carta Nº 10

Local: São Paulo

Data: 19 de setembro de 1865

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional Mário de Andrade

Autor: Gabriella

Meu querido filho

Rio de Janeiro 19 de Sbro. De 1865

Recebi ultimamente huma carta tua (em data) a qual mto prazer me deu por dizer q. tanto tu como minha filha e Netos gozao saúde, es tão [?] bem graças a Deus estão passando mto bem estou gorda, e corada, só o reumatismo na mão direita he que não quer dezaparecer, e por isso te não escrevo mais a miudo. Meu José da-me noticias circunstanciadas tuas de minha Adelaide, e de meus Netos, todos quero saber se minha affilhada Narciza já sabe ler, e escrever, se Juca já esta apprendendo, pois aprender não faz ninguém doente, se o esperto Mas tenzinho [?] já principio a ler, em fim não quero huma carta lacônica que tanto desconsola huma May Extremeza que vive só p^a Deus, e seus filhos; assim responde as minhas perguntas, e manda-me dizer se trazer minha filha e Netos. Saudades de todos os parentes. Tenho tido noticias de Antonio, está bem, mto estimado, e respeitado de todos, elle quando me escreve pergunta pellas irmaes, pesso te q. lhe escrevas pois elle te estima mto e he desconfiado [?]. Adeus meu prezado filho recebe as saudades, e a benção de

Tua May, e fiel amiga

Gabriella

PS

Saudes a minha filha, e Netos

Martinzinho sabis aprovado

Plenamente em todos os Exames.

Carta Nº 11**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 17 de junho de 1855**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**Autor:** Marquês do Paraná

Excelentíssimo Collega Amigo e Senhor

Consta-me que ahi chegou um navio Portuguez; em uindo ua'porção de colonos, entre os quaes vem ua' família de 4 ou 5 pessoas, todas lazaras, e que se pretende introduzir estes enfermos no Hospital dos Lázaros a'esta Corte, o qual tem recusado recebel-os. Entendo que convém que Vossa mercê se entenda com o Senhor Ministro do Império para que não se consinta na importação d'esses colonos assim enfermos, pois já temos no país lázaros de sobra, e precisamos de colonos sadios e não de morpheticos; e que, obrigando-se o Comandante do navio, que os trouxe, a reexportal-os para fora do Império, se tem ao mesmo tempo a cautella de fazel-o prestar ua'fiança pelo exacto cumprimento d'essa obrigação, visto que pode sahir com os colonos doentes e desembarcal-os em qual quer logar nas Costas do Brasil. Seria igualmente conveniente que antes de tudo se mandasse proceder a um exame de sanidade nos colonos d'este Navio, cujo nome não sei ainda.

Como Sempre

De Vossa mercê

Rio 17 de Julho de 1855

Muito Collega amigo e Criado

Marques do Paraná

Carta N° 12

Local: Rio de Janeiro

Data: 20 de agosto de 1873

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Barão de Cotegipe

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1873.

*Illustríssimo Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Martiniano
d'Alencar*

*Tenho presente a sua carta de 5 de Julho por findo. Parece-me ella
annunciar que o clima de sua província natal lhe vae restaurando as
perdidas forças, o que muito me alegra.*

*A intervenção de Vossa Excelência a favor da estrada de Baturité
não é suspeita, mas legitima, e o seu juízo no mais alto valor para mim.*

*A sessão vae adiantada, e as aspirações provinciaes ameaçam tudo
complicar, á iniciativa de qualquer medida parcial, e por isso já se trata
de uma autorização, que, se passar muito aproveitará á estrada de
Baturité! Como quer que seja, fique Vossa Excelência certo de que sua
intervenção neste negócio dá-lhe para mim o cunho de interesse
público, e que farei quando esteja de minha parte para essa empresa
seja auxiliada.*

*Peço ainda que Vossa Excelência me mantenha informado sobre as
mudanças occorridas aí.*

Sou, em particular estima e consideração.

*De Vossa Excelência
Muito attento amigo e criado
Visconde do Rio Branco*

Carta N° 13**Local:** São Paulo**Data:** 1853**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** ABV*Nhonhozinho*

Rogo-lhe o especial favor senão possível. Vs^a remediar-me em 2\$000, emprestados até o mez que vem que é quando lhe posso pagar, favor este que lhe ficarei summamente agradecida.

Sua Sra. ABV

Carta N° 14**Local:** São Caetano (MG)**Data:** 20 de fevereiro de 1875**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Museu da Língua Portuguesa – São Paulo**Autor:** Francisco Luiz*Illustrissimo Senhor**Antonio Martins Ferreira**São Caetano**Illustrissimo Senhor Antonio Martinz Ferreira**20 de Fevereiro de 1875*

Estimo que tenha passado bem e todos noços de caza. Constan que minha horta esta aberta de todo por isso lhe rogo pagar o Manoel Jorge para me fazer huma serca de varas no portam de terciro athe caza do Chiquinho afim dos a cão não por a caza digo não estragar a caza por de trás eu já mandei falar com o Francisco Junior para fazer isso mais pede lhe não poder fazer por isso previno quando elle [?] a elle o em parte de seu serviço epeso que não se discuide desse pois he muito precizo, Mandem 2 libras de bacalhão Seu Amigo

Francisco Luiz

Carta N° 15**Local:** Rio de Janeiro**Data:** fevereiro de 1876**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Museu da língua portuguesa Estação da Luz**Autor:** Francisco Otaviano Almeida Rosa

Meu caro Doutor

Minha filha Alice, desejando poupar-lhe maior incommodo, veio comigo ao seu escriptorio consultalo sobre um regimen e tractamento a seguir em Friburgo para onde deve partir terça feira. Como não tivemos a fortuna de o encontrar, eu e ella lhe pedimos o obsequio de deixar aqui por escripto a hora e dia, em que você pode ir vê-la á rua Santo Ignácio, chácara n° 15, Cattete. A hora que Vossa Senhoria marcar estará o carro á sua espera no lugar que nos indicar. Ouso pedir-lhe brevidade; por causa da viagem, a qual se tornou urgente pelo estado de saúde de minha senhora e de um filhinho.

*Todo seu
Amigo obrigado criado
Francisco Otaviano*

76 – fevereiro 25

Carta N° 16**Local:** São Paulo**Data:** 5 de julho de 1864**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** José Bonifácio

Exm° Amigo,

O portador d'esta é o Mm° Senhor [?] Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, que pelas suas distintas qualidades é digno de toda estima e consideração. Espero que V.Exª lhe prestará todos os favores possíveis, dando-me assim o direito de acrescentar mais um título de gratidão à tantos que se ligam á V.Exª

Sou como sempre

*5 de julho
1864*

V. Exª

Amigo e Collega

J. Bonifácio.

Carta N° 17**Local:** Barbacena**Data:** 18 de dezembro de 1867**Tipo de Texto:** carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor:** Gabriella

Meu querido e prezado filho

Barbacena 18 de Dbro, de 1867

Pesso te que me mandes dizer como tens passado, pois há hum tempo que não recebo carta tua e ando cuidadoza julgando q. esta falta seja por moléstia tua e de minha filha e netos.

Meu filho eu graças à Deus na perto de 3 semanas tenho passado bem, e estou nutrindo, creio que devido a não ter mtas inquietações de Espírito, Deus queira q. em Maio a enfermide. Não volte com força. Envio saudees. A minha filha, e Netos q. mto amo Antonio e Adelaide estao bons, e mto se te recommendas e a Adelaide e beijao aos sobrinhos, os dois pequenos delles não te criando, mas a Martinzinho sempre ciente, manda-me dizer se ja batizaste a menina, quem são os padrinhos, e como ella se chama. Responde a tua May q. tanto te ama e sente tanto a falta de noticias tuas e da familia.

Adeus meu querido, mande me dizer se minha Affilhada, José e Martins estão apprendendo.

Recebe saudes. Do Barão de Prados, q. mto te estimas, e fala em ti.

Adeos ainda outra vez, e recebe a benção que bem de coração te manda.

PS

Tua May, e amiga

Saudes. De Adelaidinha

i Henriqueta

Gabriella

Carta N° 18**Local:** São Paulo**Data:** 29 de junho de 1865**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Autor:** Não revelado

Mm° Exm° Sem° Consellheiro D°r. Jose Bonifácio de Andrada

Iguape 29 de junho de 1865

Estimadissimo Parente e am°

Como sigo amanhã para S. Paulo tratar de fazer o meu exame, para Professor da 2ª Cadeira de 1ªs Letras desta Cidade, por isso rogo a V. Exª, empenhar-se por mim ao Presidente da Província para que eu obtenha a escola e pesso igualmente que se empenhe por mim aos seus amigos, para que tenham benevolencia comigo no meu exame para saber approved. Conto me com esta protecção de V. Exª, e terá a bondade, de sem falta alguma escrever me pª S. Paulo as cartas a mim dirigidas, que eu lá no correio as procurarei. Deseja as cartas a mim que eu as entregarei a seus amigos. Desejo-lhe saude e conte sempre com um seo correligionário e sou

De V. Exª

Parente am° obr°

Jose Bonifacio de Andrada

Carta Nº 19

Local: Rio de Janeiro

Data: 21 de fevereiro de 1856

Tipo de Texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: José Luiz

Secretaria de Policia da Corte

21 de Janeiro de 1856

Remetto lhe uma ambulância com os medicamentos do costume para o tratamento dos cholericos da Ilha do Governador; e sendo precisos mais alguns objectos para essefim, com a sua requisição serão em viados. Rogo-lhe não faltar medicamentos aos cholericos.

Deos guarde a Vossa Mercê

José Luiz

Senhor Doutor Antonio de Souza Gomes, encarregado dos doentes da Ilha do Governador.

Carta N° 20

Local: Rio de Janeiro

Data: 27 de fevereiro de 1852

Tipo de texto: Carta de pedido

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Autor: Maria Antonia Ignacia de Silva

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martim Francisco de Andrade

Como a minha modéstia me prive o hir os pés de Vossa Excelência e das Illustríssimas Minhas Senhoras e já vou ficando por empolitica. Vou por esta aos pés de Vossa Excelência a dar os parabéns do despacho do Excelentíssimo Senhor Joze Benifacio eas Illustríssimas Senhor as eestimarei que Cada vês Conte maiores felicidades e Com boa saude que he quanto lhedezejo Também me dizem he chegado o Senhor Antonio Carllos estimarei viesse com saude agradesso' a Vossa Excelencia meu filho hir jo comalgum emcarego que ainda não sei para o que foi porem fico certa que Vossa Excelência se ade Lembra delle Como quem he e das em justicias que lhefes o seu chefe sem motivos alguns os quais se a de ver a seu tempo, agora participo a Vossa Excelência que chegou a portaria do Rio de Janeiro para eu ser pa gua por esta Captamia e ser paga dês do dia que Bachou o decreto que foi a 16 de Janeiro de 1851 que já fes treze mezes aordem foi para a Junta agora para eu ser feles he perzizo opatrosino de Vossa Excelência para meman dar pagar eos atrasados que me vejo bem alCansada que sode despeza o procurador tenho que dar sento e sinco enta e seis miLre eu sem amparo algum so' comdespezas que te esta somana pasada arematarão a minha escrava [sem] [risco] que perdi esta Conta eadespeza que Conela fez sem co bra o montefio há dois mezes Veja Vossa Excelência Como eu retarei custo eu doente de hú pe sem poder dar hú paso toda minha felicidade decho na porteção ereta Jus tisa com que pratica comtodos enquanto mais eu que a tenho espre mantado

*espero que Vossa Excelência me detrimina muitas oCau Zians demostre
que sou D e Vossa Excelência amaisalenta e Vene rado ra Criada.*

Dona Maria Antonia Ignacia de Silva

P.S. 27 de fevereiro de 1852

Carta N° 21**Local:** Rio de Janeiro**Data:** 23 de janeiro de 1871**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Fundação Casa de Rui Barbosa**Autor do Texto:** Salvador Antonio Moniz

Amigo Ruy,

Rio, 23 de Janeiro de 1871.

Satisfaço a tua encomenda enviando-te a reforma Judiciária impressa em um folheto. Creio que achará ainda oportunidade pois as férias do foro estende-se além do dia 2 de Fevereiro. Não vão os regulamentos pois ainda não existem impressos aqui e porque não fazes grande empenho em tel-os, mas logo que apparecer encomendarei a meu mano Pedro para te enviar.

Aqui cheguei no dia 19 as 8 horas da manhã depois de ter partido d'ahi a 16 as 3 horas razão porque não te fui ver como havia prometido caso não chegasse o vapor. Parto para São Paulo a 26 do corrente e ahi fico ao teu dispor. Um grande favor te peço, escreva-me e não me poupe para nada, pois sabes que sou teu amigo e estou prompto a servir-te com grande prazer.

Estimarei que o Doutor João Barbosa continue a gozar saúde e desejo que apresentes os meus respeitos a Excelentíssima sua irmã.

Aqui fica ao teu dispor.

O amigo verdadeiro do Coração.

Salvador Antonio Moniz

P.S.

Commuinique-me imediatamente as accurencias do processo do divorcio.

Carta Nº 22**Local:** São Paulo**Data:** 14 de junho de 1885**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Fonte:** Biblioteca Nacional Mário de Andrade**Autor do Texto:** J. Couto de Magalhães***Sociedade de Imigração de S. Paulo****S. Paulo, Brasil, 14 de junho de 1885.**Ilmº Exmº Senº Senador José Bonifácio*

A Sociedade de Imigração de S. Paulo pede a V. Excia. e aos outros senhores Senadores de S. Paulo, se dignasse [?] esforçar-se p^a que seja votada na presente sessão a lei da reforma das execuções hypothecarias, projecto em que já se acha adiantado no Senado.

Tomo a liberdade do pedido a V. Excia., que se digne encarregar-se de appresentar ao Senado, a representação inclusa que a mm^a Sociedade lhe dirige.

Se a conversão do trabalho escravo é livre é, como ninguém póde contestar, a mais urgente das aspirações nacionaes, não se concebe como Estado difficulte a circulação do capital terra e bens de raiz diminuindo assim tão consideravelmente o seu salarº, já deixando de votar a lei de execuções, já conservando imposto de 6% p^a a transmissão de propriedade. Na Inglaterra, onde o aluguel do numerário custa 2%, faz-se actualmente uma propaganda [?] para abolir o imposto de meio % na transmissão do immovel, meio % que reputam 1% um erro econômico e uma extorsão. Aqui onde a terra esta indivisa, com pequeno valor, onde o preço do aluguel do numerário é de 9%, exigimos 6% de imposto de transmissão! Como não é possível porem tratar de tudo, pedimos os esforços de V. Excia. Um favor da medida que já se acha adiantada.

Sou com maior respeito:

D. V. Excia.

Discípulo Servo Aff.

J. Couto de Magalhães

Carta Nº 23**Local:** São Paulo**Data:** Sem indicação**Tipo do Texto:** Carta de pedido**Autor:** Dino

Aí, Ana, valeu pelo material!

Como você pode ver estou lhe enviando uma camisa para estampar o logo do "LAST DAYS OF HUMANITY" ok?

Também estou enviando uns flayers para caso você queira arriscar uns contatos???

Fico nessa ao som do BLOOD!!!

Dino

Carta Nº 24

Local: Campo Limpo Paulista
Data: 21 de dezembro de 2004
Tipo de Texto: Carta de pedido
Autor: Rodrigo

E aí Ana, beleza? Espero que sim! Depois de tanto tempo sem escrever, resolvi aparecer!!! É nada, to zuando, eu não estou escrevendo para quase ninguém, ta foda! E aí meu, como você está, eu estou na mesma, sempre bem loco! Hoje eu escrevi p/ o Kexo também p/ pedir umas capas do INFAMOUS GLORY, eu estou trombando com ele direto, toquei junto com eles em São Paulo, vi ele no show do FARSCAPE em SP, junto c/ seu namorado e depois o MANIAC tocou em Jundiaí e eu fui também. E você não foi em nenhum desses né?! Porquê??? Todos esses roles foram fudidos. Aonde você vai passar o natal? Eu vou p/ São Paulo ficar com a minha mãe um pouco, hahaha... Eu não te liguei mais também porque na casa dela o telefone é a tal de linha econômica e não dá p/ ligar mais. Mas espero te encontrar por aí p/ trocarmos idéia, já que faz mó cara que isso não acontece, né?! Vê se me empresta aqueles discos que já tinha te pedido. Bom meu, vou ficando nessa e espero o seu contato em breve!!! Falou e até mais.

Beijos

Mindu

Carta N° 25**Local:** Sorocaba**Data:** 29 de julho de 2004**Tipo de Texto:** Carta de pedido**Autor:** Paula

Tudo bom com você fia? Espero que sim!

To aqui no meu quarto são 2:01 da matina to sem sono...á fiquei com vontade de escrever, aproveitar que vou no centro e colocar a cartinha no correio.

As minhas férias foram uma porcaria!!! Não aproveitei nada, a única coisa legal é que fiquei uns 3 dias em São Paulo e fui na 25 de Março fui também na feirinha do parque Trianon na Paulista ACHO é que eu não lembro eu só lembro dos bonitões NOSSA cada cabeludo!!! Ái eu comprei várias coisas lá!!! 2 pingentes um calendário de prata e um OM piquinininho! 4 anéis dois p/ o dedão um deles celta e o outro tribal aliançinha sabg? Um de pedra preta com macaçita e um todo vasado, um relógio falso da Louis Vuitton HOHO farcetão mas é bonito é pretinho só não sei se vou usar! HAHAHA mas na 25 a gente compra por impulso né? Comprei também umas pulseirinhas indianas de dois tipos Umas brilhantinhas e outras em tons de vermelhos com uns detalhinhos dourados perfeita! Comprei também pulseirinhas de plástico 12 por 1 real o melhor! Fora isso minhas férias sux meu niver sux não quero mais ter aniversário...é foda. Foda também que meu tio/avô ta com câncer por isso dei uma sumida as coisas tão pesadas aqui em casa...mas tudo bem uma hora tem que melhorar...aconteceram várias coisas com o Rodrigo também, não lembro se já te contei provavelmente sim, coisas pequenas mas que quase me mataram do coração mas isso eu conto depois.

Acho que chega né já te enxi muito o saco, maior perda de tempo minha carta inútil...

Se der vem na minha casa no fim de semana quero muito que você venha pra cá então vou te esperar.

To com muita saudade desculpa os erros de português e a falta de assunto só queria dizer que TE AMO!!!

Beijos

Paula